

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE ADOPTIVA:
DO CASAL AO SINGULAR**

Sara Marina Silva Vieira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE ADOPTIVA:
DO CASAL AO SINGULAR**

Sara Marina Silva Vieira

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Isabel Narciso Davide

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2010

*“...se tu me cativares, e se eu te cativar...
ambos precisaremos um do outro.”*

Antoine de Saint-Exupéry

Agradecimentos

São muitas as pessoas a quem agradecer, que me acompanharam nos meus primeiros passos no campo da investigação em Psicologia.

À minha orientadora, a Professora Doutora Isabel Narciso, pelo apoio, as palavras de incentivo, e a confiança demonstrada em mim e no meu trabalho. Agradeço também à Dra. Rita Francisco, pela disponibilidade e ajuda prestada ao nível da análise de dados.

Às minhas colegas de Mestrado, pelas sugestões e ideias, o companheirismo, e o espírito de partilha e entreajuda, principalmente nos momentos de maior aflição e desânimo.

Às minhas colegas de Sistémica, pela troca e partilha de ideias, conhecimentos e recursos, e os momentos de descontração, que se revelaram essenciais para prosseguir nesta jornada.

À equipa do meu local de estágio, pelo interesse demonstrado pelo meu trabalho, e as palavras de força e incentivo.

A todos os meus amigos, por me terem apoiado sempre que precisei, principalmente nos momentos de dúvida e desânimo, não permitindo que eu esmorecesse. Pela presença nos momentos menos positivos, as alegrias, os momentos de partilha, as gargalhadas. Às minhas amigas especiais da Faculdade, pelas palavras de força e amizade, e as oportunidades de recarregar baterias; aos meus amigos e colegas da RUEM, que caminharam ao meu lado, apoiando-me nos momentos mais difíceis e celebrando comigo as minhas pequenas conquistas; aos meus amigos de Leiria pela compreensão face as minhas ausências. Agradeço, especialmente, à Marta, pela paciência infinita com que me escutou e pela ajuda na formatação e revisão; ao Pedro, por todo o interesse demonstrado pelo meu trabalho, o constante apoio e incentivo, e a paciência com que resolveu os problemas técnicos que surgiram; à Sara, pelos momentos bem passados e sugestões sempre úteis; à Sílvia, Estela e Jean-Claude, pela companhia e apoio, em todos os momentos.

Aos meus pais e às minhas manas, que tiveram igualmente um papel fundamental ao longo deste percurso, pelos gestos de carinho e ternura, a preocupação e apoio demonstrados...Enfim, por tudo! Sem eles, não teria chegado à minha meta.

A todos, um profundo e especial OBRIGADO!

Resumo

A presente investigação pretende compreender e explorar as vivências e significações de famílias adotivas de coabitação monoparental no que respeita à parentalidade, tendo em consideração as experiências parentais de casais adoptantes e com especial incidência no processo de integração familiar, práticas parentais, dificuldades e recursos, e influência da rede social. Para tal, a amostra englobou 12 participantes, 4 singulares e 4 casais, com idades entre os 35 e 53 anos, que adoptaram uma criança entre 2004 e 2007. Sendo um estudo misto, predominantemente qualitativo, recorreu-se a uma estratégia metodológica de Estudo de Caso, aplicando-se uma entrevista semi-estruturada, com posterior análise de conteúdo através do *software QSR Nvivo*. Para além disso, utilizou-se um *Questionário Sócio-Demográfico*, o *Questionário de Dimensões e Estilos Parentais* (QDEP; Carapito, Pedro, & Ribeiro, 2007), a *Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II* (FACES II; Olson, Portner, & Bell, 1982) e o *Questionário de Avaliação da Satisfação Parental* (Narciso, 2007). Os resultados obtidos revelam uma experiência parental positiva e satisfatória em ambas as formas de famílias, realçando-se as competências e recursos evidenciados pelos adoptantes singulares e diferenças subtis entre as vivências parentais de casais e singulares.

Palavras-chave: Integração, Parentalidade, Recursos, Rede Social

Abstract

The objective of this study is to comprehend and explore the events and attributed meanings of parenthood in single adoptive families, in contrast to the experiences of families with a couple, in relation to the process of family adjustment, parental functioning, problems and resources, and the influence of the social network. To do so, the sample used 12 subjects, 4 singles and 4 couples, aged between 35 and 53, whom adopted a child between 2004 and 2007. Being a mixed research, predominantly qualitative, Case Study method is applied, using a semi-structured interview, with posterior analysis of the content via *software QSR Nvivo*. Besides this, a Socio-Demographic Questionnaire was used, the portuguese version of the Parental Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ; Carapito, Pedro, & Ribeiro, 2007), the Family Adaptability and Cohesion Evaluation Scale (FACES II; Olson, Portner, & Bell, 1982) and the *Questionário de Avaliação da Satisfação Parental* (Narciso, 2007). The results obtained showed a positive and satisfactory parental experience in both types of families, demonstrating skills and resources of the single parentes and subtle difference lived by the single adoptive families in relation to the adoptive families in which there are two parents.

Key words: Adjustment, Parenthood, Resources, Social Network

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	2
1. Ser Família: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”	2
1.1. Adopção Singular	3
1.1.1. Características e Motivações do Adoptante Singular	4
2. A Construção de uma Parentalidade Adoptiva.....	5
2.1. Antes da vinda da criança	5
2.2. Após a vinda da criança	7
3. O Exercício da Parentalidade Adoptiva.....	8
3.1. Práticas e Estilo Parentais	8
3.2. Desafios e Recursos no âmbito do Desempenho Parental Adoptivo	11
3.3. A Rede Social e a sua Influência na Parentalidade Adoptiva	13
4. A Parentalidade Adoptiva no Singular	14
II. PROCESSO METODOLÓGICO.....	17
1. Questão de Partida.....	17
2. Abordagem de Investigação	17
2.1. Paradigma Pós-Positivista.....	17
2.2. Abordagem Qualitativa.....	18
3. Desenho da Investigação	20
3.1. Objectivos Gerais e Específicos	20
3.2. Questões de Investigação.....	21
3.3. Mapa Conceptual	21
4. Estratégia Metodológica	22
4.1. Selecção e Caracterização da Amostra	22
4.2. Metodologia de Recolha de Dados	23
4.2.1. Instrumentos	23
a) Questionário Sócio-Demográfico	23
b) Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)	23
c) FACES II.....	24
d) Avaliação da Satisfação Parental	24
4.2.2. Entrevista Semi-Estruturada	24
4.3. Processo de Análise dos Dados	26
III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	27

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51
APÊNDICES E ANEXOS	
ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1. Mapa Conceptual	1

INTRODUÇÃO

A adopção por candidatos singulares constitui um fenómeno relativamente recente na nossa sociedade. Em Maio de 1993, a Lei da Adopção sofreu algumas alterações, em que, segundo o Decreto-Lei nº 185/93 de 22 de Maio, se passou a considerar que a família já não se confina a ser tradicional e nuclear, reconhecendo as profundas modificações observadas ao longo dos tempos, mas permanecendo esta como a principal instituição socializadora da criança (Oliveira, 2008).

Todavia, a nossa sociedade permanece muito marcada pelo *setting* clássico da família tradicional nuclear (Pim, Ferreira, Rodrigues, & Costa, 2006), em que a adopção continua a ser encarada como uma segunda via para a parentalidade. De acordo com Miall (citado por Oliveira, 2008), a adopção continua a ser alvo de uma certa estigmatização, devido ao facto de se assumir que as famílias adoptivas são inferiores e que os pais adoptantes são menos capazes, por não existirem laços de sangue comuns, aspecto considerado importante para uma ligação filial plena. Este aspecto relaciona-se, também, a motivos que se prendem com o desconhecimento do passado genético, que pode contribuir para que estas crianças sejam percebidas com alguma suspeição. Estas concepções vão de encontro aos resultados obtidos no estudo realizado por Oliveira (2008), em que dois terços das mães adoptantes entrevistadas referiram sentir-se perturbadas com a ideia de que o seu sentimento de maternidade é inferior.

As aceleradas transições sociais, económicas e políticas, características da actualidade, apontam para um crescente interesse de candidatos à adopção, enquanto singulares, aliado à difusão de novas estruturas familiares, entre as quais as famílias monoparentais. Deste modo, espera-se que o presente estudo possa abrir caminho no sentido de uma maior aceitação e valorização da adopção singular, ainda encarada com alguma relutância, quer pelos serviços de adopção, como pela sociedade em geral.

O presente trabalho inicia com um Capítulo que compreende a revisão de literatura sobre a temática em estudo, dando-se destaque aos principais constructos. O segundo Capítulo corresponde à descrição do processo metodológico, incidindo-se na abordagem e desenho da investigação, e estratégia metodológica. Apresenta-se, seguidamente, a discussão e reflexão dos resultados emergentes. Por fim, o último Capítulo destina-se a considerações finais, onde figuram as principais conclusões, limitações do estudo e possíveis propostas de investigações futuras.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Ser Família: “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”

“Todas estas mudanças repercutem-se na situação da criança e no seu relacionamento com as famílias. Pode dizer-se (...) que não há uma família, mas vários tipos de famílias com valores diferentes (...), vários tipos de discursos dentro dos vários tipos de famílias e cada um destes (...) apresenta pontos fracos, disfunções (...) e pontos fortes”.

Maria da Glória Martins¹

Durante as últimas décadas, tem-se assistido a um conjunto de mudanças consideráveis nas práticas e representações familiares, o que tem levado certos autores a considerarem que o conceito de família está em declínio e que os valores tradicionais estão lentamente a desmoronar-se (Blonkenthor, cit. por Mannis, 1999). Contudo, outros estudiosos pressupõem que a família, ao ser uma instituição em permanente transformação, tem vindo a apresentar novas configurações familiares como forma de fazer face aos novos padrões sociais, económicos e políticos (Stacey, cit. por Mannis, 1999), não descurando a sua função primordial de espaço de socialização e de base e alicerce do desenvolvimento humano.

Assim, com o evoluir dos tempos, a família tem alcançado novas estruturas, formas, responsabilidades e composições (Potes, Bandola, Real, & Ferreira, 2006). As modificações ao nível das práticas e concepções familiares podem estar associadas à transformação que se tem observado no modo de se encarar o casamento e a vida em família, cujo papel e vontade do indivíduo tem adquirido uma importância crescente, enaltecendo-se a assunção de compromissos mais flexíveis e centrados no presente, com a transformação do estatuto social da mulher e a maior variedade existente de percursos de vida (Relvas & Alarcão, 2002; Vala, Cabral, & Ramos, 2003). Deste modo, parece que os indivíduos preferem investir noutras áreas da sua vida, consideradas igualmente importantes e enriquecedoras (e.g., vida conjugal, profissional e social), remetendo a questão da parentalidade provisoriamente para segundo plano.

Neste sentido, o ritmo incessante e as exigências constantes a diversos níveis, característicos da sociedade actual, levam à necessidade de conciliar e, na maioria das vezes, hierarquizar as múltiplas esferas da nossa vida, denotando-se um investimento crescente na concretização de objectivos académicos e profissionais e uma maior importância dada à estabilidade financeira, como forma de acompanhar os ideais e valores actuais de consumismo e individualismo (Potes et al., 2006). Nesta

¹ Cit. por Potes, Bandola, Real, & Ferreira, 2006, p.16.

linha, pode-se considerar que, na actualidade, ter um filho passou a constituir uma escolha a fazer entre uma gama de outras possíveis, condicionada assim por motivações individuais.

Todas estas alterações nos modelos e representações familiares e nas formas de investimento na vida familiar têm contribuído para uma nova visibilidade das famílias monoparentais ou reconstituídas e para a emergência de outras formas de família, tais como as famílias adoptivas de coabitação monoparental, consideradas como contextos familiares alternativos ao ciclo de vida da família tradicional (Relvas & Alarcão, 2002).

1.1. Adopção Singular

Apesar de as famílias monoparentais serem cada vez mais comuns, a adopção por singulares continua a ser um tanto estigmatizada, com base no pressuposto de que um casal é sempre a melhor opção para servir os superiores interesses de uma criança (Pakizegi, 2007).

A posição de desvantagem de singulares no que respeita à adopção, em comparação a casais, está associada a uma série diversa de factores. Deste modo, a relutância em colocar crianças em lares monoparentais pode dever-se à crença de que um casal pode oferecer modelos parentais de ambos os géneros e articular-se entre si no que toca à prestação de cuidados e práticas educativas (Pakizegi, 2007), tendo em consideração que a experiência da parentalidade pode ser extremamente desafiante e extenuante. Chopping (1999) acrescenta que o facto de os singulares passarem por um processo de adopção ainda mais longo e burocrático está relacionado com a assunção de que estes possuem menos recursos para cuidar de uma criança, designadamente ao nível do suporte familiar, social e económico, e em termos de disponibilidade e energia.

Como forma de criar alternativas para as crianças que apresentam menores condições de adoptabilidade², os candidatos singulares começaram a ser considerados como possíveis adoptantes destas crianças, cujas características tendem a não preencher os requisitos exigidos pelos casais (Mannis, 1999), o que permite que o processo de candidatura seja menos moroso. Os singulares, por seu lado, também se mostram mais abertos e flexíveis para acolherem estas crianças, tal como Groze (1991) e Shireman (cit. por Weinraub, Horvath, & Gringlas, 2002) concluíram nos seus estudos, o que pode dever-se em muito às maiores dificuldades sentidas por estes em concretizar a adopção. Nos mesmos estudos, os autores sugerem que os adoptantes singulares tendem a dar preferência a crianças do mesmo género.

² Considera-se as crianças com idade superior a seis anos, de outras etnias e culturas, com problemas físicos ou mentais, distúrbios emocionais e fratrias.

É interessante ressaltar que o facto de candidatos singulares serem vistos como uma possível opção para estas crianças merece ser alvo de discussão, dado que entra em contradição com os argumentos apresentados pelos serviços de adopção, nos quais os singulares são considerados menos capazes e com menores condições para assegurar necessidades de cuidados básicos, afecto e protecção, tendo em conta que as crianças com necessidades especiais colocam ainda mais encargos, desafios e exigências no exercício da parentalidade.

1.1.1. Características e Motivações do Adoptante Singular

Tal como nas restantes famílias monoparentais, as conclusões obtidas em diversos estudos fundamentam que os candidatos à adopção tendem a ser mulheres e, tal como acontece nos casais, com formação académica superior (Chopping, 1999; Dougherty, cit. por Groze, 1991; Pakizegi, 2007; Shireman & Johnson, 1985). Pode-se considerar que, na sua maioria, trata-se de mulheres que tomaram escolhas e decisões ao longo da sua vida, alternativas ao projecto da maternidade, investindo intensamente na sua vida social e profissional. Sendo assim, a sua decisão em adoptar surge após um percurso profissional bem-sucedido e gratificante, onde alcançaram uma relativa estabilidade profissional e financeira. Por estes motivos, estas mulheres tendem a apresentar idades superiores relativamente a mães biológicas com filhos em idades idênticas (Chopping, 1999).

Para além disso, os autores são unânimes em considerar que as mulheres que se candidatam à adopção, enquanto singulares, demonstram níveis elevados de maturidade emocional e uma grande capacidade de tolerância à frustração, bem como um auto-conceito positivo e expectativas elevadas para si e os outros, não se deixando influenciar, com facilidade, por opiniões provindas do exterior. Por outras palavras, pode-se adiantar que estas mulheres já acumularam experiência suficiente para saberem o que querem para a sua vida, mostrando capacidades únicas para lidar com as crises e situações adversas. Outro factor em comum característico de adoptantes singulares está relacionado com o facto de possuírem menores recursos financeiros, em comparação aos casais, dado que apenas existe uma fonte de sustento (Chopping, 1999; Feigelman & Silverman, cit. por Groze, 1991; Pakizegi, 2007; Shireman & Johnson, 1985).

Convém salientar que muitas destas mulheres se aproximam da meia-idade, período de revisão da identidade e reavaliação das experiências vividas, as conquistas e sucessos, os fracassos e desilusões. As aspirações profissionais foram conseguidas, sendo a carreira uma fonte de imensa realização pessoal e profissional, o que contribui para que o projecto da maternidade seja visto como uma possível opção para o futuro. Todo este processo, que ocorre até à decisão efectiva de

adoptar, implica um período profundo de reflexão, onde irão questionar-se até que ponto desejam realmente ser mães e alterar a sua vida por completo, se irão conseguir lidar sozinhas com as inúmeras tarefas e responsabilidades inerentes à parentalidade, a importância de dar à luz e criar filhos biológicos e a necessidade de um parceiro ou de uma parentalidade partilhada (Chopping, 1999; Weinraub, Horvath, & Gringlas, 2002).

De acordo com estudos efectuados, as motivações que subjazem a decisão de adoptar são idênticas às de casais, estando assim associadas a um desejo intenso e profundo de cuidar e criar um filho (Groze, 1991; Pakizegi, 2007; Shireman, 1995).

2. A Construção de uma Parentalidade Adoptiva

A transição para a parentalidade constitui uma das fases mais complexas e difíceis do ciclo vital da família sendo, tal como no caso de famílias biológicas, acompanhada de uma crise normativa, que irá implicar uma reformulação de um conjunto de papéis, funções e responsabilidades, a nível individual e conjugal (Alarcão, 2006; Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Neste âmbito, os resultados alcançados no estudo de Levy-Shiff, Goldshmidt e Har-Even (1991) sugerem a existência de especificidades que distinguem o processo de transição para a parentalidade em famílias adoptivas e biológicas. Podemos considerar que as famílias adoptivas apresentam características particulares, muitas destas propícias de levar à tensão e incerteza, que exigem a resolução de tarefas específicas adicionais ao longo do seu percurso.

2.1. Antes da vinda da criança

A tomada de decisão de adoptar uma criança constitui o primeiro passo na experiência desafiante da parentalidade adoptiva (Silin, 1996). Por conseguinte, a formalização da candidatura e o decorrer do processo irão levar o adoptante a confrontar-se com as suas motivações que, no caso de uma infertilidade, poderá acentuar a consciência da perda, mostrando-se importante que o candidato aceite e incorpore os seus sentimentos em relação à impossibilidade de criar filhos biológicos (Brodzinsky, Lorber, & Greenfield, cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). A assimilação destes sentimentos irá facilitar a resolução das diversas tarefas e desafios que irão surgir, posteriormente, no seio da dinâmica familiar adoptiva (Brodzinsky, cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002).

O apoio e suporte de amigos e familiares são essenciais ao longo de todo este processo, ainda mais quando se trata de uma candidatura singular. Tendo em consideração que o acto de adoptar permanece associado a um certo estigma social, visto como uma segunda opção para a maternidade,

a antecipação das reacções de amigos e familiares à comunicação da adopção pode ser extremamente angustiante, dado que a aceitação e apoio que estes proporcionam pode ser determinante para o sucesso da adopção (Levy-Shiff et al., 1991; Salvaterra, 2007). As conclusões obtidas no estudo de Singer (cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002) fundamentam os receios do adoptante no que toca à reacção da sua rede social mais próxima, sugerindo que há uma diminuição do apoio percebido após a comunicação da decisão de adoptar, ainda mais quando se trata de acolher crianças de outra etnia, cultura ou com outras necessidades especiais. Segundo o estudo realizado por Kupecky (cit. por Foli & Thompson, 2006), os familiares e amigos tendem a considerar que os pais estão a assumir responsabilidades e tarefas que, originalmente, pertenciam a outras pessoas, ou seja, à família biológica da criança.

Ao contrário do que acontece nas famílias biológicas, a parentalidade adoptiva encontra-se sempre dependente de aprovação externa, surgindo assim a necessidade do adoptante estar preparado para lidar com a imensa pressão e desgaste inerentes a todo o processo de adopção. Durante o período que antecede a adopção propriamente dita, os futuros pais passam por um processo de criação de expectativas e grande antecipação que irá exercer uma influência crucial no processo de integração e em todo o funcionamento parental (Levy-Shiff et al., 1991). Um estudo sugere que a formação de expectativas realistas, adequadas e flexíveis, relativamente a atitudes e o comportamento da criança e ao próprio desempenho do papel parental, facilitam em muito todo o processo de adaptação mútua, aquando da vinda da criança (Barth, cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), caso contrário podem surgir sentimentos de desânimo e extrema desilusão e frustração a dominar todo o ambiente familiar.

Num estudo sobre a transição para a parentalidade adoptiva, chegou-se à conclusão de que os pais adoptivos, em comparação com progenitores biológicos, tendem a expressar expectativas mais positivas no que respeita ao impacto da experiência parental a nível pessoal e familiar, considerando assim que as suas expectativas prévias se concretizaram. No mesmo estudo, estabeleceu-se a associação entre a existência de expectativas parentais desadequadas e posteriores dificuldades no desempenho parental, expressando-se mais em cuidadores do sexo feminino (Levy-Shiff et al., 1991). Estes resultados são confirmados no estudo de Berry (1992), no qual se evidencia o efeito negativo de expectativas parentais irrealistas ou de outras concepções prévias sobre a criança, no processo de integração e adaptação familiar.

Neste âmbito, a preparação formal dada aos futuros pais, através dos serviços de adopção, parece ser de uma grande importância, no sentido de fornecer informação precisa e específica acerca de aspectos desenvolvimentais da criança, o seu historial de vida e comportamento actual,

principalmente no caso de adopção de uma criança que apresenta certas necessidades especiais (Sar, 2000). Esta necessidade de suporte, no período de transição para a parentalidade adoptiva, é reforçada por McKay, Ross e Goldberg (2010), sugerindo a criação de sistemas de apoio direccionados a futuros pais adoptantes.

2.2. Após a vinda da criança

Ao contrário do que acontece nas famílias biológicas, cujo *timing* de preparação parental encontra-se bem definido e estabelecido, o adoptante desconhece a durabilidade do período de espera da entrega da criança, o que não permite que haja um envolvimento e preparação gradual do papel parental a desempenhar, originando assim sentimentos de stress, ansiedade e angústia (Levy-Shiff et al., 1991; Relvas & Alarcão, 2002; Salvaterra, 2007). Neste sentido, a forma como é preparado todo o processo de adopção e a capacidade de lidar com os desafios, inerentes a uma parentalidade construída por via da adopção, são essenciais para um processo de adaptação reciprocamente positivo.

Relativamente a esta etapa da família adoptiva, vários autores concordam que a chegada da criança representa uma fase de desenvolvimento que implica alterações profundas a nível pessoal, familiar e social (Berman & Pedersen, Michaels & Goldberg, Palkovitz & Copes, cit. por Levy-Shiff et al., 1991). Num estudo, Farber, Timberlake, Mudd e Cullen (2003) especificam alguns dos desafios e tarefas inerentes a uma parentalidade adoptiva, nomeadamente a congruência entre as expectativas dos profissionais, que acompanham o processo de adopção, e as expectativas parentais quanto às suas competências, as características da criança e a antecipação de papéis parentais; o reajustamento e clarificação de papéis familiares; a aquisição de informação sobre a parentalidade e desenvolvimento da criança; e o lidar com a reacção da rede social à situação de adopção.

Outra tarefa exigida à nova família é a formação de laços afectivos e de um sentimento de pertença mútua que, no caso das famílias biológicas, é dado por garantido. No seu estudo, Hughes (1999) salienta o facto de uma adopção bem-sucedida pressupor o desenvolvimento progressivo de laços de afecto entre a criança e a nova família, considerando que a maioria das crianças é capaz de se ligar afectivamente e criar vínculos fortes e significativos, o que irá servir de alicerce para uma integração e desenvolvimento integral positivos. Por seu lado, vários estudos garantem que o estabelecimento destes laços depende de uma inter-relação entre as características dos pais e das suas qualidades parentais e as características da criança, designadamente a sua idade e história relacional (McDonald, Propp, & Murphy, 2001; Palacios & Sánchez-Sandoval, 2006; Relvas &

Alarcão, 2002; Salvaterra, 2007), susceptível de originar tensões e conflitos significativos no quotidiano familiar.

Como consequência da sua bagagem vivencial, a criança deseja intensamente ser aceite e amada pelos seus novos pais, mas o receio de ser novamente abandonada leva-a a ter comportamentos provocatórios, como forma de testar os limites da família e averiguar até que ponto esta está disposta a acolhê-la na sua integridade (Alarcão, 2006; Elbow, 1986; Salvaterra, 2007).

Para além disso, é importante não descurar a vivência de adopções anteriores falhadas. De acordo com o estudo de Shireman (1995), estas podem trazer implicações profundas ao nível do desenvolvimento de uma relação afectiva e funcionamento familiar, tendo em conta o impacto profundo destas separações e perdas emocionais, em termos da auto-estima da criança e capacidade de confiar nos outros, especialmente em adultos.

Tal como já foi referido, a transição para a parentalidade exige um conjunto de tarefas e reajustamentos que coincidem, em parte, com as realizadas pelas famílias biológicas. Goldberg, Smith e Kashy (2010) debruçaram-se sobre o impacto que a parentalidade adoptiva pode ter na relação do casal, concluindo a existência de um declínio na qualidade da conjugalidade, assim como a tendência para um aumento do conflito entre os elementos do subsistema conjugal, durante o primeiro ano após a concretização da adopção. Por seu lado, os participantes de outro estudo, que incide na experiência da transição para a parentalidade, relataram entrar mais em desacordo com os cônjuges e, por outro lado, sentiram um apoio reforçado por parte da sua família de origem, no período de adaptação ao papel parental (Ceballo, Lansford, Abbey, & Stewart, 2004).

Sintetizando, o modo de abordagem e resolução das tarefas, acima indicadas, causa impacto e é influenciado pelo processo de ajustamento e funcionamento familiar.

3. O Exercício da Parentalidade Adoptiva

“Guie uma criança pelo caminho que deve seguir e guie-se por ela de vez em quando.”

(J. Bilings)

3.1. Práticas e Estilo Parentais

De modo a compreender os processos que revestem o exercício da parentalidade, Darling e Steinberg (1993) propuseram a diferenciação entre dois atributos fundamentais: as práticas parentais e os estilos parentais. Deste modo, os autores consideram que os **estilos parentais** englobam o conjunto de atitudes parentais transmitidas à criança, expressas através das práticas

educativas e outras vertentes do comportamento parental. Por seu lado, as **práticas parentais** dizem respeito a comportamentos parentais específicos que visam o cumprimento de deveres parentais e o desempenho efectivo do papel de pai (Darling & Steinberg, 1993).

Através do estudo desenvolvido por Baumrind e colaboradores (1971), emergiram três principais estilos parentais, designadamente o Estilo Autoritário, o Estilo Autoritativo e o Estilo Permissivo. O primeiro corresponde à tendência para o controlo e avaliação rígida do comportamento e acções da criança, dando-se primazia à obediência absoluta, à punição e a medidas de força. Os pais não encorajam a criança a expressar-se, pelo que esta deve aceitar como certo tudo o que lhe é transmitido. O estilo autoritativo caracteriza-se pelo encorajamento de trocas verbais, onde a criança tem abertura para se expressar e dar o seu ponto de vista, explicando-se o que se pretende, através das decisões educativas tomadas. Adopta-se uma atitude de firmeza, mas flexível, aliada à valorização das qualidades e aspectos positivos da criança. Por último, o estilo permissivo manifesta-se através de uma atitude parental que denota alguma passividade, em que se permite que a criança detenha o controlo e o poder no seio da família. As regras são reduzidas e o sentido de responsabilidade não é trabalhado nem exigido (Baumrind et al., 1971). Por seu lado, Cecconello, De Antoni e Koller (2003) conceptualizam os estilos parentais, de acordo com a combinação entre as dimensões controlo³ e responsividade⁴, sendo que o estilo autoritário apresenta níveis elevados de controlo e responsividade reduzida, o estilo autoritativo manifesta índices elevados de controlo e responsividade e o estilo permissivo demonstra níveis reduzidos de controlo e responsividade.

Em virtude da combinação entre a promoção de um comportamento responsável e autónomo, através de uma postura firme e flexível, e uma atitude calorosa e apoiante, Baumrind (1971) concluiu que o estilo parental autoritativo é mais propício de favorecer o desenvolvimento pleno e harmonioso da criança. O estudo realizado por Hein e Lewko (1994) reforça os aspectos positivos advindos de um estilo autoritativo, associando-o a altos níveis de coesão, interacção e encorajamento no seio da família. Por seu lado, o estudo de Darling e Steinberg (1993) chama a atenção para uma associação positiva entre o estilo parental mencionado e uma experiência escolar positiva da criança, através do recurso à explicação, encorajamento e incentivo à reflexão. Ao evidenciar o ponto de vista dos filhos acerca do desempenho parental dos progenitores, o trabalho

³ Corresponde aos comportamentos parentais que dizem respeito à supervisão e disciplina.

⁴ Engloba os comportamentos de apoio e aceitação, que visam a promoção da auto-afirmação e individualidade dos filhos (Cecconello et al., 2003).

de Lisi e Lisi (2007) acrescenta que um estilo autoritativo se traduz em relações familiares mais positivas. Nesta linha, um estudo esclarece que uma relação harmoniosa entre pais e filhos, complementada com disciplina consistente e monitorização adequada, beneficia a criança com competências de *coping* e de resolução de problemas (Armistead, Forehand, Brody, & Maguen, cit. por 2002).

A literatura mostra-se escassa no que toca à caracterização do estilo parental de pais adoptantes. Não obstante este facto, os poucos estudos desenvolvidos são consonantes quanto à prevalência de um estilo parental autoritativo em pais adoptantes. Refira-se o estudo de Solomon e Poirier (2006), que destaca as atribuições positivas, por parte dos pais, acerca do comportamento dos filhos, e a valorização da responsabilidade parental pelo comportamento negativo da criança, denotando-se uma tendência significativa para um estilo parental do tipo autoritativo. Também o estudo desenvolvido por Muñoz, Rebollo, Fernández-Molina e Morán (2007), sobre a percepção de estratégias de socialização parental de pais e filhos adolescentes adoptados e não adoptados, sugere pistas que apontam para um estilo parental autoritativo de pais adoptantes. Deste modo, segundo a opinião de pais e filhos, as famílias adoptivas são percebidas como sendo mais comunicativas, afectivas e indulgentes, com maior recurso a estratégias indutivas, em comparação com famílias não adoptivas. No mesmo estudo, salienta-se a importância de um clima adequado de afecto e comunicação para uma melhor abordagem de temas inerentes à situação de adopção, possivelmente sensíveis e delicados para a criança e os pais.

Neste âmbito, interessa especificar o conceito de estratégias indutivas e coercivas, ambas consideradas estratégias de controlo comportamental, que visam a mudança do comportamento da criança. As **estratégias coercivas** compreendem as práticas que recorrem à aplicação directa do poder parental (Hoffman, cit. por Cecconello et al., 2003), designadamente a punição física e a retirada de privilégios, obrigando a criança a adequar o seu comportamento face as reacções punitivas dos pais. Considera-se que as práticas de índole punitiva se situam num estilo parental autoritário. Por outro lado, as **estratégias indutivas** pretendem uma modificação voluntária e reflectida do comportamento, em que os pais esforçam-se por incentivar a criança a pensar nas consequências das suas acções, através de práticas que envolvem a explicação sobre possíveis efeitos do comportamento, princípios e regras, assim como a valorização da criança. Considera-se que o recurso exclusivo a estratégias coercivas pode ser prejudicial ao desenvolvimento da criança, em oposição a estratégias indutivas. Contudo, o seu efeito pode ser minimizado no caso da estratégia coerciva ser acompanhada de uma explicação para justificar a necessidade de mudança de comportamento (Cecconello et al., 2003).

3.2. Desafios e Recursos no âmbito do Desempenho Parental Adoptivo

O acto de ser pai constitui uma tarefa extremamente complexa e desafiante, que pode submeter os indivíduos a níveis elevados de stress, tendo em conta a multiplicidade de tarefas e exigências que interagem e complexificam a construção da parentalidade adoptiva (Brodzinsky, cit. por Levy-Shiff et al., 1991).

No que toca a principais dificuldades sentidas pelos adoptantes, saliente-se o estudo desenvolvido por Farber e colaboradores (2003), que realça alguns dos desafios enfrentados na experiência parental adoptiva, nomeadamente ao nível da formação de vínculos afectivos e promoção da coesão familiar, desenvolvimento da criança, manutenção da estabilidade financeira, comunicação sobre a adopção e origens biológicas, reacção da rede social, e incerteza quanto à influência da carga genética e história de vida da criança na dinâmica familiar.

Com base nos aspectos explicitados, os pais adoptantes enfrentam situações específicas propícias de elevar os níveis de stress ao extremo, com especial destaque para os adoptantes singulares, em que questões relativas à dificuldade de gestão de tempo e recursos financeiros encontram-se bastante presentes no seu quotidiano. Para além disso, o stress parental nos pais adoptantes pode ser agravado ou influenciado por factores que dizem respeito a problemas intrínsecos à criança, ausência de suporte dos sistemas informais e formais, e discriminação e intrusão excessiva por parte do exterior (Reynolds & Medina, 2008). Aliado a estes aspectos, os cuidadores sentem-se mais vulneráveis em termos físicos e psicológicos, o que pode contribuir para o desenvolvimento de sintomas depressivos, particularmente durante o período de adaptação, em que desafios adicionais se colocam no seio da dinâmica familiar, tal como sugere o estudo realizado por McKay e colaboradores (2010). A presença de expectativas excessivamente elevadas no que concerne ao desenvolvimento da criança e ao exercício da parentalidade, no período de pré-adopção, pode reforçar os sintomas depressivos e alusivos ao stress, aquando do período de pós-adopção (Viana & Welsh, 2010).

Não obstante os inúmeros desafios encarados, o estudo efectuado por Levy-Shiff, Zoran e Shulman (1997) revela que o nível de stress psicológico demonstrado pelos pais mostra-se relativamente reduzido. Um outro estudo, que ressalva as dificuldades encontradas por pais adoptantes, ilustra a tendência para estes experienciarem níveis superiores de satisfação e sentido de auto-eficácia, em comparação com pais biológicos, o que se atribui ao enorme desgaste emocional aquando do período de pré-adopção, que equipou os pais de maiores recursos e competências de

resolução de problemas (Levy-Shiff et al., 1991). Todavia, um estudo que pretende analisar a experiência de famílias com necessidades especiais realça os níveis menores de satisfação parental, em comparação com outras famílias adoptivas (Asbury, Cross, & Waggenpack, 2004). Neste âmbito, interessa citar as conclusões advindas do estudo de Solomon e Poirier (2006), no qual não surgiram evidências significativas de que as crianças adoptadas e mais velhas trouxessem, por si só, mais problemas e dificuldades do que as crianças providas de famílias biológicas. O estudo desenvolvido por Sherrill e Pinderhughes (1999) fundamenta que estas crianças demonstram uma maior aceitação e compreensão face a constelações familiares, designadas de pouco tradicionais, como acontece no caso de famílias adoptivas.

Deste modo, a parentalidade adoptiva exige a mobilização de uma gama de recursos e estratégias adaptativas de resolução de problemas e conflitos (Farber et al., 2003). Para combater os sinais de stress parental e otimizar a qualidade da experiência da parentalidade adoptiva, revela-se de uma imensa importância o apoio providenciado pelos técnicos que integram as equipas responsáveis pela adopção, designadamente ao nível da promoção de forças e competências pessoais e parentais dos pais, e aconselhamento de estratégias educativas e de *coping* positivas, essenciais para se lidar com as situações desafiantes que podem surgir (Reynolds & Medina, 2008).

Da parte dos pais, parece fazer toda a diferença, no posterior funcionamento familiar, que estes procurem reunir toda a informação possível sobre a criança e as especificidades que contornam a experiência de se adoptar uma criança, buscando o apoio contínuo dos seus recursos sociais e comunitários (Sar, 2000). Neste sentido, considera-se que os pais que procuram reunir informação o mais completa possível e antecipam possíveis dificuldades e situações imprevistas, alicerçados em redes de suporte efectivas e positivas, demonstram estar melhor equipados para enfrentar a experiência da adopção e sofrer índices de stress mais reduzidos e monitorizados (Foli & Thompson, 2006). Acrescente-se, como potenciais recursos, a idade e conseqüente maturidade emocional (Levy-Shiff et al., 1991), factores do foro económico, a capacidade de tolerância à frustração, de escuta e de adiamento da gratificação, a manutenção de papéis parentais flexíveis, e a coesão conjugal e familiar (Rosenthal, cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Neste âmbito, mostra-se pertinente aprofundar o estudo desenvolvido por Goldberg e colaboradores (2010), que postula que o processo longo e desgastante da adopção tende a fortalecer os laços conjugais do casal adoptante. Em casos de infertilidade, a vivência desta experiência demonstra intensificar a capacidade de se enfrentar situações adversas.

Os conceitos de coesão familiar e adaptabilidade familiar, propostos por Olson e colaboradores (cit. por Maynard & Olson, 1987) e vistos como dimensões centrais do sistema familiar, podem

servir, igualmente, como factores de protecção para as famílias adoptivas suportarem possíveis dificuldades e problemas, susceptíveis de surgir no âmbito do seu quotidiano parental. Importa explicitar que a **coesão familiar** define-se como o vínculo emocional e grau de autonomia individual que os membros da família experienciam, enquanto a **adaptabilidade familiar** contempla até que ponto o sistema familiar é flexível e possui a capacidade de mudança, em resposta a factores de stress situacionais ou desenvolvimentais (Olson, cit. por Maynard & Olson, 1987).

3.3. A Rede Social e a sua Influência na Parentalidade Adoptiva

“Dá, se puderes; se não puderes, sê afável.”

(Santo Agostinho)

Tal como já referido, no âmbito do processo complexo e multifacetado da parentalidade adoptiva, é importante não descurar a importância da aceitação e apoio transmitidos aos pais adoptantes, por parte de amigos e família extensa, que irá interferir em muito nas dinâmicas familiares e na forma como a experiência da parentalidade adoptiva será vivida, nas suas várias vertentes. Feigelman e Silverman (cit. por Relvas & Alarcão, 2002) reforçam esta ideia, enunciando que o suporte efectivo da rede social exerce um contributo essencial no aumento da auto-estima e sentido de eficácia parental, sentindo-se os pais mais seguros da decisão tomada e mais preparados e confiantes para assumirem as suas tarefas e responsabilidades parentais.

Neste sentido, Barrera e Ainely (cit. por Proctor, Groza, & Rosenthal, s.d.), esclarecem que existem os seguintes tipos de suporte social: **apoio material** (a nível material e monetário); **partilha de tarefas; apoio emocional; aconselhamento** (fornecer dicas e informações pertinentes); **feedback** (reconhecimento do desempenho parental e de aspectos a melhorar); e **interacções sociais positivas** (momentos de diversão e descontração). Também Sluzki (1996) chama a atenção para as denominadas funções da rede social, determinadas pelo tipo de relação interpessoal dominante entre os seus elementos, algumas delas coincidentes com as referidas pelos autores anteriores. Entre estas, inserem-se: a **companhia social** (a realização de actividades conjuntas ou, simplesmente, o estar junto); o **apoio emocional** (relações que apresentam uma atitude emocional positiva, um clima de compreensão, simpatia, empatia, estímulo e apoio); o **aconselhamento** (interacções destinadas a partilhar informação pessoal ou social, clarificar expectativas e fornecer modelos de papéis); a **regulação social** (interacções que recordam e reafirmam responsabilidades e papéis, e favorecem a resolução dos conflitos); o **apoio material ou de serviços** (colaboração específica, com base em

ajuda especializada ou física); e o **acesso a novos contactos** (função que permite o estabelecimento de relações com pessoas que, até então, não faziam parte da rede social do indivíduo).

A rede de suporte social, tipicamente, inclui a família alargada, os amigos, a vizinhança, colegas de trabalho e profissionais do Serviço de Adopção. Estes últimos, através da criação e implementação de Grupos de Pais, têm contribuído imenso para fomentar a partilha de experiências, dúvidas e angústias de futuros pais adoptantes, constituindo assim uma excelente estratégia para auxiliar estes pais a obter apoio e suporte emocional, ultrapassar os desafios e dificuldades e desenvolver competências de tomada de decisão parental. É interessante mencionar que os pais adoptantes, em caso de necessidade de auxílio, tendem a recorrer em primeiro lugar à sua rede de conhecimentos interpessoais ou informais (Gottlieb, cit. por Proctor et al., s.d), encarando o sistema formal (profissionais de ajuda e de saúde, advogados e outros profissionais) como segunda opção, caso a primeira não se encontre disponível (Caplan, cit. por Proctor et al., s.d). Por outras palavras, a literatura revela que as famílias demonstram maior relutância em envolver os sistemas formais na resolução dos seus problemas e dificuldades.

Nesta linha, a rede de suporte social da família adoptiva pode trazer imensos benefícios e recursos, ao fornecer um sentido de identidade individual e familiar; favorecer o encorajamento e *feedback* positivo; servir de protecção contra situações de stress, incentivando a família a redefinir os seus problemas e a buscar as suas soluções e estratégias de resolução de problemas; otimizar conhecimentos e competências da família; e proporcionar oportunidades de socialização (Barrera & Ainely, cit. por Proctor et al., s.d.).

Desta forma, diversos estudos confirmam a importância da existência de uma rede de suporte efectiva para uma parentalidade mais positiva e satisfatória (Green, Furrer, & McAllister, 2007; Kotchick & Forehand, 2002; Levy-Shiff et al., 1991; Mondin, 2008), o que pode explicar os resultados obtidos no estudo de Barth e Berry (cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), em que se verificou uma associação positiva entre a existência de adopções falhadas e um escasso suporte da rede social. Destacam-se, novamente, os estudos que ilustram a necessidade e pertinência de uma intervenção aprofundada dos serviços de adopção, no sentido de apoiar os pais adoptantes a enfrentarem os possíveis desafios e dificuldades surgidos, no período de pós-adopção (Bryan, Flaherty, & Saunders, 2010; Luckock & Hart, 2005; McDonald et al., 2001; Simmel, 2007).

4. A Parentalidade Adoptiva no Singular

Ao longo dos anos, a literatura defendeu que as crianças acolhidas em lares monoparentais teriam maior tendência, comparativamente a crianças adoptadas por casais, de apresentar problemas

do foro comportamental (agressividade, desobediência) e psicológico (reduzida auto-estima, sintomas depressivos) e dificuldades em termos de adaptação escolar, sustentando a teoria de que o facto de ser adoptada e crescer apenas com um pai poderia trazer implicações ao nível do desenvolvimento psicológico, social e mental da criança (Owusu-Bempah, cit. por Nash, 1999).

Existem estudos que sugerem que os adoptantes singulares enfrentam maiores dificuldades no processo de integração (Shireman & Johnson, 1985; Shireman, cit. por Groze, 1991), o que pode estar associado a múltiplas causas. Neste sentido, convém destacar os sentimentos de ansiedade e stress derivados da imprevisibilidade da concretização do desejo de parentalidade, e as inseguranças e dúvidas que podem surgir quanto à capacidade de gerir e conciliar as intermináveis tarefas e responsabilidades a diversos níveis, sem o suporte sistemático de um companheiro. No seu estudo, Feigelman e Silverman (cit. por Pakizegi, 2007) especificam que as dificuldades de ajustamento agravam-se quando se trata de crianças adoptadas, após a idade de seis anos. Importa lembrar que os singulares tendem a adoptar, com maior frequência do que casais, crianças que apresentam desafios e exigências específicas e complexas (mais velhas, de outras etnias, culturas, com problemas mentais ou comportamentais), o que pode explicar as maiores dificuldades sentidas durante os primeiros tempos de permanência da criança no seu novo lar.

Por estas razões, tendo em consideração as especificidades das famílias adoptivas de coabitação monoparental, urge a necessidade de um suporte contínuo dos sistemas familiares, sociais e comunitários (Shireman, 1995), tal como os estudos de Groze (1991) e Groze e Rosenthal (1991) assinalam. Os seus resultados defendem que uma maior aprovação e suporte por parte de familiares e amigos, bem como um maior envolvimento e interacção com outras famílias adoptivas, favorecem todo o processo de integração, dado que permitem normalizar receios e sentimentos de angústia, aliviar a percepção de isolamento social, promover o *empowerment* dos pais adoptantes e a partilha de conselhos, informações e competências.

Deste modo, vários autores surgiram em defesa dos pais adoptantes singulares, argumentando que as suas crianças apresentam níveis de desenvolvimento ajustados, quando comparadas com crianças adoptadas por casais (Groze, 1991; Palmer & Wojslawowicz, 1999), ao contrário do que tende a acontecer em famílias monoparentais biológicas (Anderson, 2003). Os investigadores Groze e Rosenthal (1991) chegaram a conclusões idênticas quando procederam à comparação de padrões de desenvolvimento entre crianças crescidas com casais e singulares, salientando que não obtiveram evidências de que adopções singulares são mais problemáticas do que as adopções feitas por casais. Num estudo de *follow-up* realizado com pais de crianças com necessidades especiais, os resultados

sugeriram, ao contrário do esperado, que os singulares experienciam menos problemas e dificuldades do que os casais adoptantes (Shireman, 1995). Para além disso, após a observação de pais em interacção com as crianças, Groze (1991) sustentou que os pais singulares são, igualmente, capazes de desenvolver relações positivas com os seus filhos. De acordo com Chopping (1999), o facto de ser adoptado por um pai singular não parece trazer impactos adversos para a criança ao nível do seu desenvolvimento ajustado, alegando que a demora no processo de adopção terá implicações mais profundas na criança e na dinâmica familiar adoptiva.

Para justificar o sucesso das famílias adoptivas de coabitação monoparental, Shireman e Johnson (1985) e Shireman (1994, 1995) chamam a atenção para as competências únicas demonstradas pelos singulares, que conseguem gerir eficazmente todas as responsabilidades parentais, mesmo em casos de crianças com necessidades especiais. De acordo com o estudo de Palmer e Wojslawowicz (1999), existem certas evidências que indicam que os indivíduos singulares possuem capacidades específicas para cuidarem de crianças com necessidades especiais. Neste sentido, interessa enfatizar os principais recursos e competências evidenciadas por estes pais no exercício da parentalidade. Desta forma, de acordo com diversos autores, a experiência parental bem-sucedida de singulares deve-se à sua idade e nível de maturidade emocional; formação académica elevada e estabilidade profissional; alto nível de compromisso para com a família; gestão eficiente dos recursos financeiros; laços afectivos criados com a criança; e imensa capacidade de tolerância à frustração e de resolução assertiva de problemas e conflitos, bem como estratégias de *coping* eficientes, adquiridas ao longo do percurso de vida, mas também devido às vicissitudes experimentadas ao longo do processo de adopção (Brooks, 2008; Chopping, 1999; Jenkins, cit. por Nash, 1999).

Com base nas experiências monoparentais adoptivas estudadas, certos autores sugerem que, no caso de algumas crianças, a proximidade e simplicidade da relação estabelecida apenas com um pai pode ser benéfica e reparadora (Shireman, 1995), justificando que, especialmente para crianças com necessidades especiais, relacionar-se com dois adultos, inseridos numa teia conjugal, pode ser um desafio imenso, tendo em consideração a história relacional da criança. Shireman e Johnson (1985) e Groze (1991) reforçam esta ideia ao fundamentar que, em certos casos, um casal não seria a melhor opção para cuidar de uma criança que apresenta determinadas problemáticas, pois os pais singulares podem ir mais facilmente de encontro às necessidades específicas destas crianças, dado que não têm que alimentar uma díade conjugal nem lidar com as tarefas e exigências que uma relação conjugal implica. Assim, estão mais disponíveis emocionalmente para fornecer o envolvimento e suporte que as crianças com experiências prévias negativas necessitam.

Contudo, apesar das potencialidades mencionadas acima, Shireman e Johnson (1985) chamam a atenção para a possibilidade de uma excessiva proximidade na relação parental, que pode dificultar os movimentos de autonomização, essenciais na fase da adolescência. Para além disso, há quem postule que o sucesso referido pelas famílias monoparentais adoptivas possa, em parte, estar associado ao facto de os pais singulares quererem negar as suas dificuldades e problemas, com vista a mostrar a si e aos outros que a sua experiência parental é idêntica às restantes famílias e que possuem igualmente capacidades e competências para exercerem o seu papel parental, na ausência de uma relação conjugal (Brodzinsky, cit. por Levy-Shiff et al., 1991).

II. PROCESSO METODOLÓGICO

1. Questão de Partida

Tendo em conta o crescente interesse de indivíduos singulares⁵ em adoptar uma criança, parece ser de grande importância compreender e explorar as vivências e significações destas formas de famílias emergentes, de forma a se responder eficientemente às suas necessidades e auxiliá-las a lidar com os desafios específicos inerentes à parentalidade adoptiva. Sendo assim, no presente estudo, pretende-se responder à seguinte questão: **“De que forma os singulares vivenciam a experiência da parentalidade adoptiva, em comparação com os casais adoptantes?”**.

2. Abordagem de Investigação

2.1. Paradigma Pós-Positivista

Sendo um sistema básico de crenças e valores que pretende representar e explicar a realidade e o mundo (Guba & Lincoln, 1994), o paradigma proporciona os princípios básicos subjacentes a qualquer processo de investigação, moldando todos os aspectos práticos sobre os quais o investigador se debruça (Daly, 2007). Neste sentido, cada paradigma centra-se na respectiva definição das posições ontológica, epistemológica e metodológica que irá alicerçar o delinear de toda a investigação (Narciso, 2001).

Podemos considerar que o presente estudo se enquadra no **Paradigma Pós-Positivista**, que pressupõe a existência de uma realidade concreta e objectiva (*realismo crítico*), apreendida apenas de modo impreciso e probabilístico, tendo em conta os mecanismos intelectuais do investigador e a

⁵ Aquele que toma a decisão consciente de se tornar pai, por via da adopção, sem estar envolvido numa relação conjugal (Groze, 1991).

natureza complexa do fenómeno. Assim, a sua metodologia centra-se na procura de dados em contextos mais naturais, na recolha de informação de índole situacional, na introdução do factor descoberta como um elemento da investigação e na busca e exploração de pontos de vista, como forma de alcançar significações e propósitos que subjazem o comportamento dos indivíduos (Guba & Lincoln, 1994; Narciso, 2001).

No seio do Paradigma Pós-Positivista, a investigação baseia-se em regras metodológicas específicas, com vista a providenciar um retrato verosímil da realidade experienciada pelos sujeitos inseridos no estudo. Não obstante a importância fulcral atribuída a uma perspectiva objectivista, na qual se deve continuar a mobilizar esforços no sentido de se compreender a realidade concreta e o mais aproximada possível, reconhece-se o facto de as perspectivas teóricas e interpretações que o investigador possui dessa mesma realidade, exercerem um papel fundamental na forma como esta irá ser explicada e representada. Deste modo, o investigador não pode ser encarado meramente como parte extrínseca do processo de investigação. Ao longo do decurso do estudo, este insiste em manter uma posição adequadamente distanciada do processo e, em simultâneo, reconhece e monitoriza as suas interpretações e significações da realidade a explorar, susceptíveis de influenciar o desenrolar da investigação (Daly, 2007).

Apesar do predomínio de uma abordagem do tipo qualitativa, o presente estudo poderá beneficiar do recurso a uma metodologia quantitativa complementar, de modo a enriquecer a compreensão do fenómeno a estudar. A metodologia mista oferece a vantagem de se combinar o rigor e a precisão dos métodos quantitativos com a profunda descrição e exploração de experiências e significações dos indivíduos (Seale, 1999), em que a subjectividade do investigador merece ser tida em consideração.

No âmbito de metodologias mistas, pode surgir a necessidade de priorizar e dar maior ênfase aos dados obtidos a partir de um tipo específico de metodologia de investigação, em detrimento de outro (Hanson, Petska, Creswell, & Creswell, 2005). Tal como supracitado, devido ao facto de a metodologia de carácter qualitativo prevalecer no presente trabalho, seguidamente, aprofunda-se teoricamente este tipo de abordagem de investigação.

2.2. Abordagem Qualitativa

“A investigação qualitativa é particularmente importante para o estudo das relações sociais, dada a pluralidade dos universos de vida.”

Flick (2005, p. 2)

No domínio da investigação em Ciências Sociais, a metodologia qualitativa tem adquirido uma importância crescente e crucial, como forma de responder aos novos contextos e perspectivas sociais, decorrentes de uma imensa diversidade de universos vivenciais e aceleradas transformações sociais. Daí surge a necessidade de se evocarem novas abordagens e métodos diversificados, baseados em pressupostos e objectivos distintos (Flick, 2005) e passíveis de proporcionar dados flexíveis e sensíveis aos contextos de vida dos indivíduos (Mason, 1996). De acordo com Denzin e Lincoln (2003, p.4), trata-se de um tipo de metodologia que engloba um conjunto de “*práticas que tornam o mundo visível*” e permitem alcançar uma compreensão aprofundada do fenómeno em estudo.

Desta forma, a abordagem qualitativa não pressupõe resultados conseguidos através de métodos estatísticos ou outras medidas de quantificação, focando-se, antes, em compreender e explorar as crenças, valores, experiências, comportamentos, emoções, sentimentos e significações dos participantes envolvidos no estudo de determinado fenómeno social (Strauss & Gorbun, 1998), ou seja, o modo como os indivíduos definem e interpretam determinadas vivências. Assim, pode-se considerar que a metodologia qualitativa é caracterizada por ser fundamentalmente pragmática, interpretativa e baseada em experiências de vida (Marshall & Rossman, 1999).

Importa referir, que, na presente abordagem, a teoria é construída com base nos dados obtidos, não se pretendendo a manipulação de variáveis e a generalização de resultados à população estudada. Ao invés de partir da teoria para o teste empírico, a investigação tende a recorrer a estratégias indutivas ou abduativas. Deste modo, pretende-se a emergência e o desenvolvimento da teoria com base nos dados obtidos (indução; Flick, 2005) ou na interacção que se pode estabelecer entre a recolha e análise de dados (abdução; Narciso, 2001), tendo sempre em conta que existem aspectos ainda por explorar, no âmbito da temática que se pretende estudar. Por outras palavras, Mason (1996) afirma que as experiências e acontecimentos de vida dos indivíduos servem de base para a manifestação ou representação de constructos teóricos significativos.

O papel do investigador centra-se numa contínua interligação entre este e os dados, não receando que as suas experiências estejam envolvidas no processo de investigação. Reconhece, assim, a possível existência de enviesamentos decorrentes da sua experiência pessoal e profissional, não descurando a importância de uma posição de objectividade, através de uma atitude de abertura e flexibilidade para escutar e dar voz às vivências dos sujeitos, numa tentativa de representar e explicar a realidade destes, de forma aproximada (Strauss & Gorbun, 1998).

Flick (2005) esclarece que os principais traços que caracterizam a metodologia qualitativa prendem-se com a selecção pertinente e apropriada de métodos e teorias; o reconhecimento e

análise de perspectivas diferenciadas; a reflexão do investigador como parte integrante do processo de produção de saber, tendo por base que a subjectividade do investigador e participantes influencia o desenrolar do processo; e a multiplicidade de métodos e perspectivas.

Considera-se, assim, que as metodologias de carácter qualitativo centram-se na compreensão da complexidade e contextos de vida dos seus participantes, através de um processo activo de construção de conhecimento, com base em métodos que vão de encontro à posição epistemológica do investigador (Mason, 1996). Nesta linha, as perspectivas e quadros de referência dos sujeitos inseridos no estudo adquirem uma importância fundamental (Marshall & Rossman, 1999).

Neste sentido, a presente investigação será de natureza exploratória, com o recurso a uma estratégia metodológica de Estudo de Casos, que pretende reflectir as múltiplas realidades construídas pelos participantes, mostrando-se essencial para a compreensão do contexto e situação em que estes se inserem. Convém ressaltar que, neste âmbito, rejeita-se a noção de generalização e o desenho de conclusões nomotéticas (Lincoln & Guba, 1990).

O estudo de casos consiste num método específico de recolha, organização e análise dos dados (Patton, 1990), que pretende estudar a experiência em particular, enaltecendo a singularidade e individualidade, bem como a sua complexidade (Stakes, 1994). Deste modo, com vista ao estudo intensivo das experiências dos indivíduos, trabalha-se com informação altamente detalhada e compreensiva, colocando o foco nas idiossincrasias, o que favorece a expansão de conhecimento no que toca às variações do comportamento humano (Marczyk, DeMatteo, & Festinger, 2005), a partir da comparação com outros casos.

Assim, o estudo de caso contribui para a construção e desenvolvimento da teoria (Seidman, 1998) e transporta-nos para a vida do indivíduo, manifestando-se como algo de único e holístico (Patton, 1990).

3. Desenho da Investigação

3.1. Objectivos Gerais e Específicos

Com a finalidade de aprofundar conhecimentos e compreender as especificidades das famílias adoptivas de coabitação monoparental, o presente estudo pretende compreender e explorar as vivências e significações de adoptantes singulares, no que respeita à experiência da parentalidade, tendo em consideração as experiências de casais adoptantes.

Mais especificamente, delinearam-se os seguintes objectivos:

- 1) Caracterizar o processo de integração e adaptação familiar à adopção e captar a existência de possíveis especificidades nas famílias adoptivas de coabitação monoparental;
- 2) Analisar e compreender o desempenho parental de pais adoptantes e perceber a existência de especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental;
- 3) Conhecer e compreender o papel da rede social do adoptante na experiência da parentalidade adoptiva e explorar a existência de especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental.

3.2. Questões de Investigação

De modo a concretizar os objectivos gerais e específicos esboçados para a presente investigação, formularam-se as seguintes questões que irão servir de guia de acção para o que se ambiciona explorar no âmbito da monoparentalidade adoptiva:

- 1) De que forma a criança e a família adoptante vivenciam o processo mútuo de integração e adaptação? Existem especificidades relativas às famílias adoptivas de coabitação monoparental?
- 2) Quais as principais práticas parentais evidenciadas pelos pais adoptantes? Denotam-se especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?
- 3) Quais as principais dificuldades e desafios que surgem associados à parentalidade adoptiva? Existem especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?
- 4) Quais os principais recursos e estratégias utilizados pelos adoptantes para fazerem frente a possíveis dificuldades surgidas? Evidenciam-se especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?
- 5) De que modo a relação estabelecida com a rede social exerce influência na forma como a parentalidade adoptiva é vivenciada? Existem especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?

3.3. Mapa Conceptual

O mapa conceptual corresponde a uma representação gráfica ou narrada que pretende explicitar os constructos centrais a explorar e as relações que se estabelecem entre estes, como forma de orientar o investigador relativamente ao processo de recolha e análise dos dados (Narciso, 2001).

Desta forma, favorece a assimilação e compreensão das questões em estudo e destaca toda a dinâmica que sobressai dos constructos e da sua interacção.

Neste sentido, o mapa conceptual apresentado abaixo (Figura 1), procura retratar a experiência da parentalidade adoptiva, dando especial relevo aos indivíduos que optam por adoptar, enquanto singulares.

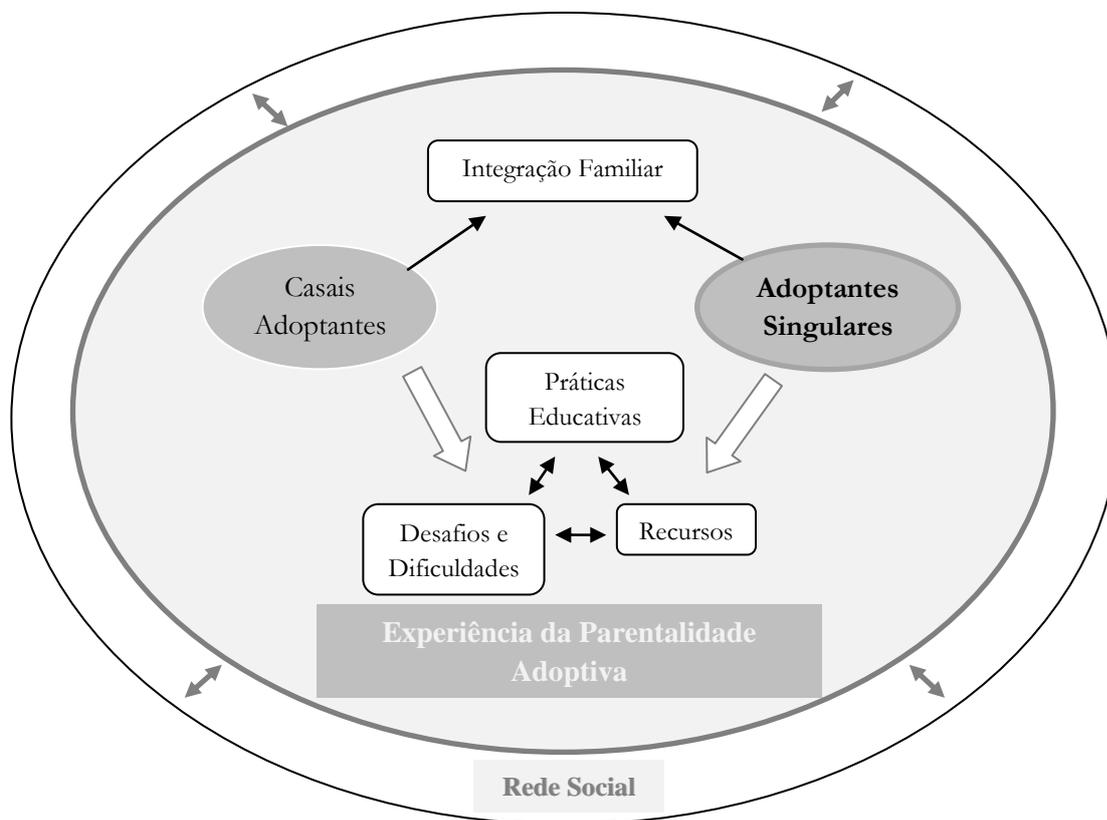


Figura 1 – Mapa Conceptual

4. Estratégia Metodológica

4.1. Selecção e Caracterização da Amostra

O presente trabalho insere-se no âmbito de um estudo mais amplo sobre Stress e Bem-Estar em Famílias Adoptivas, que se encontra actualmente a decorrer num serviço público de adopção⁶.

A amostra da presente investigação - um recorte da amostra já recolhida no estudo mais vasto acima mencionado - é constituída por 4 singulares e 4 casais (12 participantes), que adoptaram uma criança entre os anos de 2004 e 2007. O grupo de singulares é composto por três elementos do sexo

⁶ Uma vez que o estudo se encontra, ainda, em curso, por questões de confidencialidade e anonimato dos dados, não se prestam, aqui, mais informações sobre o mesmo.

feminino e um do sexo masculino. Todos os participantes exercem profissões qualificadas, com formação superior, apresentando idades compreendidas entre os 35 e 53 anos. Uma das mães singulares é de origem africana, enquanto os restantes elementos, que compõem a amostra, são caucasianos.

Em conformidade com a abordagem do tipo qualitativa, a selecção da amostra privilegia os indivíduos susceptíveis de oferecer as melhores perspectivas e de trazerem novas ideias para a elaboração da teoria (Flick, 2005), ou seja, os sujeitos que preenchem os parâmetros relevantes para o fenómeno a estudar (Daly, 2007). Trata-se, assim, de uma amostra não probabilística ou de conveniência, cujo critério de selecção dos participantes se pautou pela sua acessibilidade e segundo determinados critérios pré-estabelecidos, tendo por base os objectivos sobre os quais a investigação se debruça.

4.2. Metodologia de Recolha de Dados

No momento prévio à realização da entrevista, os participantes foram convidados a preencher um questionário sócio-demográfico e um protocolo de investigação constituído por vários questionários e escalas. Abaixo, referenciam-se os instrumentos que irão servir para complementar a análise qualitativa dos dados obtidos no presente estudo.

4.2.1. Instrumentos

a) Questionário Sócio-Demográfico

Apresentado em primeiro plano, intenta reunir informações pessoais acerca dos indivíduos inseridos na amostra, nomeadamente sexo, formação académica, origem étnica, idade, profissão actual, zona de residência habitual, estado civil, com quem habita, número de filhos biológicos, filhos adoptivos ou enteados e respectivas idades, acompanhamento psicológico ou psiquiátrico e religiosidade.

b) Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

Adaptado para a população portuguesa⁷, a partir do *Parental Styles and Dimensions Questionnaire* (PSDQ; Robinson, Mandleco, Olsen, & Hart, 1995), o presente instrumento é composto por 32 itens e corresponde a uma medida de auto e hetero-relato de práticas parentais

⁷ Da autoria de Carapito, Pedro e Ribeiro (2007).

educativas, que representam a seguinte tipologia de estilos parentais: autoritativo, autoritário e permissivo.

c) *FACES II*

Tendo por base o Modelo Circumplexo, proposto por Olson, Portner e Bell (cit. por Place, Hulsmeier, Brownrigg, & Soulsby, 2005), os mesmos autores desenvolveram esta escala de auto-relato, de 30 itens, de modo a avaliar as dimensões *Adaptabilidade Familiar* e *Coesão Familiar*. Assim, convidam-se os elementos da família a analisarem o funcionamento da vida familiar, por meio de afirmações que retratam aspectos positivos e negativos observados nas dinâmicas familiares.

d) *Avaliação da Satisfação Parental*

O presente questionário, construído especificamente para ser utilizado no estudo mais vasto já mencionado (Narciso, 2007⁸), é composto por quatro itens de escolha múltipla, em que os pais se pronunciam acerca do grau de satisfação parental e até que ponto as suas expectativas prévias vão de encontro ao seu desempenho parental actual e relação estabelecida com o filho.

4.2.2. Entrevista Semi-Estruturada

Dado o tipo de informações que se pretende recolher e explorar no âmbito da presente investigação, considerou-se que seria da maior pertinência recorrer a um formato de entrevista semi-estruturada, com posterior análise de conteúdo, por meio do *software QSR NVivo 8*.

A entrevista corresponde a um instrumento de avaliação bastante utilizado no processo de recolha de dados no seio da investigação qualitativa, pois permite obter um vasto, diversificado e detalhado conjunto de informações inerentes às dinâmicas familiares e proporciona um certo clima de informalidade e descontração. A entrevista semi-estruturada é caracterizada pela sua flexibilidade, em que o entrevistador dispõe de um guião de questões básicas, colocadas durante a entrevista de forma não hierarquizada nem ordenada. O guião tem, assim, presente diversos temas sobre os quais se propõe conduzir a entrevista e que vão ser abordados apenas no momento mais adequado (Bénony & Chahraoui, 2002), delimitando os aspectos a serem explorados (Patton, 1990). O entrevistador enquadra o discurso e, de seguida, permite que os entrevistados se pronunciem livremente sobre o tema proposto (Bénony & Chahraoui, 2002). Podemos, desta forma, considerar que o investigador estabelece uma conversa com os intervenientes do estudo, a fim de conhecer e compreender os fenómenos a que se propôs estudar, sendo toda a entrevista orientada para a

⁸ Trata-se de um instrumento a ser estudado na investigação em curso, já referida.

concretização dos objectivos delineados. Por seu lado, parece importante estar atento a informação espontânea que possa emergir, no âmbito da entrevista, susceptível de traduzir e aprofundar a realidade em estudo (Poisson, 1991).

Nesta linha, o recurso à entrevista semi-estruturada está associado ao facto de esta permitir o despoletar de explicações teóricas acerca da temática em particular, através de questões complexas que convidam à emergência de perspectivas alternativas, bem como à diversidade e singularidade (Daly, 2007). O grau de profundidade da informação recolhida constitui outro aspecto a ter em consideração (Quivy & Campenhoudt, 2005). Para além disso, considera-se que o investigador constitui o principal instrumento de recolha de dados, daí a importância de um envolvimento mais estreito entre investigador e participante, numa posição de não neutralidade no terreno e no contacto com a pessoa (Flick, 2005).

No presente estudo, procedeu-se, previamente, à elaboração do guião⁹ da entrevista, organizado em Blocos Temáticos, cujas questões incidem, por exemplo, nos primeiros contactos com o filho, período de pré-adopção, fase de integração e adaptação, reacção de familiares e amigos, principais dificuldades (esperadas ou imprevistas), estratégias e práticas educativas, desenvolvimento da criança a vários níveis, adaptação escolar e prática de actividades extra-curriculares, relação com os pares, recursos da família, impacto da adopção no quotidiano do adoptante, celebração de aniversário biológico e/ou data de adopção plena, rituais familiares, projectos para o futuro em termos de adopção, necessidades sentidas pelas famílias adoptivas e conselhos para pais que adoptaram recentemente. Os temas a abordar em entrevista foram seleccionados com base na literatura e na experiência profissional, quer dos técnicos do serviço público de adopção onde decorre o estudo, quer do investigador responsável.

A entrevista deve iniciar com uma breve explicação dos objectivos do estudo, de modo a elucidar a pessoa que irá fornecer as bases para a investigação (Poisson, 1991). De acordo com a disponibilidade dos pais, as entrevistas, com duração aproximada de duas horas, realizaram-se presencialmente na casa dos entrevistados ou numa sala da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, com o consentimento dos respondentes em relação à gravação áudio das entrevistas, como forma de facilitar o processo de recolha e transcrição dos dados. As entrevistas foram conduzidas pelo investigador responsável.

Posteriormente, a informação recolhida foi transformada em textos através da sua transcrição, servindo de ponto de partida para a análise e interpretação dos dados (Gaskell, 2000).

⁹ Pelo facto de o estudo mais vasto, em que se insere a presente investigação, estar, ainda, a decorrer, não se apresenta o guião da entrevista em Anexo.

4.3. Processo de Análise dos Dados

À medida que se transcreve e analisa as respostas fornecidas pelos participantes, “*reconstitui-se uma vida em resposta a uma questão concreta, elabora-se e interpreta-se uma versão da experiência*” (Flick, 2005, p.36).

Actualmente utilizada para se estudar e analisar dados qualitativos e adaptável a um vasto campo de aplicação, a análise de conteúdo revela-se bastante vantajosa quando se almeja explorar significados, ir mais além do que a mera leitura do real e da compreensão das palavras (Bardin, 2009).

Sobre esta técnica de tratamento da informação, considera-se que a análise de conteúdo consiste na classificação e interpretação de produtos verbais (Cartwright, cit. por Souza Filho, 1996), procurando compreender o que se esconde para além das palavras sobre as quais se debruça. Patton (1990) refere que a análise de conteúdo corresponde ao processo de identificar, codificar e categorizar unidades de análise, facilitando a procura de padrões e temáticas, a partir dos dados obtidos. Digamos que se trata de uma técnica que “*trabalha a palavra, quer dizer a prática da língua realizada por emissores identificáveis*” (Bardin, 2009, p. 45).

No seio do presente estudo, o processo de codificação dos dados efectuou-se através do *software QSR NVivo 8*, cuja funcionalidade trouxe imensas vantagens à análise e interpretação qualitativa. Salienta-se o facto de facilitar a agregação de toda a informação relevante sobre um determinado tópico e oferecer maior rigor a todo o processo de análise e codificação (Kelle & Laurie, 1995). Para tal, importa que o investigador seleccione um *software* que se adeque aos métodos utilizados, sendo o seu recurso cada vez mais frequente, no âmbito das pesquisas qualitativas (Weitzman, 2003).

Desta forma, foram previamente concebidas categorias nucleares, com base na literatura e nos Blocos Temáticos que compõem o guião da entrevista semi-estruturada, seguindo-se a posterior inclusão e interligação de outras categorias e sub-categorias, emergentes a partir dos dados recolhidos. Neste sentido, após a leitura e transcrição integral das entrevistas, inicia-se um conjunto de operações com vista à elaboração de uma teoria (codificação teórica), em que os dados são decompostos, conceptualizados e reagrupados de distintas formas, com o propósito de se construir teoria a partir do material textual (Strauss & Corbin, 1998), num processo de análise indutiva. Este processo implica que se estabeleçam comparações entre os eventos e a formulação de questões sobre os dados. Por outras palavras, torna-se necessário identificar similaridades e diferenças, através de uma contínua análise comparativa, em que categorias e sub-categorias são nomeadas,

relacionadas e redefinidas a um nível de abstracção crescente (Daly, 2007), com vista à criação de uma árvore de categorias¹⁰.

Ao longo deste constante jogo e interacção de ideias, parece essencial uma atitude de abertura, sensibilidade e flexibilidade por parte do investigador para que possa estar atento a ideias e conceitos susceptíveis de emergir a partir dos dados, que irão providenciar as condições para a construção e desenvolvimento de hipóteses e teorias integrativas (Strauss & Corbin, 1998), assim como para a emergência de novas interrogações.

Relativamente à análise e codificação propriamente dita, emergiram várias categorias superiores e respectivas sub-categorias¹¹. Nesta linha, surgem as categorias: **Decisão de Adopção; Qualidade da Integração na Família; Fratria; Parentalidade; Indicadores de Bem-Estar Familiar; Reacções Sociais à Adopção; Relação Rede Social; Especificidades das Famílias Adoptivas de Coabitação Monoparental; e Episódios.**

III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o processo de codificação dos dados, procedeu-se a uma análise de resultados qualitativos e quantitativos para cada caso¹². Com base nesta, realizou-se uma análise e discussão holística dos dados obtidos, apresentada no presente capítulo e organizada em função das questões de investigação previamente delineadas.

1) De que forma a criança e a família adoptante vivenciam o processo mútuo de integração e adaptação? Denotam-se especificidades relativas às famílias adoptivas de coabitação monoparental?

Com base nas respostas fornecidas pelos participantes, é possível pressupor que o **processo de integração** constitui um aspecto central de toda a experiência adoptiva, dependente da interacção de diversos factores alusivos à criança e aos pais. Na maioria dos casos, podemos considerar que a integração é vivenciada positivamente, exigindo a resolução de tarefas que dizem respeito ao impacto das vivências anteriores da criança, a sua idade, aspectos comportamentais, assim como a

¹⁰ Ver Apêndice.

¹¹ Para consulta das sub-categorias emergentes, veja-se Apêndice.

¹² Ver Apêndice.

capacidade de os pais se adaptarem à transição abrupta para a parentalidade e ajustarem as suas expectativas parentais prévias à realidade da criança.

Mais especificamente, verificou-se que as crianças mais velhas trazem, para o quotidiano da sua nova família, algumas das rotinas assimiladas durante a sua permanência no Lar de Acolhimento (*“E durante muito tempo, ele escondia os brinquedos debaixo da almofada, como fazia antes”* - B1/B2). No que toca à história de vida e recordações da família de origem, denota-se uma certa tendência para as crianças não abordarem ou referirem, espontaneamente, acontecimentos de vida anteriores, como se quisessem criar uma barreira entre o período de pré-adopção e pós-adopção (*“Eu acho que ela tenta apagar o passado, tenta esquecer”*- S1; *“Nunca quis falar muito sobre isso”*- S3; *“Entrei e ela assim: “Pois, aqui sou parecida com o meu pai”, e eu: “Ai és? Mostra lá, tão giro”... E ela: “Ah, esquece”*”- D1/D2; *“Corta-se à conversa muitas vezes, é uma verdade”*- S4), apesar de os pais mostrarem abertura para a expressão de acontecimentos relativos à história prévia da criança. Num dos casos, a criança mostra-se completamente à-vontade em abordar o facto de ser adoptada, inclusive com o grupo de pares (*“Ele explica logo: “Sim sim, eu sou adoptado”. Para ficar logo a conversa esclarecida. E para não haver confusões. E é ele que explica”* – C1/C2).

As escassas **referências à família de origem** parecem revestir-se de um cunho de fantasia e idealização (*“Passou por uma fase que era falar dos pais antigos. (...) tinham os nossos nomes também e os avós também (...) as histórias que ele criava”* - B1/B2) ou expressam um desejo de uma ligação biológica com os pais adoptivos (*“Diz muitas vezes: “mãe, eu queria muito ter saído da tua barriga”*” – S3). Para além disso, estas podem associar-se a uma necessidade da criança de compreender a sua identidade e situação familiar (*“Ele uma vez assim: “oh mãe, o que é que eu sou?”; “ah, és adoptado”; “ah, é isso. Eu tenho que ser qualquer coisa, mãe”* – B1/B2). Neste âmbito, o estudo realizado por Elbow (1986) refere que as memórias da criança sobre o seu passado e a família da origem, independentemente de serem positivas, negativas ou idealizadas, podem comprometer a evolução do processo de ajustamento familiar, o que parece não ter acontecido nas famílias em estudo. Neste sentido, a autora destaca a importância de se desenvolver uma identidade familiar que tenha em consideração a história de vida da criança, aspecto que se verifica através das tentativas destes pais de incentivar os filhos a expressarem-se sobre a sua história.

Para além disso, os resultados apontam para uma certa insegurança dos pais quanto à melhor forma de actuar com a criança, devido à sua bagagem vivencial, com o receio de despertarem sentimentos negativos, precipitarem danos emocionais no filho ou prejudicarem a relação parental

(“Nós não estávamos preparados, por exemplo, para lhe dar uma palmada. Se ela vem de uma situação de violência, vou dar-lhe uma palmada?”- D1/D2; “Encostei-lhe a mão à cara e aquilo, para mim, doeu-me tanto. Ainda hoje me recordo e ele também, porque a adoção rejeitada anterior tinha muitas agressões físicas na cara e eu sabia dessa situação e, quando fiz aquilo, ele voltou atrás”- S4). No seu estudo, Shireman (1995) chama a atenção para o impacto que a vivência de uma adoção rejeitada pode trazer na capacidade de a criança voltar a confiar em adultos. Neste âmbito, o estudo de Hughes (1999) considera que as crianças, cujas histórias de vida contemplam episódios de negligência severa e maltrato, mostram-se menos preparadas e capazes de desenvolverem laços afectivos com as suas famílias adoptivas, independentemente do amor e compromisso envolvidos, o que pode fundamentar os receios manifestados pelos pais. O estudo de Erich, Leung, Kindle e Carter (2005) obteve resultados que podem tranquilizar os receios sentidos pelos pais quanto ao impacto de vivências prévias negativas na criança e na dinâmica familiar. Assim, os autores postulam que as famílias, que adoptaram crianças mais velhas e com história de maltrato e abuso, reportam níveis elevados de funcionamento familiar.

Um dos casais destaca a **idade do filho** como um factor facilitador para a integração familiar. Diversos estudos comprovam que a idade avançada da criança (geralmente, a partir dos três anos) está associada a problemas de comportamento e de aprendizagem (Berry & Barth, cit. por Simmel, 2007) e um funcionamento familiar desestruturado (Leung & Erich, cit. por Simmel, 2007). No presente estudo, uma grande parte das crianças foi adoptada com idade superior a cinco anos, o que pode relacionar-se com alguns dos problemas comportamentais e cognitivos mencionados pelos pais (*“Ele, à mínima coisa, puxa a mão e bate”- A1/A2; “eu acho que, intelectualmente, há ali uma décalage em relação à idade de 6 anos e depois alguns comportamentos que ele tem”- C1/C2).*

É possível constatar que, nos casos em que o processo de adaptação traz maiores desafios, os pais atribuem-nos a características da criança (*“Tinha uma personalidade muito negativa (...) Nós andámos ali uns três, quatro meses, que era uma luta constante”- D1/D2; “Era lidar com as birras dele. No início, foi um bocadinho complicado”- S3*), o que pode exigir a colocação de limites e regras mais firmes, com o intuito de se reforçar a hierarquia parental (*“Os castigos eram mais para ele perceber que quem mandava era eu. Um bocadinho mais do que propriamente o castigo ser punitivo”- S3*). Esta necessidade é confirmada pelo estudo de Elbow (1986), que reforça a importância do estabelecimento de limites permeáveis e flexíveis e da afirmação de papéis, principalmente no caso da adoção de crianças mais velhas. Para além disso, vários estudos debruçaram-se sobre a influência de características da criança no período de pós-adoção, desde a

idade avançada, problemas comportamentais e dificuldades do foro emocional ou psicológico (Festinger, cit. por McDonald et al., 2001; Groze & Rosenthal, 1991), podendo contribuir para uma integração menos positiva.

A transição para a parentalidade adoptiva não se reveste de uma preparação e envolvimento gradual no papel parental (Levy-Shiff et al., 1991), daí que seja fonte de maior stress, em comparação com a parentalidade construída no seio de famílias biológicas (Schechter, cit. por Levy-Shiff et al., 1991). Neste sentido, uma das dificuldades referidas, a este nível, centra-se na aquisição de bens e objectos essenciais para a chegada do novo membro (*“Não imaginava que conseguisse ter uma criança (...) tão rapidamente. Portanto, eu não tinha nada, absolutamente nada preparado”*- S2). Neste excerto, é possível ainda perceber a imprevisibilidade e incerteza que caracteriza a adopção singular.

A primeira tarefa a realizar com a vinda da criança é a criação de laços afectivos e um **sentido de pertença**, que nem sempre é imediato (*“Ao fim de três meses, senti que pela primeira vez ele tinha uma afinidade mais (...) eles não estão agarrados desde o princípio, não é?”*- B1/B2). Importa referir o facto de algumas crianças reforçarem, com frequência, o quanto amam os pais e garantir que este sentimento seja recíproco, o que pode ser explicado com o receio da possibilidade de nova ruptura com a família (*“Ela está constantemente a perguntar-me: “Tu gostas muito de mim?””*- S1; *“(...) ele tem imensa dificuldade em separar-se, beijos, beijos, volta para trás aos beijos”*- S3). Não obstante este aspecto, a maioria dos dados revela que o estabelecimento de um sentido de pertença foi algo quase imediato, o que é consonante com a posição de Hughes (1999), na qual grande parte das crianças é bem-sucedida no processo de formação de laços afectivos com a nova família.

No presente estudo, verificou-se que, quando existem **fratrias**, estas parecem constituir um aspecto **facilitador do processo de integração**, servindo os irmãos de alicerce fundamental para que o novo elemento se sinta aceite e amado no seio da nova família. Neste âmbito, a literatura não oferece conclusões consensuais no que toca à presença de filhos biológicos em famílias adoptivas, dividindo-se entre os autores que postulam que este tipo de estrutura familiar propicia problemas de ajustamento (Humphrey, cit. por Brodzinsky & Brodzinsky, 1992) e os autores que assumem que, nas famílias com filhos biológicos, as questões respeitantes à adopção são abordadas de uma forma mais aberta e honesta, o que contribui para uma adaptação mais positiva entre os pais e a criança (Kirk, cit. por Brodzinsky & Brodzinsky, 1992). Interessa mencionar a possibilidade de uma acentuação das diferenças entre os filhos (*“Mas, ele faz mais birras do que os outros, atira-se para o chão, coisa que os outros não faziam”*- A1/A2; *“Lá está, o irmão é muito diferente”*- C1/C2), em termos da implementação de práticas educativas (*“Nunca fizemos isso com nenhum”*-A1/A2) e na

forma como se comportam perante a situação de adopção (e.g., episódio em que a criança se perdeu dos pais – “(...) *uma responsabilidade acrescida por ter sido entregue...Do género "Como é que eu vou explicar isto à sociedade? Como é que eles me vão perdoar?"* (...) *Não soube tomar conta do rapaz*”- A1/A2).

Com base nos resultados, é saliente a necessidade de um **reajustamento e redefinição de rotinas e prioridades** por parte do subsistema parental, em que o **foco de atenção desloca-se para o filho**. Nos casais, observa-se um menor investimento na vida conjugal, dando-se maior relevo ao tempo livre passado em família, principalmente nas famílias que já possuem filhos biológicos (“*Agora até saímos mais, mas é com a família (...) Todos juntos, os sete*”- A1/A2). Para além disso, nas famílias consideradas numerosas, manifesta-se uma **dificuldade em termos da compatibilização de horários** (“*Se calhar, em termos de agitação, foi aquilo que depois demorou mais tempo a encontrar o equilíbrio*”- C1/C2). Esta necessidade de uma reorganização individual, conjugal e familiar está bem patente nos estudos de Goldberg e colaboradores (2010) e Farber e colaboradores (2003). No primeiro estudo, todos os casais relataram um declínio na qualidade da relação conjugal, ao longo do primeiro ano após a adopção plena (Goldberg et al., 2010), o que é parcialmente confirmado pelos resultados obtidos no seio do presente estudo, devido à diminuição do investimento em actividades realizadas a dois, coincidente com a chegada da criança.

Denotam-se diferenças de género relativamente ao confronto de **expectativas parentais** com a realidade da criança. As cuidadoras do sexo masculino consideram que a realidade parental, no que concerne à relação actual com o filho e o seu desempenho parental, se mostrou mais positiva do que o esperado, enquanto os homens tendem a manifestar a existência de expectativas neutras ou expectativas que não se coadunam positivamente com o encontrado. A literatura revista menciona a influência das expectativas prévias no modo como se encara e experiencia a fase inicial da parentalidade adoptiva. Os resultados obtidos confirmam a importância da criação de expectativas realistas e flexíveis, com vista a uma integração mais conseguida e uma experiência parental bem-sucedida (Nelson, cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002). Não obstante os dados surgidos, os pais consideram que a maioria das dificuldades encontradas foi devidamente antecipada (McDonald et al., 2001), o que vai de encontro aos dados qualitativos (e.g., “(...) *mas já estávamos à espera*” – B1/B2). Destaca-se, apenas, um caso em que se verificaram divergências entre a informação prévia adquirida sobre a criança e o comportamento demonstrado por esta (C1/C2). Alguns pais ressalvam a sua **confiança na decisão tomada e capacidade parental**, desde o momento de **decisão de adopção** (“*Nunca pensámos nisso, nós íamos ter mais um filho e ponto final*” – D1/D2; “*Eu acho*

que não tive medo de ser mãe. Nunca tive medo disso. Achei sempre que iria ser completamente capaz” – S3).

A transição para a parentalidade trouxe repercussões mais acentuadas no que toca à **vida profissional** e **gestão financeira**, nos indivíduos singulares. Por um lado, denota-se uma priorização da vida familiar em relação à carreira (“*Com o trabalho, chega aquela hora vou-me embora, não me interessa que fique trabalho por fazer ou não*”- S2) e, por outro, um maior investimento laboral, como forma de garantir recursos financeiros para fazer face aos maiores gastos, advindos com a chegada da criança (“*Acho que nunca trabalhei tanto na minha vida*”- S1).

É interessante verificar o esforço dos indivíduos singulares para arranjar estratégias que permitam a **manutenção das actividades**, realizadas antes da concretização da adopção, nomeadamente, no que concerne aos contactos sociais e aspirações pessoais e profissionais (“*Por exemplo, tive que meter uma licença de tempo parcial para acabar o mestrado, com metade do ordenado, trabalhava metade do tempo*”- S2; “*Quando ele chegou, eu pensei: “meu Deus! Acabaram-se as noitadas, acabaram-se os jantares (...) [Depois voltou tudo] ao normal, ao fim de três meses*”- S3; “*Eu acabo sempre, graças a Deus, por conseguir fazer, com maior ou menor dificuldade, as coisas que gosto de fazer*”- S4). Deste modo, podemos deduzir que os pais singulares pretendem contrariar a tendência de possuírem escassos períodos de descanso e atenção à sua vida e necessidades pessoais, com a agravante de estarem mais susceptíveis ao isolamento e a menor suporte emocional (Anderson, 2003). A ausência do subsistema conjugal e inerente espaço de alicerce emocional (Alarcão, 2006) pode, assim, relacionar-se com uma necessidade de procura de suporte no exterior, nomeadamente nas suas relações familiares e de amizade. Este aspecto pode, também, ser confirmado com base no facto de os indivíduos singulares da amostra integrarem, sempre que possível, o filho nas suas actividades, para que possam continuar a responder às suas necessidades pessoais, sem sobrecarregar a rede social. Num dos casos, verifica-se que a integração nas actividades se deve, também, a uma dificuldade em separar-se do filho (“*Eu nunca consegui separar-me dele, é outra coisa também. Deixá-lo assim em casa [de alguém] (...) nunca consegui muito isso*”- S3). Neste caso, interessa fazer alusão ao estudo realizado por Shireman e Johnson (1985), que alerta para a possibilidade de uma excessiva proximidade na relação parental que pode trazer implicações ao nível do desenvolvimento posterior da autonomia.

É de notar, ainda, que as crianças mais velhas, oriundas de famílias adoptivas de coabitação monoparental, apresentam, inicialmente, maiores **dificuldades em integrar-se na rede social dos pais** (“*Ela não queria ver ninguém e fugia de toda a gente e reagia mesmo mal, parecia que tinha medo. Portanto, não queria que ninguém tirasse aquele mundo que ela conquistou*”- S1; “*Preparei-*

o e disse quem é que íamos conhecer, o que é que representavam para mim (...) quando viu aquela multidão, disse: “eu não saio, eu não saio!”, uma birra enorme”- S3). Esta reacção da criança pode ser fundamentada no estudo realizado por Hoffmann-Riem (1986), que sugere que a integração da criança na rede social do adoptante deve efectuar-se, apenas, após o sentido de pertença se encontrar suficientemente alicerçado.

Nos pais singulares, verifica-se um **confronto de expectativas positivo**, realçando-se que as **expectativas prévias** tendem a ser um pouco mais negativas do que nos casais, o que pode confirmar a existência de receios iniciais mais presentes a revestirem o período que antecede a adopção. Tal como nos casais, o cuidador singular do sexo masculino manifesta a ausência de expectativas sobre a experiência parental. Os discursos dos pais singulares espelham determinados **receios prévios** que podem relacionar-se às expectativas parentais criadas. Salienta-se a antecipação de dificuldades ao nível da aceitação e estabelecimento de um sentido de pertença (“*Eu estava indecisa, “será que ela aceita-me, não aceita?”*” – S1), possíveis influências da carga genética (“*Corri algum risco ao adoptar o Bruno¹³, sabendo as origens da progenitora, mas por acaso tudo correu tão bem*” – S2) ou o receio das implicações da adopção em termos de rotinas e hábitos de vida (“*Tive algum medo, algum receio do facto de me imporem aquelas regras: o jantar, as horas certas, que foi uma coisa que eu tentei (...)*” – S3).

2) Quais as principais práticas parentais evidenciadas pelos pais adoptantes? Denotam-se especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?

De um modo geral, podemos adiantar que as **práticas educativas** demonstradas por singulares tendem a coincidir com as dos casais. Em comum, salienta-se o recurso à técnica da **negociação** (“*Primeiro, portas-te bem e depois a gente logo fala nisso*”- B1/B2; “*(...) um calendário na cozinha, que foi promovido para negociar com ele a questão da televisão*”- C1/C2; “*Eu disse: “se tiveres “muito bom” e ela: “está bem, eu vou ter “muito bom”*”- S1; “*Comecei depois a utilizar a técnica da negociação e comecei a conhecê-lo melhor e a perceber quando é que ele tinha birras*”- S3) e o **incentivo ao diálogo entre pais e filhos** (“*Nós damos-lhe abertura para ela falar de tudo o que quiser*”- D1/D2; “*Tento sempre fazer com que ele perceba que pode falar comigo*”- S4). A importância dada ao diálogo entre pais e filhos é confirmada no estudo de Ferrá (cit. por Muñoz et al., 2007), consistindo numa das principais estratégias educativas utilizadas por famílias adoptivas.

¹³ De modo a proteger a confidencialidade e anonimato dos dados, todos os nomes apresentados são fictícios.

Na família numerosa, com filhos biológicos, acrescenta-se o esforço dos pais para proporcionarem uma **atenção individualizada a cada um dos filhos** (“*Nós ficamos sozinhos com ele quando podemos. Qualquer um deles gosta não é?*”- A1/A2). Neste âmbito, importa salientar que o acto de criar uma família numerosa requer esforços adicionais e grande flexibilidade para atender às necessidades de todos os elementos da família.

No caso de **incumprimento de regras**, denota-se a aplicação de **castigos do tipo físico** (“(...) *eu bato de vez em quando*”- A1/A2; “*É dar uma palmada se for preciso*”- D1/D2; “*Dou umas palmadas no rabo quando se porta mal*”- S4) e, com maior frequência, **castigos não físicos**, que implicam a retirada de algo positivo para a criança (“*Portanto não lhe damos as coisas quando ele faz birras*”- A1/A2; “*Não ver desenhos-animados, não jogar no computador*”- B1/B2; “*Portanto, Não tens festa de anos, estás de castigo*”- D1/D2; “*Ela, mal chegou a casa, disse: “Eu hoje estou de castigo! Eu hoje não vou ver televisão*”- S1; “*Castigá-lo, tirando-lhe coisas que eu sei que ele gosta*”- S2; “*do género “não vês televisão durante oito dias*”- S3; “*É tirar alguma coisa que ele está à espera de fazer*”- S4). Nos pais que referem aplicar castigos físicos, verifica-se a combinação de ambos os géneros de castigo (A1/A2; D1/D2; S4). Para além disso, alguns pais demonstram valorizar a aplicação do castigo, acompanhado de **explicação** (“*E o pai explicou-lhe*”- C1/C2; “*repreendi um bocadinho mas falei com ela*”- S1; “*Tento ao máximo explicar-lhe porque é que ele está de castigo*”- S4) e **reflexão** (“*E depois pergunto-lhe porque é que ele está de castigo, que é para ver se ele não se esqueceu*”- S4). Deste modo, podemos comprovar o recurso a **estratégias indutivas e coercivas de controlo comportamental** (Cecconello et al., 2003).

Ainda como forma de monitorizar o comportamento do filho, os pais referem que, perante as “birras” ou exigências, optam por assumir uma posição mais distanciada, afastando-se para que a criança perceba que os pais estão insatisfeitos com o seu comportamento e que não vai conseguir o que pretende (“*Escusas de falar comigo, que eu não falo contigo*”- B1/B2; “*Nós nunca damos muita consideração aos choros e às birras*”- C1/C2; “*Às vezes fingia que não ligava*”- S1). Em quatro casos, salienta-se a importância de se adoptar uma posição firme, por parte dos pais (“*Não se pode ceder*”- B1/B2; “*É: “Ok, a birra já acabou? Se já acabou, vamos fazer aquilo que nós dissemos à mesma”, e pode durar (...)*”- C1/C2; “*Teve de ceder*”- S2; “*Houve sempre uma regra de base que é: não ceder*”- S3).

A literatura é escassa no que toca a estudos que incidem nos **estilos parentais** de pais adoptantes. Contudo, podemos adiantar através dos excertos mencionados acima, que estamos perante pais que manifestam um estilo parental mais autoritativo, traduzido num esforço em combinar o estabelecimento de regras firmes, abertas a possíveis negociações (Lisi & Lisi, 2007),

com o incentivo à explicação e reflexão de comportamentos (Darling & Steinberg, 1993), procurando modificar atitudes negativas e reforçar as ações positivas, em que a disciplina tende a ser colocada de modo indutivo, com o incentivo à comunicação aberta entre pais e filhos e ao desenvolvimento de capacidades (Cecconello et al, 2003). Acrescenta-se as respostas dadas pelos participantes no QDEP, que sustentam um estilo parental autoritativo. Um estudo realizado com famílias que adoptaram crianças, com idades compreendidas entre os seis e onze anos, reforça estes resultados, comprovando o maior recurso a estratégias do tipo autoritativas, no exercício da parentalidade (Muñoz et al., 2007). Interessa, ainda, aludir que ambos os elementos do casal A1/A2 manifestam valores médios de um estilo parental permissivo e as respostas da mãe do caso S2, aos itens que pretendem avaliar o estilo parental autoritário, sugerem índices médios.

As **divergências parentais** nos casais não parecem traduzir-se em perturbações na dinâmica conjugal, apesar da possibilidade do surgimento de algumas desavenças no seio do subsistema parental (“*Zangamo-nos um bocadinho às vezes*”-A1/A2), pelo que os seus elementos apontam determinadas diferenças na forma de educar os seus filhos (“*Eu bato mais do que a Paula*”- A1/A2; “*eu, às vezes, acho que o Fábio é demasiado rigoroso*”- B1/B2; “*O Paulo é mais preocupado em que eles efectivamente aprendam a andar de bicicleta, e que a gente saia ao fim-de-semana para o ar livre (...)* A Ana é mais preocupada, por exemplo, com as questões das regras, das horas do deitar”- C1/C2; “*Ele tem mais dificuldade em dar uma palmada, eu principalmente pressionava um bocadinho para isso*”- D1/D2). Apesar desta **diferenciação parental**, a maioria dos casais considera que as diferenças notadas são facilmente resolvidas e conciliadas (“*De resto, acho que somos os dois preocupados e tentamos que as regras sejam as mesmas*”- A1/A2; “*Nós geralmente ficamos do mesmo lado*”- B1/B2; “*eu acho que aquilo que é essencial é estarmos muito alinhados*”- C1/C2). No casal D1/D2, a existência de características pessoais e parentais distintas reflectiu-se ao nível da relação conjugal, o que criou alguma instabilidade no seio do casal (“*Houve algumas discussões aqui entre os dois, inicialmente (...) eu sou muito mais brando que a Lídia (...) havia alguma dificuldade, mas tem a ver com os nossos feitios*”), o que vai no sentido das conclusões do estudo de O’Brien e Peyton (2002), segundo as quais os casais que manifestam crenças distintas no que concerne à educação do filho estão mais sujeitos a experienciarem um declínio na intimidade conjugal.

Através de um olhar mais atento, é possível perceber que os indivíduos singulares, em comparação com os casais, procuram **incentivar o filho a participar nas tarefas domésticas** (“*Tentar que ele perceba que precisa de arrumar*”- S2; “*Agora comecei a habituá-lo a dobrar a*

*roupa, a fazer aquelas coisas e deixá-lo a ele fazer”- S3; “Agora começo a explorar outras, que é: pôr as coisas na máquina”- S4), fazendo maior referência à aplicação de regras que passam por esta vertente, o que pode dever-se a uma sobrecarga de funções e tarefas que os cuidadores singulares tendem a enfrentar. Denota-se, ainda, um **envolvimento do progenitor nas actividades do filho** (“Por exemplo, hoje estive a jogar futebol com ele e com os amigos”- S4) e o uso do **reforço positivo** (“Valorização do que ele faz bem”- S2) e **elogio** (“Eu é que tive sorte com o filho que tive”- S4).*

3) Quais as principais dificuldades e desafios que surgem associados à parentalidade adoptiva? Existem especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?

Através dos discursos proferidos pelos pais que inserem o presente estudo, emergem vários tipos de **dificuldades** a revestirem o quotidiano parental das famílias adoptivas, tal como McKay e Ross (2010) postulam, ao destacarem o facto de a construção da parentalidade adoptiva trazer vários desafios.

Nos presentes resultados, um factor em comum que surge, prende-se com a dificuldade em lidar com determinados aspectos do **comportamento** do filho, mais concretamente as “**birras**” (“Atira-se para o chão (...) faz muitas birras onde não deve”- A1/A2; “Ele tinha muitas birras”- S2; “Lidar com as birras dele” – S3; “As dificuldades existem, com certeza, no dia-a-dia, que ele faz uma birra”- S4); o **carácter teimoso** (“É muito desgastante porque, a certa altura, não temos argumentos e depois ele tem tendência a responder (...)”- B1/B2; “Muitas teimosias (...)”- S2); a **tendência para a oposição** (“Diz-lhe qualquer coisa que seja para fazer, a primeira resposta logo é...não, é sistemático!”- B1/B2; “Era o “não” a tudo”- D1/D2); e a **dificuldade na apreensão das regras** (“A apreensão das regras é muito complicado para ele”- B1/B2; “É difícil reconhecer a autoridade”- C1/C2; “Tenho algumas dificuldades em pô-la a dormir cedo”- S1). Refira-se, ainda, uma situação em que os pais alegam a **atitude de teste** adoptada pela filha (“Testa muitas vezes, muitas vezes. Ainda hoje”- D1/D2) e outra em que o filho confrontou os pais acerca da possibilidade de devolução (“Como já estava muito birrento, “e podem ir-me devolver à Dra. Maria que eu não me importo””- B1/B2), o que pode relacionar-se à idade avançada da criança, aquando da adopção (a partir dos cinco anos; Berry & Barth, cit. por Simmel, 2007), o que a faz estar plenamente consciente do seu estatuto de adoptada (Brodzinsky, cit. por Relvas & Alarcão, 2002). Neste sentido, os dados podem confirmar as premissas de certos autores, de que as atitudes de confronto e teste servem para a criança assegurar até que ponto os novos pais a desejam acolher e criar como

pais-para-sempre (Alarcão, 2006; Elbow, 1986; Salvaterra, 2007), testando a possibilidade de devolução.

Outras dificuldades relatadas dizem respeito à **adaptação à parentalidade**, que engloba a falta de experiência, enquanto pais (“*Nós nunca tínhamos sido pais, portanto, também tivemos que aprender*”- B1/B2; “*Há coisas que eu pensava que controlava tudo, mas de repente até na camisola para vestir isso às vezes...*”- S1); a falta de coerência entre a informação fornecida previamente sobre a criança e a realidade encontrada (“*Entre a realidade do Jorge e a realidade dos relatórios, há uma diferença muito grande (...) no que diz respeito a competências sociais, cognitivas...*”- C1/C2); a dificuldade em lidar com o passado da criança (“*Principalmente, porque não estávamos preparados (...) por exemplo, para lhe dar uma palmada (...) se ela vem de uma situação de violência (...) traz seis anos de factores, muitos deles nós desconhecemos*”- D1/D2), sendo que este pode ser usado para explicar certas características e comportamentos manifestados pela criança (“*Se calhar podem-se importar ao passado dele*” – C1/C2; “*(...) também derivado ao passado dele*” – S4); e a dificuldade em responder à transição repentina e imprevisível para a parentalidade (“*(...) eu não ter nada e de repente ter que me organizar (...) enfim, o que se vai fazendo ao longo de nove meses*” – S2).

Para além disso, mencionam-se as dificuldades relativas a **aspectos desenvolvimentais da criança** (**cognitivo** – “*Tem dificuldades em construir, tem dificuldades na concentração*”, **linguístico** – “*Portanto isso depois leva a que na altura...A ter dificuldades na linguagem*”; C1/C2); **comportamento alimentar** (“*Ele come sozinho, com garfo e faca, mas distrai-se muito (...) ao princípio e às vezes ainda acontece isso, que é uma coisa terrível, primeira colher de comida fazia uma fita terrível (...)*” – S2; “*Fazia muitas birras, por exemplo, a comer. Não queria ou não gostava (...) estava tipo comia a sopa e levantava-se da mesa*” – S3); **sobrecarga de tarefas** (“*Porque ela exige imenso...e a ir buscar e pôr ali (...)*” – S1; “*(...) logística de ir levá-lo, de ir pô-lo (...)*”- S4); e **dificuldades ao nível do desempenho escolar do filho** (“*Depois do segundo para o terceiro ano, por uma questão de organização da escola, mudou de professora. Foi péssimo, péssimo! Para ele, tudo foi terrível (...) Foi outra vez a desconcentração*” - B1/B2; “*As nossas grandes lutas é sempre com o estudar*” – S3).

Os resultados obtidos revelam, ainda, uma certa **normalização e desdramatização das dificuldades**, por parte de alguns pais (“*Tem aquelas dificuldades de crianças normais (...)*” – S1; “*É tudo muito natural, até agora não senti nenhuma necessidade. Preocupações, dificuldades não*” – S2; “*São dificuldades que não são dificuldades (...) são coisas que nós já estamos à espera*” – S4; “*Acho que são normais (...) Fazem parte*” – C1/C2). Os autores alertam para o facto de as famílias

adoptivas reportarem um melhor funcionamento familiar do que a realidade, como forma de negarem os seus problemas e dificuldades e mostrarem a si e aos outros que a sua capacidade parental não difere das famílias biológicas (Brodzinsky & Huffman, cit. por Levy-Shiff et al., 1991). No seu estudo, Levy-Shiff e colaboradores (1991) observaram que os pais adoptivos recorrem, do mesmo modo que os pais biológicos, à negação como mecanismo de *coping*, atribuindo os seus relatos optimistas a uma satisfação elevada na sua experiência parental. Também o estudo de Solomon e Poirier (2006) confirma esta tendência de os pais adoptivos relatarem menos problemas e dificuldades na sua vida familiar, em comparação com as famílias biológicas.

Desta forma, podemos afirmar que as dificuldades não interferem na vivência de uma parentalidade positiva e satisfatória. Neste âmbito, os pais reportam índices elevados de **satisfação parental**, observando-se uma maior concordância entre os elementos do casal, do que em relação ao confronto de expectativas. A satisfação máxima no **desempenho parental** e na **relação estabelecida com o filho** é observada nos casos C1/C2, S1 e S2. Nos restantes casos, a satisfação parental mostra-se significativa, com variações subtis entre os elementos do casal. O pai singular considera-se muito insatisfeito com a relação estabelecida com o filho, o que contraria os seus relatos em contexto de entrevista (e.g., *“Porque nós sempre tivemos uma relação muito gira, desde o primeiro dia”*), o que levanta a hipótese da ocorrência de um possível lapso na resposta ao questionário. Os discursos dos participantes confirmam os valores elevados de satisfação parental obtidos a partir de métodos qualitativos (*“Estou muito contente ao fim destes anos todos (...)”* – C1/C2; *“Somos uns heróis!”* – D1/D2; *“Considero que sou um modelo de educação (...) estamos realmente muito bem um com o outro”* – S2; *“Também foi importante para mim ter o Paulo”* – S3; *“Acho que é um caso de sucesso”* – S4).

Ao se proceder à comparação entre as dificuldades enunciadas pelos casais e singulares, chega-se à mesma conclusão obtida por Groze e Rosenthal (1991), na qual a adopção singular não é sinónimo de maiores dificuldades e problemas, em comparação com a adopção feita por casais. Pelo contrário, os pais singulares apontam menos dificuldades na parentalidade. É interessante verificar que, esta tendência para normalizar as dificuldades, possui maior expressividade nos relatos dos cuidadores singulares, talvez com o intuito de salientarem as suas competências e capacidades para desempenharem as suas tarefas e responsabilidades parentais, na ausência de uma relação conjugal. As maiores dificuldades surgem ao nível do comportamento geral da criança, designadamente as “birras”, a teimosia e no cumprimento de regras respeitantes aos horários de sono, do comportamento alimentar e da sobrecarga de tarefas. Quanto a este último aspecto, esperava-se que

a dificuldade em gerir e conciliar papéis e funções fosse mais marcante nos lares adoptivos de coabitação monoparental, tal como sugere Anderson e Stewart (cit. por Chopping, 1999).

4) Quais os principais recursos e estratégias utilizados pelos adoptantes para fazerem frente a possíveis dificuldades surgidas? Evidenciam-se especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?

Com base nos relatos providenciados pelos participantes do presente estudo, é possível captar uma gama de **recursos** utilizados para se enfrentar os desafios enumerados acima.

Nos casais, destaca-se a **procura de informação inerente à adopção e parentalidade** (“*Este livro tem sido muito útil para perceber que havia certas reacções que eu achava que não eram normais*” – A1/A2; “*Compramos também uma série de livros*” – D1/D2); a **experiência prévia com crianças**, seja através da educação de filhos biológicos (“*Nós até já éramos pais*” – C1/C2; “*Isto são coisas que nunca ninguém nos disse, fomos nós que chegámos a esta conclusão ao fim deste tempo todo*” – D1/D2) ou do trabalho com a população infantil (“*Nós trabalhámos até com crianças durante muitos anos*” – C1/C2); **crenças e valores** de vida (“*(...) foi esse o nosso princípio, que o ser humano não é um animal*” – D1/D2) e sobre a parentalidade (“*Não há receitas. Depende da circunstância, depende de muita coisa, até do nosso estado de espírito (...) Uma coisa é certa: uma das técnicas é tentar evitar que aquilo chegue àquele ponto*” – B1/B2); a **idade da criança** (“*O facto de ser um filho adoptivo com 3 anos, há questões que diminuem o impacto (...) Logisticamente é bem mais fácil*” – C1/C2); **forças conjugais (tempo de casamento** – “*Estamos casados há 21 anos, isso não quer dizer nada mas...*” – D1/D2); **promoção do diálogo no seio do casal** – “*Acho que teve de haver sempre aqui diálogo, e temos que nos sentar e conversar sobre isto*” – D1/D2), sendo apontadas como recursos importantes em outros estudos (Humphrey & Kirkwood, cit. por Levy-Shiff et al., 1991); **competências pessoais** (“*Acho que tem a ver com a disponibilidade mental das pessoas para acompanhar as coisas*” – C1/C2); e **confiança nas suas competências parentais** (“*Temos capacidade para levar este barco a bom rumo e foi nessa base que nós nos agarrámos a isso*” – D1/D2).

Assiste-se, ainda, à importância de **recursos extra-familiares**, designadamente a **família** (B1/B2 e C1/C2); **amigos** (B1/B2), especialmente aqueles **com filhos** (C1/C2); e estruturas formais, como a equipa do **Serviço de Adopção** (B1/B2 e D1/D2), **Técnicos de Psicologia** (B1/B2 e C1/C2) e de **Saúde Física** (C1/C2 e D1/D2), **Professores** (B1/B2) e a **equipa do Lar de Acolhimento** (B1/B2).

Salienta-se o facto de o casal A1/A2 mostrar uma preferência por resolver os seus problemas entre o casal, evitando recorrer aos seus recursos sociais, para não sobrecarregar os seus elementos

(Qualquer dia...quando eles derem menos trabalho aos outros. E isso custa-me um bocado” (...) É raro (...) Tentamos não sobrecarregar a família (...) Problemas...resolvemos entre nós”).

Ao incidir-se nos recursos e estratégias manifestados pelos cuidadores **singulares**, é possível compreender a importância de **recursos económicos** (“*Graças a Deus, em termos de saúde económica, não me...*” – S4); **competências pessoais** (“*Eu sou comercial, portanto estou habituado, entre aspas, ao stress*” – S4); **amor parental** (“*São dificuldades que não são dificuldades. Acho que o amor que nós temos um pelo outro é tudo*”- S4); e o facto de se **centrar no bem-estar e futuro do filho** (“*O que me ajuda a superar estes pequenos problemas é eu pensar na realidade dele e no futuro dele*”- S4). Salienta-se ainda a **preparação prévia para a parentalidade**, através da leitura de livros específicos (“*Li os livros*” – S4) ou frequência em reuniões para futuros pais, dinamizadas pelo Serviço de Adopção (“*Eu tive em grupos de...reuniões antes de adoptar, em que eles falavam dos problemas de muitas crianças e que às vezes há crianças que reagem mal*” – S1; “*Eu já fui (...)*” – S3).

Para além disso, convém destacar os **vínculos de afecto** e grande cumplicidade que se observam, especialmente entre pais e filhos de famílias de coabitação monoparental, que servem como factores de protecção para a resolução de dificuldades (E: “*A boa relação que tem com a Sílvia e a evolução dela, acha que isso deve-se sobretudo a quê?*”, G: “*Se calhar, às duas quererem a mesma coisa*” – S1; “*Somos um par muito bem estruturado, uma relação muito boa*” – S2; “*(“(...) peguei nele ao colo e disse: “eu não tenho jeito nenhum para cantar, nem sei músicas...”*). E então lembrei-me daquela do Cuco na Giesta” – S3; “*Porque nós sempre tivemos uma relação muito gira, desde o primeiro dia*” – S4).

Quanto a **recursos de índole extra-familiar**, constata-se o apoio da **família** do adoptante (S1, S2, S3 e S4), **amigos** (S2, S3 e S4) e **amigos com filhos** (S3), e **comunidade** (S4). Relativamente a apoios formais, salienta-se o suporte da equipa do **Serviço de Adopção** (S1 e S2), **equipa do Lar de Acolhimento** (S2), **escola** (S2 e S3) e **Psicólogos** (S2, S3 e S4).

Importa referir que os casais mostram uma maior tendência para recorrerem aos recursos intra-familiares e apoios formais, enquanto os indivíduos singulares parecem optar mais pelo apoio de recursos extra-familiares, dando especial ênfase à sua rede de suporte informal. Nesta linha, a interligação entre diversos tipos de recursos exerce influência no modo como as tarefas e exigências parentais serão conciliadas e resolvidas e, conseqüentemente, na adaptação à parentalidade adoptiva (Farber et al., 2003).

Acrescenta-se que as informações sócio-demográficas dos adoptantes, em estudo, coincidem com as características apontadas pela literatura, constituindo-se como recursos individuais e, portanto, factores de protecção para uma experiência parental mais positiva (Brooks, 2008; Chopping, 1999; Morrison, cit. por Nash, 1999). Sobressai a idade mais avançada, em comparação com pais biológicos com filhos em idades similares, e consequente maturidade emocional; formação académica elevada; e profissões qualificadas, que proporcionam uma certa estabilidade financeira.

Interessa ainda mencionar os elevados índices de coesão e adaptabilidade familiar, expressos nas respostas ao FACES II, que servem igualmente de recurso importante para a resolução dos desafios e dificuldades.

Ainda no plano dos recursos, alguns pais sugeriram a criação de um espaço dedicado a pais adoptantes, onde estes possam partilhar experiências, dúvidas e estratégias no âmbito da parentalidade (“*Quem já adoptou (...) para dar ajuda aos pais que estão a adoptar*” – A1/A2; “*Eu acho importante que os pais sejam acompanhados...que se tenha conversas, se calhar de pais, com a presença das técnicas*” – B1/B2; “*A pessoa poder ouvir e contactar com experiências*” – C1/C2; “*A questão das reuniões acho que é importante*” – D1/D2; “*Criar e profissionalizar quase um grupo de pais que tenham adoptado com experiência para irem a reuniões, para falarem com os outros pais*” – S3; “*Juntarem-se dez pais aqui, cada um a contar a sua experiência*” – S4). O estudo realizado por Bryan e colaboradores (2010) salienta a importância da implementação de programas específicos que ofereça suporte a pais adoptantes, especialmente no que concerne a apoio emocional e troca de informações.

No que toca a **estratégias educativas** utilizadas, considera-se que estas vão de encontro às práticas parentais, abordadas na questão anterior. Acrescenta-se, apenas, o recurso a uma estratégia específica, por parte de uma mãe singular, como forma de ultrapassar a dificuldade ao nível do comportamento alimentar do filho, em que esta optou por recriar o momento das refeições, envolvendo-o com uma carga de afectividade e transformando-o num ritual familiar (“*Tentei que o espaço de mesa fosse um espaço valorizado por ele. Então, pedia-lhe para pôr a mesa (...) gosta de enfeitar a mesa (...) Tento sempre arranjar assim uma história*” – S3). Deste modo, reforça-se o enorme impacto associado ao ritual familiar, no sentido da criação de mudança no seio da família (Lind, 2004).

5) De que modo a relação estabelecida com a rede social exerce influência na forma como a parentalidade adoptiva é vivenciada? Existem especificidades características das famílias adoptivas de coabitação monoparental?

Através dos discursos dos participantes, torna-se possível compreender o impacto que uma **rede social**, mais ou menos apoiante, pode exercer na vivência da parentalidade.

A sua influência inicia-se logo no momento em que o adoptante expressa a sua decisão de adoptar. Nas famílias em estudo, revela-se uma tendência para a **família de origem** apoiar, **imediatamente** (“*Toda a gente queria vê-la...pronto era um membro novo da família*” – S1; “*Foi uma surpresa muito agradável para toda a gente*” – S2; “*Recebeu muito bem o Paulo, ficou muito contente*” – S3) ou **progressivamente** a situação de adopção (“*Não foi fácil, a minha família aceitar a situação (...) estava tudo muito de pé atrás (...) estavam-se a habituar à situação não é? (...) A minha mãe foi conquistadíssima porque estava com 20 pés atrás*” – A1/A2; “*No primeiro momento, o ser adoptado...o porquê (...) foi ali um processo de digestão. Primeiro a questão da adopção em si, o porquê, “Se podes ter filhos porque vais adoptar?”, e depois a questão em si da cor, que foi uma questão colocada porque de facto levantou uma série de outros fantasmas do baú das memórias, não é?”* – C1/C2; “*A minha mãe não aceitava a adopção (...) [Agora] São grandes amigas, criaram ali uma relação excepcional*” – D1/D2). No caso S4, o facto de já conhecer a criança favoreceu a reacção da família à adopção (“*Como nós já o conhecíamos, ele já estava enturmado*”), contudo a reacção inicial revestiu-se de alguma relutância (“*Quando contei, eles: “está bem, e já reparaste que vais mudar a tua vida? A tua vida vai dar uma volta de 180 graus”*”).

Em todos os casos, denota-se uma **reacção** e um **suporte positivo** por parte dos **amigos** (“*Foi bem. Ótimo. Um bocadinho surpresa (...) foi sempre uma reacção positiva*” – A1/A2; “*Colaboraram, aquilo parecia quase a operação pirâmide (risos), com roupas, outros com brinquedos, com camas (...) tenho uma relação mais próxima com os amigos, porque vivemos também todos mais perto, no fundo a proximidade ajuda, do que com a família (...) Com os amigos isso sim, há sempre muitos encontros...*” – S2; “*Gostam imenso do Paulo*” – S3). Surge, apenas, uma situação de uma **reacção social negativa** por parte de alguns **amigos** (“*Quando eu mostrei o Paulo, a mãe dela disse: “ah, é perigosíssimo. Não deixes a tua filha conviver com o Paulo, porque normalmente são crianças filhas de marginais e doentes com Sida” (...) na altura, disse-me: “ai, ele é...parece deficiente, é horrível. Como é que tu te metes numa coisa destas?”*” – S3), o que levou ao imediato afastamento por parte da mãe.

A **comunidade** revela, nalguns casos, uma reacção mais **neutra** (“*Pelo menos, nunca ninguém fez nenhum comentário (...) As pessoas não têm proximidade suficiente para falarem disso*” –

B1/B2). Refira-se, ainda, **reações menos positivas** por parte da comunidade, estigmatizantes (“*Eu achei muito desagradável uma mãe que me disse, não foi relativamente ao Paulo porque não sabia que o Paulo era adoptado...à porta da escola, disse-me assim: “o João é horrível, aliás uma criança adoptada. Nem quero que o Ricardo esteja com ele”. Não sabia que o Paulo era adoptado*” – S3), ou devido a questões relativas à origem étnica da criança (“*estavam a chamar-lhe preto*” – C1/C2). Contudo, observam-se situações em que a **reacção da comunidade** mostra-se **positiva** (“*As pessoas quando viram este caso, ficaram contentes, ficaram felizes (...)*” – S2).

Tal como já foi introduzido na resposta à questão anterior, a rede social pode contribuir, de distintas formas, para uma parentalidade adoptiva mais positiva e conseguida (Barrera & Ainely, cit. por Proctor et al., s.d).

Neste sentido, com base nas respostas disponibilizadas, a rede social mais próxima, ou seja, de carácter informal, tende a desempenhar funções, principalmente, ao nível de apoio material (“*Colaboraram, aquilo parecia quase a operação pirâmide (risos), com roupas, outros com brinquedos, com camas*” – S2), partilha de tarefas (“*E “um dia se quiserem ir ao cinema, digam que a gente fica com ele”*” – B1/B2; “*Ou fica com a minha mãe ou fica com a minha sobrinha*” – S1; “*Às vezes, tem que ficar com amigos ou a minha mãe vai ficar lá, se eu preciso de outra coisa*” – S2; “*eles é que ficaram com o Ricardo*” – S4), apoio emocional (“*Foi uma pessoa fantástica que me ajudou imenso*” – S3), aconselhamento (amigos com filhos - “*Percebo que são muito diferentes. Vão ouvindo coisas e “ah também já fiz isso ou nunca tinha pensado nisso, vou experimentar*” – S2; “*Um núcleo de amigos que têm filhos de idades próximas e há questões que falamos entre nós*” – C1/C2), feedback (“*Vocês às vezes têm essas ideias mas o João está óptimo*” – C1/C2) e interacções sociais positivas (“*Com os amigos isso sim, há sempre muitos encontros*” – S2).

As estruturas formais, que incluem profissionais de diversas áreas e determinados elementos da comunidade, demonstram executar funções no que respeita ao apoio emocional (“*Nós sempre transmitimos as nossas angústias*” – B1/B2; “*Continuo a lá ir à Ajuda de Berço, o próprio Ricardo às vezes pede para lá ir, portanto sinto apoio ali*” – S4), aconselhamento (“*Para pôr as nossas dúvidas*” – B1/B2; “*Também nos tinham dito, as técnicas da Santa Casa (...)*” – D1/D2) e feedback (“*Na opinião das educadoras e até de um psicólogo, que ele teve num centro de acolhimento, (...) também cheguei a ter uma reunião com o psicólogo de lá e também estava tudo bem*” – S4). Mais uma vez, salienta-se o facto de o tipo de suporte oferecido pela rede social formal ir de encontro às conclusões do estudo de Bryan e colaboradores (2010).

É interessante verificar que a reacção da família de origem mostrou-se mais positiva e imediata, nos casos de adopção singular. Existem situações em que a família demonstra uma postura mais relutante à adopção de uma criança provinda de outra cultura, o que entra em consonância com os resultados do estudo de Singer (cit. por Brodzinsky & Pinderhughes, 2002), nos quais se denota uma redução do apoio percebido, aquando da comunicação de adopção de crianças de diferentes etnias ou culturas. Não obstante estes aspectos, nas famílias adoptivas de coabitação monoparental, constata-se um maior suporte providenciado pelos amigos, em relação à família de origem. Esta última tende a apoiar, principalmente, ao nível da partilha de tarefas, enquanto os primeiros exercem tarefas de apoio material, partilha de tarefas, apoio emocional, aconselhamento e interacções sociais positivas. Relativamente à comunidade, salienta-se, apenas, o apoio emocional fornecido pela comunidade num dos casos de adopção singular.

O grupo de pares da criança mostra expressar uma reacção mais negativa quando se trata de um lar monoparental, apontando a ausência do outro progenitor (“Disse-me: “mães, sabes uma coisa? Lá na escola, sabes o que é que eles disseram? Dizem que eu não tenho pai, só tenho mãe”- S3) ou características étnicas da criança (“Houve uma vez...que hoje em dia, é o melhor amigo dele...que lhe chamaram “preto, cigano e adoptado”” – S4). Mais uma vez, saliente-se as conclusões do estudo de Shireman (cit. por Weinraub, Horvath, & Gringlas, 2002), que indicam uma maior abertura e flexibilidade, por parte de indivíduos singulares, para acolherem crianças com estas características.

No que concerne ao apoio proporcionado pelos sistemas formais, os singulares obtêm, particularmente, *feedback* acerca do seu desempenho na parentalidade, reforçando-se a sua preferência para acederem aos elementos mais próximos da rede social, ou seja, aos apoios de natureza informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Capítulo será dedicado à reflexão dos principais resultados obtidos no estudo, que permitem a concretização dos objectivos delineados. Pretende-se, ainda, abordar algumas limitações sentidas e possíveis implicações para o campo da investigação, lançando-se pistas e sugestões para futuras pesquisas.

Com o intuito de se aprofundar o estudo e compreensão das vivências e significações de famílias adoptivas de coabitação monoparental, teve-se também em consideração as experiências parentais de casais adoptantes, servindo estas como ponto de partida e possível comparação.

Especificamente, focou-se o processo de integração e adaptação familiar, práticas parentais, principais dificuldades e recursos, e a influência da rede social na parentalidade adoptiva.

Relativamente ao **processo de integração**, na transição para a parentalidade adoptiva, surge a necessidade de ajustamentos significativos no que toca à vida profissional e gestão financeira por parte dos singulares, e um esforço no sentido da manutenção de actividades sociais e concretização de objectivos pessoais, na maioria das vezes, através de uma integração do filho nessas mesmas actividades. Por seu lado, esta integração pode dever-se a uma dificuldade em separar-se do filho. É interessante observar que as crianças, oriundas de lares adoptivos de coabitação monoparental, manifestam maiores dificuldades em integrar-se na rede social do cuidador.

As conclusões obtidas no estudo de Levy-Shiff e colaboradores (1991) sustentam que as expectativas parentais no período de pré-adoção influenciam fortemente o processo de integração familiar. Em ambas as formas de famílias, pode-se considerar que a integração familiar se desenrolou positivamente, cujas expectativas prévias, na maioria dos casos, não interferiram no sucesso da integração e desempenho parental. Mostra-se, assim, importante a congruência entre as expectativas parentais iniciais e o comportamento e desenvolvimento actual evidenciado pela criança (Simmel, 2007). Verifica-se, ainda, uma diferença de géneros relativamente à formação e confronto de expectativas, em que os homens, inclusive o singular, mostram uma tendência para mostrar expectativas neutras, enquanto as mulheres antecipam a parentalidade de uma forma mais negativa do que a realidade encontrada. Este último aspecto contraria os resultados provindos do estudo de Goldberg e Smith (2009), no qual as cuidadoras do sexo feminino tinham visões mais optimistas quanto à sua competência parental, no período anterior à adopção.

Ao centrarmo-nos nas **práticas parentais**, reconhece-se uma predominância de um estilo parental do tipo autoritativo, não se evidenciando diferenças significativas no que toca a comportamentos parentais. Ambas as formas de família, demonstram aplicar a técnica da negociação e valorizar o diálogo entre pais e filhos, assumindo uma postura de firmeza e distanciada, como forma de transmitir ao filho a sua insatisfação face a comportamentos menos adequados. De modo a monitorizar e controlar o comportamento da criança, constata-se a conjugação de estratégias indutivas e coercivas de controlo comportamental. Deste modo, os resultados discordam da ideia de que os pais adoptantes iniciam o seu desempenho parental, assumindo uma postura mais permissiva, tendo por base a crença de a sua atitude irá favorecer a formação de laços de afecto e transmitir à criança que estão activamente envolvidos no seu papel e irão responder às suas necessidades (Hughes, 1999).

Nos casais, os dados confirmam a influência de possíveis divergências parentais na conjugalidade, o que cria alguma instabilidade no seio do casal, que facilmente é ultrapassada, por meio do diálogo ou em virtude de crenças e valores partilhados. Assim, podemos adiantar que estamos perante casais, que espelham uma vivência conjugal positiva. Por outro lado, é possível perceber que os pais, imersos numa díade conjugal, enfrentam tarefas adicionais, em comparação com os singulares, que passam por alimentar o subsistema conjugal.

Ao debruçarmos a atenção nos cuidadores singulares, surge uma maior valorização e incentivo da participação do filho na realização de tarefas domésticas. O elogio e reforço positivo mostram-se, também, mais expressivos nas famílias adoptivas de coabitação monoparental. Denota-se, ainda, uma maior disponibilidade emocional no cuidado à criança, advinda da ausência de um subsistema conjugal.

No que diz respeito a **dificuldades** sentidas, os singulares tendem a assumir uma atitude de maior desvalorização e desdramatização. No exercício da parentalidade singular, distinguem-se as dificuldades que dizem respeito a factores relativos ao comportamento da criança, alimentação, transição abrupta para a experiência parental, e sobrecarga de tarefas. Não se observam comportamentos de oposição e teste, nem dificuldades ao nível do desenvolvimento da criança ou em lidar com o seu passado, como acontece nas famílias compostas por ambos os progenitores. Vale a pena questionar se estes resultados expressam efectivamente as potencialidades de lares adoptivos de coabitação monoparental ou revelam uma tentativa para os singulares afirmarem as suas condições e competências para assegurarem os cuidados a uma criança (Brodzinsky & Huffman, cit. por Levy-Shiff et al., 1991). Também os níveis elevados de satisfação parental podem ajudar a responder a esta questão, explicando os relatos mais optimistas, tal como Levy-Shiff e colaboradores (1991) comprovaram no seu estudo.

De modo a fazer face às dificuldades surgidas, diversos **recursos** são contemplados. Relativamente aos singulares, as especificidades surgem ao nível dos recursos do foro económico, amor parental, foco no bem-estar e futuro da criança, e vínculos profundos de afecto evidenciados. Ao contrário dos casais, tendem a procurar suporte na sua rede de apoio informal (família de origem e amigos), recorrendo, em maior grau, a recursos extra-familiares. Tal pode ser explicado pelo facto de os casais usufruírem de um espaço de “*distensão e suporte emocional para a resolução de certos problemas intra e extra-familiares*” (Alarcão, 2006, p. 214), daí a sua menor necessidade em procurar apoio no exterior.

Os resultados obtidos foram unânimes em mostrar os elevados índices de coesão e adaptabilidade familiar, recursos igualmente importantes. Para além disso, as características sócio-

demográficas dos participantes constituem aspectos facilitadores do exercício da parentalidade. No âmbito de estratégias educativas utilizadas, estas coincidem com as práticas parentais supracitadas, logo não se constata especificidades significativas entre casais e singulares. Destaca-se, apenas, a implementação de um ritual familiar por uma mãe singular, com vista a colmatar dificuldades em termos do comportamento alimentar da criança.

A **relação com a rede social** demonstra ter um impacto positivo na experiência parental adoptiva, em ambas as formas de família. A família de origem demonstrou uma reacção positiva mais imediata nos casos de adopção singular, enquanto os casais relatam mais dificuldades para a família aceitar a decisão de adopção, em especial quando se trata de adopção de crianças oriundas de outra cultura. Numa das famílias adoptivas de coabitação monoparental, em que o adoptante é do sexo masculino, o facto de conhecer previamente a criança favoreceu a aceitação da família, à adopção. Tanto os casais como os singulares, podem contar com a família extensa no que toca à partilha de tarefas, sendo que os primeiros acrescentam ainda o *feedback* disponibilizado.

Os resultados encontrados sustentam o suporte importante e sistemático, providenciado pelos amigos, com uma tendência para uma reacção positiva imediata à situação de adopção. Refira-se, apenas, um relato de uma atitude estigmatizante perante a criança adoptada, provinda da rede social de um singular. Nos casais, o contributo dos amigos surge através de aconselhamento, ao passo que, nos singulares, este expressa-se em maior grau, por meio de apoio material, partilha de tarefas, apoio emocional, aconselhamento e interacções sociais positivas.

Quanto à postura evidenciada pela comunidade, esta divide-se entre uma reacção negativa, devido a atribuições associadas ao estatuto de adoptado e às origens étnicas da criança, e uma reacção positiva, no caso de uma família adoptiva de coabitação monoparental. Na adopção por casais, em particular, a comunidade tende a demonstrar uma atitude mais neutra. Salienta-se, apenas, o apoio emocional fornecido pela comunidade a um adoptante singular, não sendo este suporte apontado pelos casais. Importa acrescentar que o grupo de pares da criança manifesta uma reacção menos positiva no caso de adopção singular, fazendo referência à ausência do outro progenitor e à etnia da criança.

Os sistemas formais exercem, igualmente, uma influência essencial na parentalidade adoptiva. Nos casais, salienta-se o apoio fornecido ao nível do aconselhamento e apoio emocional, sendo que nos singulares, é possível perceber o suporte traduzido em *feedback* sobre o desempenho parental. Nesta linha, podemos considerar que ambas as formas de família evidenciam níveis adequados de suporte, oriundo da sua rede social mais próxima, conclusão partilhada pelo estudo de Erich e

colaboradores (2005). Tal como Proctor e colaboradores (s.d.) assinalam, as famílias adoptivas tendem a conjugar os recursos das redes de apoio formais e informais.

Podemos, assim, avançar que os participantes do presente estudo demonstram enfrentar os desafios inerentes à parentalidade, por meio da mobilização de recursos e estratégias adaptativas de resolução de problemas (Farber, 2003). Ao focar a atenção no desempenho de cuidadores singulares, os dados transmitem a sua capacidade de assegurar as suas responsabilidades parentais e lidar eficazmente com questões específicas inerentes à adopção (Shireman, 1994). Destaca-se o facto de os resultados, sustentados pelos estudos de Branham (cit. por Chopping, 1999), Fonte (2004), Groze (1991), Groze e Rosenthal (1991) e Shireman (1994, 1995), evidenciarem as capacidades dos pais singulares para fazerem face aos desafios e dificuldades inerentes à parentalidade adoptiva, assim como para desenvolverem e utilizarem, eficazmente, a sua rede social. Assim, os singulares demonstram competências e recursos que permitem uma vivência parental igualmente positiva e satisfatória, quando comparados com os casais adoptantes, emergindo diversas especificidades no seio da parentalidade adoptiva.

Apesar de uma prevalência de adoptantes do sexo feminino, surge um cuidador do sexo masculino a assumir, por completo, as tarefas e responsabilidades parentais. No que toca à experiência de homens a adoptar, enquanto singulares, a literatura oferece informações escassas. É possível adiantar que as motivações que levam os homens a protagonizarem o papel parental têm sofrido mutações ao longo dos tempos, não se restringindo a situações de viuvez e divórcio (Brooks, 2008), pelo que se verifica um interesse crescente de homens a encararem a adopção como uma possível via para a parentalidade. Neste âmbito, Connel (cit. por Mendes, 2007) sugere que esta tendência pode estar relacionada com a emergência de novas formas de se viver a masculinidade, ou seja, diversas formas de se perceber e compreender a construção social associada ao *ser homem*, estando-se perante uma nova geração que afirma querer exercer um papel mais activo, efectivo e interventivo, enquanto pais (Mendes, 2007). Os poucos estudos existentes na área sustentam a ausência de evidências de que a experiência parental masculina seja diferente em relação à de mulheres adoptantes, dado que ambos parecem enfrentar as mesmas dificuldades e possuir competências e recursos similares (Greif, cit. por Anderson, 2003; Shireman, 1995), conclusões que são partilhadas pelos resultados obtidos no presente estudo.

Como limitações da presente investigação, reconhece-se a dimensão reduzida da amostra, pelo que a inclusão de um número mais elevado de indivíduos poderia enriquecer o estudo da experiência parental adoptiva, especialmente das famílias adoptivas de coabitação monoparental. Contudo, dado tratar-se de uma amostra de conveniência e dependente da disponibilidade dos

participantes, tal revelou não ser possível de concretizar. A subjectividade do processo de análise e codificação dos dados merece igualmente ser tida em consideração, ainda mais por ter sido apenas efectuada por um investigador, o que aumenta a probabilidade de possíveis enviesamentos. Saliente-se, ainda, o facto de um dos participantes do estudo não ter preenchido a mesma escala de instrumentos que os restantes elementos, por razões que se devem a alterações metodológicas no estudo mais vasto, onde se insere a presente investigação. Este aspecto pode ter limitado, em parte, a obtenção de resultados que poderiam valorizar, ainda mais, o estudo sobre as vivências parentais de adoptantes singulares.

No estudo da parentalidade adoptiva, sugere-se a realização de pesquisas que aprofundem as práticas e estilos parentais de pais adoptantes, com especial ênfase para pais singulares. Interessa, também, a realização de estudos que permitam explorar, de forma mais aprofundada, as especificidades destas formas de família, com recurso a um estudo de carácter misto, com igual prevalência de metodologias quantitativas. Tal poderia oferecer visões abrangentes sobre a parentalidade adoptiva em lares monoparentais e conclusões firmes e consistentes sobre as suas características e potencialidades. Seria, também, promissor a contribuição de estudos transversais ou longitudinais que incidam nas vivências parentais de singulares, visando a compreensão das dinâmicas familiares e possíveis especificidades, nas várias fases do ciclo vital da família.

Importa lembrar a sugestão dada por vários pais, que consiste na criação de um grupo de pais adoptantes, o que poderia servir de recurso importante, no âmbito da parentalidade adoptiva. Os estudos realizados na área não oferecem evidências sólidas de que os serviços de pós-adoção podem contribuir para uma diminuição das taxas de adopções mal-sucedidas (ver Anderson, 2006). Salientam-se possíveis potencialidades advindas de uma iniciativa desta índole, que se prendem com a redução de sentimentos de isolamento e a optimização de estratégias de *coping* e educativas, através de um espírito de partilha e entreajuda com outros pais, em situações idênticas (Proctor et al., s.d.). Mostra-se importante mencionar, ainda, um estudo que prevê, como maiores desafios no trabalho e intervenção com pais adoptivos, a procura de um equilíbrio entre as expectativas parentais e as características reais da criança (Barth, 2002). Em suma, ao compreender-se as principais necessidades e dificuldades enfrentadas pelas famílias adoptantes, poderemos dar um contributo importante na implementação de serviços de apoio para pais, no período de pós-adoção.

“Teria sido maravilhoso se eu tivesse um livro que cobrisse todos estes problemas, quando me debatia com eles. Sentia medo de expressar os meus sentimentos a qualquer pessoa. Não queremos que os outros saibam que estamos deprimidos depois de termos recebido uma criança, a criança que esperámos durante tanto tempo. Nem sequer queremos admitir que somos mães normais e não temos as respostas todas (...) Num certo sentido, amá-las tanto ainda torna as coisas mais difíceis.”¹⁴

¹⁴ Trata-se da declaração de uma mãe adoptante que pretende salientar a importância de os pais partilharem e discutirem, em conjunto, estas questões, retratando assim a imensa complexidade inerente à parentalidade adoptiva (Foli & Thompson, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Anderson, C. (2003). The diversity, strengths and challenges of single-parent households. In F. Walsh (Ed.), *Normal Family Processes: Growing Diversity & Complexity* (pp. 121-152). New York: Guilford Press.
- Anderson, D. (2006). Post-adoption services: Needs of the family. *Journal of Family Social Work*, 9(3), 19-33.
- Armistead, L., Forehand, R., Brody, G., & Maguen, S. (2002). Parenting and child psychosocial adjustment in single-parent African American families: Is community context importante?. *Behavior Therapy*, 33(3), 361-375.
- Asbury, E. T., Cross, D. R., & Waggenpack, B. (2004). Biological, adoptive, and mixed families: Special needs and the impact of the international adoption. *Adoption Quarterly*, 7(1), 53-72.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (L. A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Barth, R. P. (2002). Outcomes of adoption and what they tell us about designing adoption services. *Adoption Quarterly*, 6(1), 45-60.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Development Psychology Monographs*, 4(1), 1-103.
- Bénony, H., & Chahraoui, K. (2002). *A Entrevista Clínica* (A. S. Pirrayt, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores. (Obra original publicada em 1999)
- Berry, M. (1992). Contributors to adjustment problems of adoptees: A review of the longitudinal research. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 9(6), 525-540.
- Brodzinsky, D. M., & Brodzinsky, A. B. (1992). The impact of family structure on the adjustment of adopted children. *Child Welfare*, 71, 69-76.
- Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Children and Parenting – Vol. 1*, (pp. 279-313). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Brooks, J. (2008). *The Process of Parenting*. New York: McGraw-Hill.

- Bryan, V., Flaherty, C., & Saunders, C. (2010). Supporting adoptive families: Participant perceptions of a statewide peer mentoring and support program. *Journal of Public Child Welfare*, 4(1), 91-112.
- Ceballo, R., Lansford, J. E., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2004). Gaining a child: Comparing the experiences of biological parents, adoptive parents, and stepparents. *Family Relations*, 53(1), 38-48.
- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.
- Chopping, S. P. (1999). *The transition to single parent adoption for women at midlife*. Masters of Arts on Educational and Counselling Psychology and Education, University of British Columbia, Vancouver, Canada.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative Methods for Family Studies and Human Development*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2003). *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Elbow, M. (1986). From caregiving to parenting: Family formation with adopted older children. *Social Work*, 366-370.
- Erich, S., Leung, P., Kindle, P., & Carter, S. (2005). Gay and lesbian adoptive families: An exploratory study of family functioning, adoptive child's behavior, and familial support networks. *Journal of Family Social Work*, 9(1), 17-32.
- Farber, M. L., Timberlake, E., Mudd, H. P., & Cullen, L. (2003). Preparing parents for adoption: An agency experience. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 20(3), 175-196.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (A. M. Parreira, Trad.). Lisboa: Monitor. (Obra original publicada em 2002)
- Foli, K. J., & Thompson, J. R. (2006). *A Aventura da Adopção* (P. Soares, Trad.). Cruz Quebrada: Estrela Polar. (Obra original publicada em 2004)
- Fonte, L. (2004). *Novas famílias – A monoparentalidade e a adopção* (Monografia de Licenciatura em Psicologia). Instituto Superior da Maia, Maia.

- Gaskell, G. (2000). Individual and group interviewing. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative Researching with Text, Image and Sound: A Practical Handbook*, (pp. 39-56). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Goldberg, A. E., & Smith, J. Z. (2009). Perceived parenting skill across the transition to adoptive parenthood among lesbian, gay, and heterosexual couples. *Journal of Family Psychology*, *23*(6), 861-870.
- Goldberg, A. E., Smith, J. Z., & Kashy, D. A. (2010). Preadoptive factors predicting lesbian, gay, and heterosexual couples` relationship quality across the transition to adoptive parenthood. *Journal of Family Psychology*, *24*(3), 221-232.
- Green, B., Furrer, C., & McAllister, C. (2007). How do relationships support parenting? Effects of attachment style and social support on parenting behavior in an at-risk population. *American Journal of Community Psychology*, *40*(1/2), 96-108.
- Groze, V. (1991). Adoption and single parents: A review. *Child Welfare*, *70*(3), 321-332.
- Groze, V., & Rosenthal, J. A. (1991). Single parents and their adopted children: A psychosocial analysis. *Families in Society*, *72*, 67-77.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*, (pp. 105-117). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Hanson, W. E., Creswell, J. W., Clark, V. L., Petska, K. S., & Creswell, J. D. (2005). Mixed methods research designs in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, *52*(2), 224-235.
- Haugaard, J. J., Palmer, M., & Wojslawowicz, J. C. (1999). Single-parent adoptions. *Adoption Quarterly*, *2*(4), 65-74.
- Hein, C., & Lewko, J. H. (1994). Gender differences in factors related to parenting style: A study of high performing science students. *Journal of Adolescent Research*, *9*(2), 262-281.
- Hoffmann-Riem, C. (1986). Adoptive parenting and the norm of family emotionality. *Qualitative Sociology*, *9*(2), 162-178.
- Hughes, D. A. (1999). Adopting children with attachment problems. *Child Welfare*, *78*(5), 541-560.
- Kelle, U., & Laurie, H. (1995). *Computer-Aided Qualitative Data Analysis: Theory, Methods and Practice*. London: Sage Publications.

- Kotchick, B. A., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of Child and Family Studies, 11*(3), 255-269.
- Levy-Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Developmental Psychology, 27*(1), 131-140.
- Levy-Shiff, R., Zoran, N., & Shulman, S. (1997). International and domestic adoption: Child, parents, and family adjustment. *International Journal of Behavioral Development, 20*(1), 109-129.
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1990). Judging the quality of case study reports. *Qualitative Studies in Education, 3*, 53-59.
- Lind, W. (2004). A importância dos rituais familiares na construção da família. *Cidade Solidária, 11*(7), 6-23.
- Lisi, A. V., & Lisi, R. (2007). Perceptions of family relations when mothers and fathers are depicted with different parenting styles. *The Journal of Genetic Psychology, 168*(4), 425-442.
- Luckock, B., & Hart, A. (2005). Adoptive family life and adoption support: Policy ambivalence and the development of effective services. *Child and Family Social Work, 10*, 125-134.
- McDonald, T. P., Propp, J. R., & Murphy, K. C. (2001). The post-adoption experience: Child, parent, and family predictors of family adjustment to adoption. *Child Welfare, 80*(1), 71-94.
- McKay, K., & Ross, L. E. (2010). The transition to adoptive parenthood: A pilot study of parents adopting in Ontario, Canada. *Children & Youth Services Review, 32*(4), 604-610.
- McKay, K., Ross, L. E., & Goldberg, A. E. (2010). Adaptation to parenthood during the post-adoption period: A review of the literature. *Adoption Quarterly, 13*(2), 125-144.
- Mannis, V. S. (1999). Single mothers by choice. *Family Relations, 48*(2), 121-129.
- Marczyk, G., De Matteo, D., & Festinger, D. (2005). *Essentials of Research Design and Methodology*. New Jersey: John Willey & Sons, Inc.
- Marshall, C., & Roosman, G. B. (1999). *Designing Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Mason, J. (1996). *Qualitative Researching*. London: Sage Publications.

- Maynard, P. E., & Olson, D. H. (1987). Circumplex model of family systems: A treatment tool in family counseling. *Journal of Counseling and Development*, 65, 502-504.
- Mendes, R. V. (2007). *A parentalidade experimentada no masculino: As vivências da paternidade* (CIES - Working Paper nº 22). Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e Empresas.
- Mondin, E. M. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicol. Argum.*, 26(54), 233-244.
- Muñoz, I. M., Rebollo, M. J., Fernández-Molina, M., & Morán, R. B. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19(4), 597-602.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: À procura do padrão que liga*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Nash, M. J. (1999). *Daughters of single-parent families: Development of self*. A Master of Arts in Educational Psychology, Mount Saint Vincent University, Ottawa, Canada.
- O'Brien, M., & Peyton, V. (2002). Parenting attitudes and marital intimacy: A longitudinal analysis. *Journal of Family Psychology*, 16, 118-127.
- Oliveira, C. (2008). *Para além do sangue. Representações e práticas dos decisores de adoção*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e das Empresas, Lisboa.
- Palacios, J., & Sánchez-Sandoval, Y. (2006). Stress in parents of adopted children. *International Journal of Behavioral Development*, 30(6), 481-487.
- Pakizegi, B. (2007). Single-parent adoptions and clinical implications. In R. A. Javier, A. L. Baden, F. A. Biafora, & A. Camacho-Gingerich (Eds.), *Handbook of Adoption: Implications for Researchers, Practitioners, and Families*, (pp. 190-214). Thousands Oaks: Sage Publications.
- Patton, M. Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park, California: Sage publications.
- Pim, J. E., Ferreira, M., Rodrigues, M., & Costa, S. (2006). Novas formas de família: O caso da adoção para quem já tem filhos biológicos. *Revista Antropologia Experimental*, 6, 137-159.
- Place, M., Hulsmeier, J., Brownrigg, A., & Soulsby, A. (2005). The family adaptability and cohesion evaluation scale (FACES): An instrument worthy of rehabilitation?. *Psychiatric Bulletin*, 29, 215-218.

- Poisson, Y. (1991). *La Recherche Qualitative en Éducation*. Québec: Presses de L'Université du Québec.
- Potes, A. C., Bandola, C., Real, F., & Ferreira, L. (2006). *Tempo de adoção vs tempo útil da criança: Complexidade e questões do processo* (Trabalho Final de Curso de Investigação em Serviço Social). Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social.
- Proctor, C. D., Groza, U. K., & Rosenthal, J. A., (s.d.). Social support and adoptive families of children with special needs. *Journal of Community Psychology*, 17, 185-201.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (J. M. Marques, M. A. Mendes, e M. Carvalho). Lisboa: Gradiva. (Obra original publicada em 1995)
- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (2002). *Novas Formas de Família*. Coimbra: Quarteto.
- Reynolds, J., & Medina, S. (2008). Challenges and resiliency factors of families with internationally adopted children. In G. R. Walz, J. C. Bleuer, & R. K. Yep (Eds.), *Compelling counseling interventions: Celebrating VISTAS' fifth anniversary*, (pp. 81-90). An Arbor, MI: Counseling Outfitters.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, authoritarian, and permissive parenting practices: Development of a new measure. *Psychological Reports*, 77, 819-830.
- Salvaterra, M. F. (2007). *Vinculação e adoção*. Dissertação de Doutoramento não publicada, Universidade Nova de Lisboa e Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Sar, B. K. (2000). Preparation for adoptive parenthood with a special-needs child: Role of agency preparation tasks. *Adoption Quarterly*, 3(4), 63-80.
- Seale, C. (1999). *The Quality of Qualitative Research*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Seidman, I. (1998). *Interviewing as Qualitative Research: A Guide for Researchers in Education and the Social Sciences*. New York: Teachers College Press.
- Sherrill, C. L., & Pinderhughes, E. E. (1999). Conceptions of family and adoption among older adoptees. *Adoption Quarterly*, 2(4), 21-47.
- Shireman, J. F., & Johnson, R. R. (1985). Single parent adoptions: A longitudinal study. *Children and Youth Services Review*, 7(4), 321-334.
- Shireman, J. F. (1994). Adoptions by single parents. *Marriage & Family Review*, 20(3&4), 367-388.

- Shireman, J. F. (1995). Adoptions by single parents. In S. Hanson, M. Heims, D. Julian, & M. Binghamton (Eds.), *Single parent families: Diversity, myths and realities*, (pp. 367-389). New York: The Haworth Press, Inc.
- Silin, M. W. (1996). The vicissitudes of adoption for parents and children. *Children and Adolescent Social Work Journal*, 13(3), 255-269.
- Simmel, C. (2007). Risk and protective factors contributing to the longitudinal psychosocial well-being of adopted foster children. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 15(4), 237-249.
- Sluzki, C. (1996). *La Red Social: Frontera de la Practica Sistemica*. Barcelona: Gedisa.
- Solomon, C. R., & Poirier, M. (2006). Parenting styles and attributions and the behavior of children in the "no" stage in adoptive and biological families. *Adoption Quarterly*, 10(1), 63-83.
- Souza Filho, E. A. (1996). Estratégias e medidas em análise de conteúdo. In L. Paquali (Ed.), *Teoria e Métodos de Medida em Ciências do Comportamento*, (pp. 319-339). Brasília: MEC/SEDIA-INEP/LABPAM.
- Stakes, R. E. (1994). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research*, (pp. 236-247). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Vala, J., Cabral, M. V., & Ramos, A. (2003). Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa. *Atitudes Sociais dos Portugueses*, 5, 47-61.
- Viana, A. G., & Welsh, J. A. (2010). Correlates and predictors of parenting stress among internationally adopting mothers: A longitudinal investigation. *International Journal of Behavioral Development*, 34(6), 11-17.
- Weinraub, M., Horvath, D. L., & Gringlas, M. B. (2002). Single parenthood. In M. H. Bornstein, *Handbook of Parenting: Being and Becoming a Parent – Vol.3*, (pp. 109-141). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Weitzman, E. A. (2003). Software and qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Collecting and Interpreting Qualitative Materials*, (310-340). Thousand Oaks: Sage Publications.

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE ADOPTIVA:
DO CASAL AO SINGULAR**

Apêndices e Anexos

Sara Marina Silva Vieira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE PSICOLOGIA



**A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE ADOPTIVA:
DO CASAL AO SINGULAR**

Sara Marina Silva Vieira

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Isabel Narciso Davide

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2010

ÍNDICE

APÊNDICES:

APÊNDICE I. Exemplos de excertos de entrevista codificados no QSR Nvivo 8

APÊNDICE II. Árvore de Categorias

APÊNDICE III. Estudo de Casos

ANEXOS:

ANEXO A. Questionário Sócio-Demográfico

ANEXO B. Questionário de Dimensões e Estilos Parentais

ANEXO C: Escala de Avaliação da Adaptabilidade e Coesão Familiar II

ANEXO D. Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

APÊNDICES

APÊNDICE I

Tree Nodes\Qualidade da integração na família\Adaptação\Fácil¹

[<Internals\caso B1/B2](#) - § 1 reference coded [0,41% Coverage]

Reference 1 - 0,41% Coverage

F – E, portanto, foi simples e como da parte da família não houve qualquer tipo de rejeição foi muito simples. Rapidamente se percebeu que isso não ia ser um problema nenhum. E não foi.

Tree Nodes\Qualidade da integração na família\Adaptação\Difícil

[<Internals\caso D1/D2](#) - § 6 references coded [1,36% Coverage]

Reference 1 - 0,67% Coverage

L: Depois de ela já estar na nossa casa...

R: O sentimento de negativismo. Era o “não” a tudo, se nós queríamos ir para a direita ela queria ir para a esquerda...

L: Era muito complicado.

R: Era sempre não, qualquer coisa era não.

L: Aliás, a personalidade dela...

R: Se nós vestíamos ela despia.

L: Foram uns meses muito esgotantes.

R: Tinha uma personalidade muito negativa.

Tree Nodes\Parentalidade\Práticas parentais\Incentivo de participação nas tarefas domésticas

[<Internals\caso S2](#)- § 1 reference coded [1,28% Coverage]

Reference 1 - 1,28% Coverage

M.A: Para já a esse nível, tentar que ele perceba que precisa de arrumar para que, depois, possa encontrar as coisas.

Tree Nodes\Parentalidade\Dificuldades\Tipo\Integração na rede social

[<Internals\caso S1](#) - § 3 references coded [4,05% Coverage]

Reference 1 - 1,48% Coverage

G. – A única coisa que ela tinha é que se escondia muito das pessoas. Por exemplo ela tinha uma certa aversão ao sexo masculino e quando havia rapazes ou homens, metia-se debaixo da mesa e às vezes até ficava aflita, até quando tinha visitas fugia e escondia-se. Ela não queria ver ninguém, só

¹ Nesta secção, apresentam-se exemplos de excertos da análise de conteúdo efectuada, através do *software* QSR Nvivo 8.

me queria a mim e não queria mais ninguém. Então às vezes eu ficava muito aflita, portanto quando eu apresentava as pessoas a reacção dela era fugir ou enfiar-se debaixo da mesa mas já passou (risos).

Tree Nodes\Parentalidade\Dificuldades\Recursos e estratégias para a sua resolução\Recursos intra-familiares\Individuais\Competências pessoais

[<Internals\caso S4>](#) - § 1 reference coded [0,60% Coverage]

Reference 1 - 0,60% Coverage

E – E acha que há características suas que ajudam a lidar com estes conflitos, com os problemas, com as próprias tropelias do dia-a-dia?

C. – Características minhas...eu sou comercial, portanto estou habituado, entre aspas, ao stress. Um dia, tenho mais stress, outros dias temos menos stress. Às vezes, a minha capacidade de chegar a casa para resolver esses problemas, às vezes é muito maior e outras, muito menor. E quando é muito menor, às vezes...

Tree Nodes\Relação rede social\suporte\família de origem

[<Internals\caso S1>](#) - § 1 reference coded [0,95% Coverage]

Reference 1 - 0,95% Coverage

G.A. – Ou fica com a minha mãe ou fica com a minha sobrinha, que está lá ao pé de mim e está muitas vezes. Ela: “olha deixa cá estar a Sílvia, que depois quando vieres da festa passas por aqui”, mas é mais a minha mãe...a minha mãe fica bem com ela. A minha mãe disse: “ela quando está comigo porta-se tão bem” (risos).

Tree Nodes\Relação rede social\suporte\amigos

[<Internals\caso S2>](#) - § 7 references coded [3,29% Coverage]

Reference 2 - 1,00% Coverage

E – Era óptimo(risos)! Disse-nos agora que às vezes fala com outros pais...

M.A. – Sim, sim.

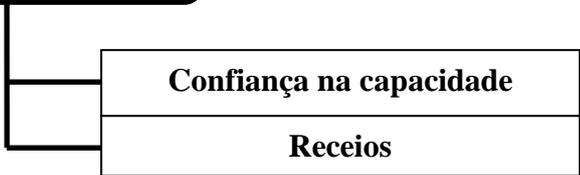
E – Costuma falar com amigos?

M.A. – Sim, amigos. Tenho amigos com quatro e cinco filhos portanto...mesmo aí entre irmãos, percebo que são muito diferentes. Vão ouvindo coisas e “ah também já fiz isso ou nunca tinha pensado nisso, vou experimentar”.

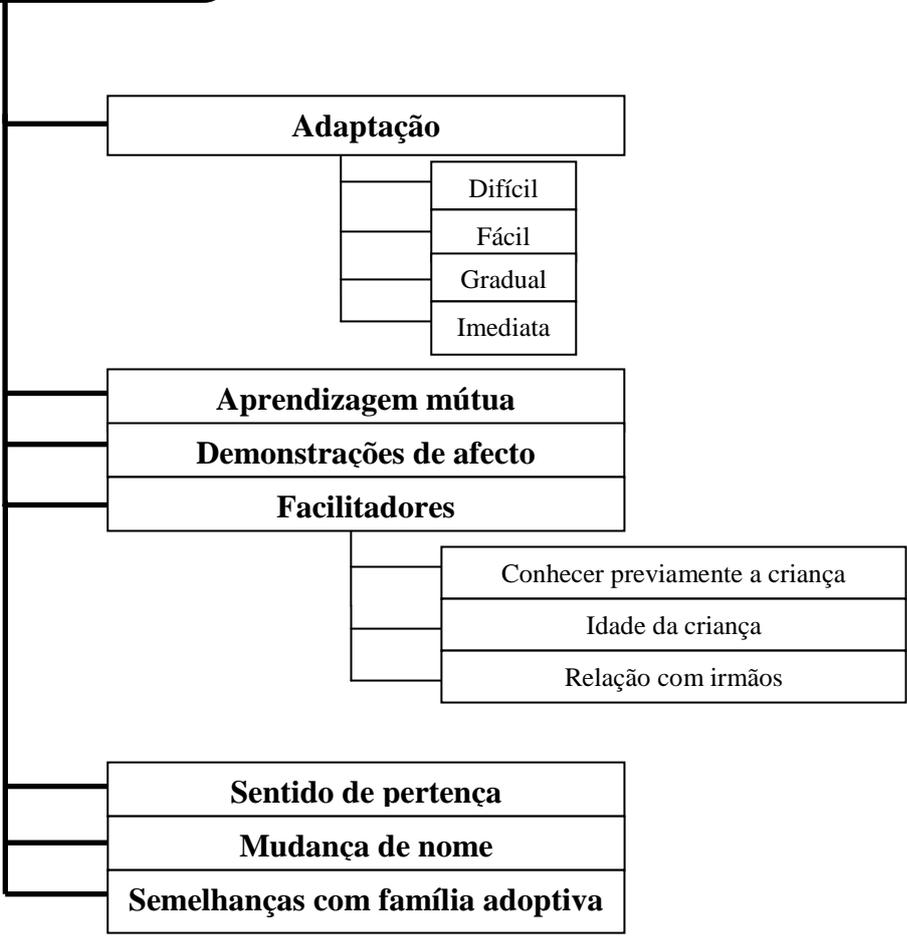
APÊNDICE II²

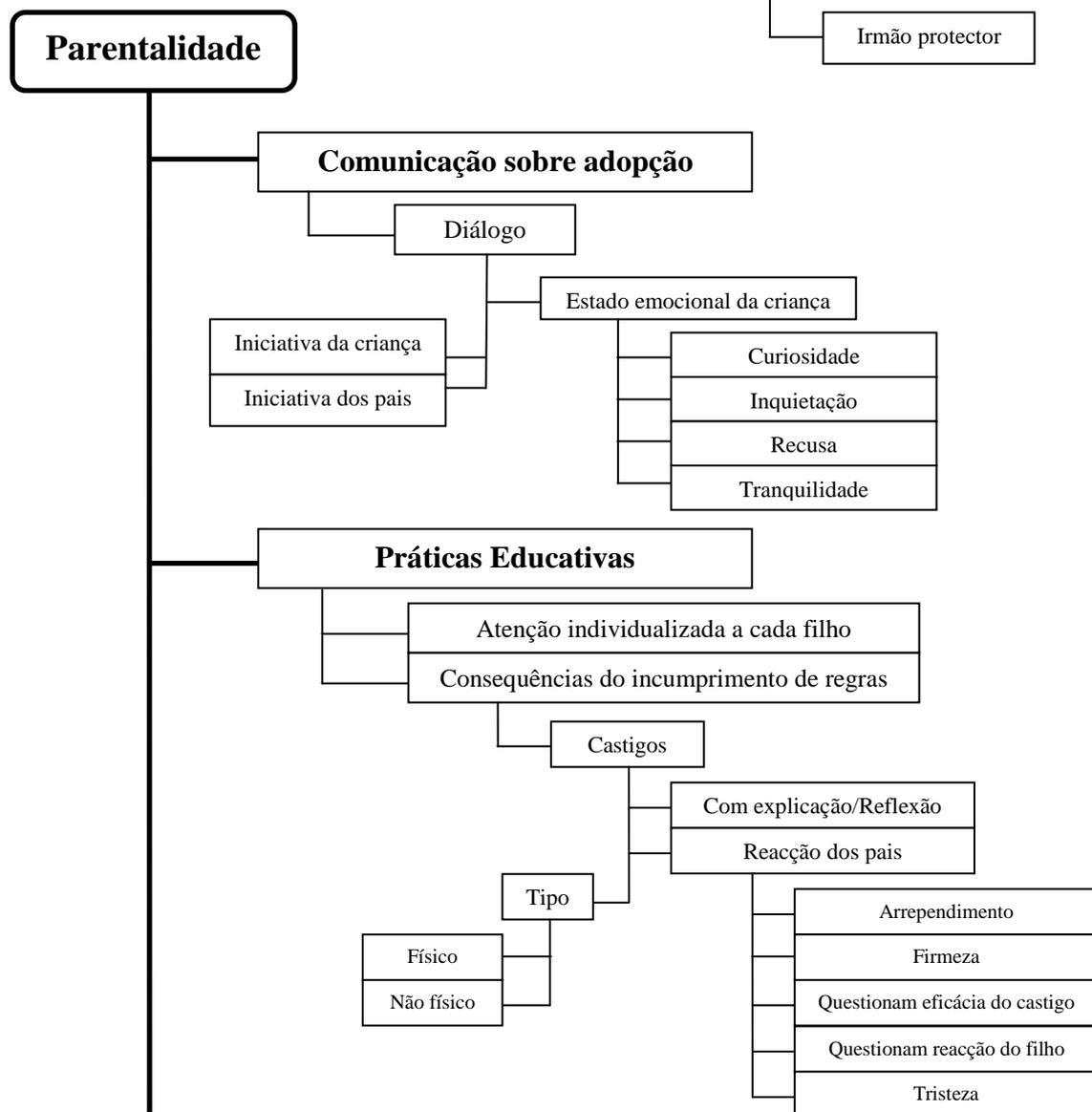
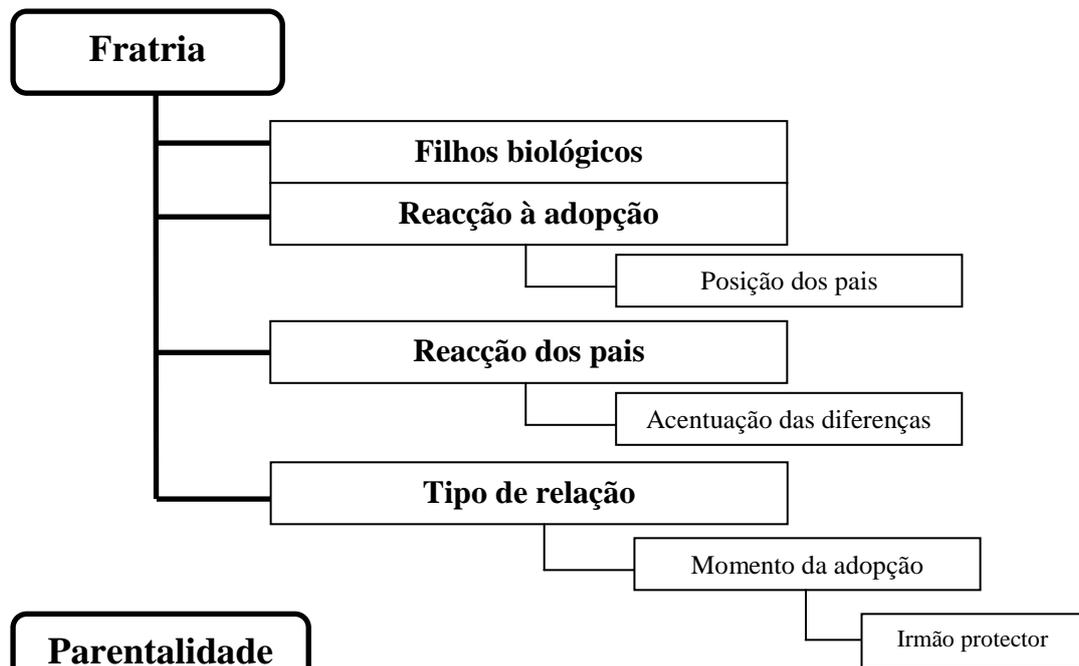
² A árvore de categorias, seguidamente, apresentada, inclui todas as categorias e sub-categorias que forneceram informação pertinente para a concretização dos objectivos do presente estudo, não se referindo apenas às categorias nomeadas na análise e discussão dos resultados.

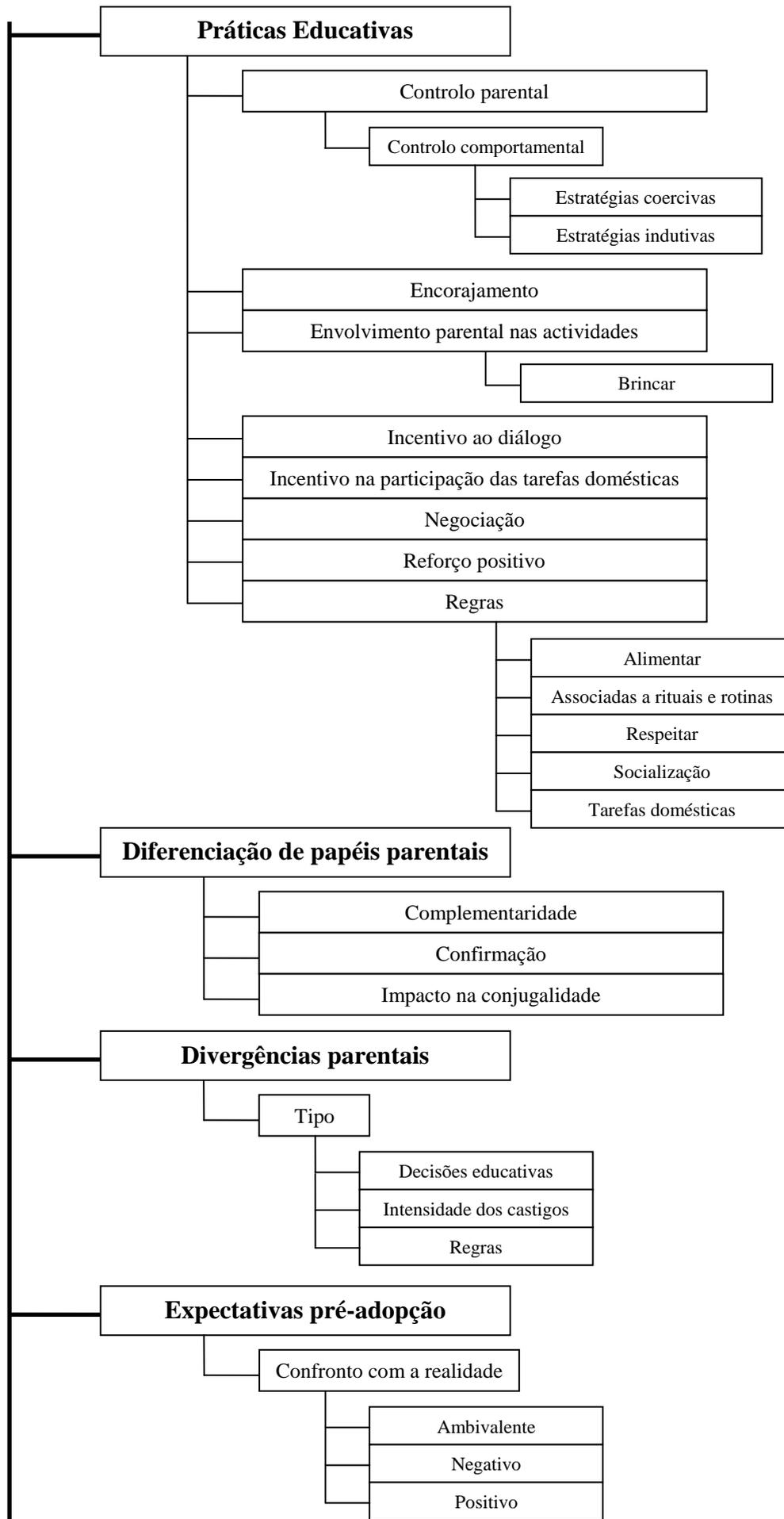
Decisão de Adopção

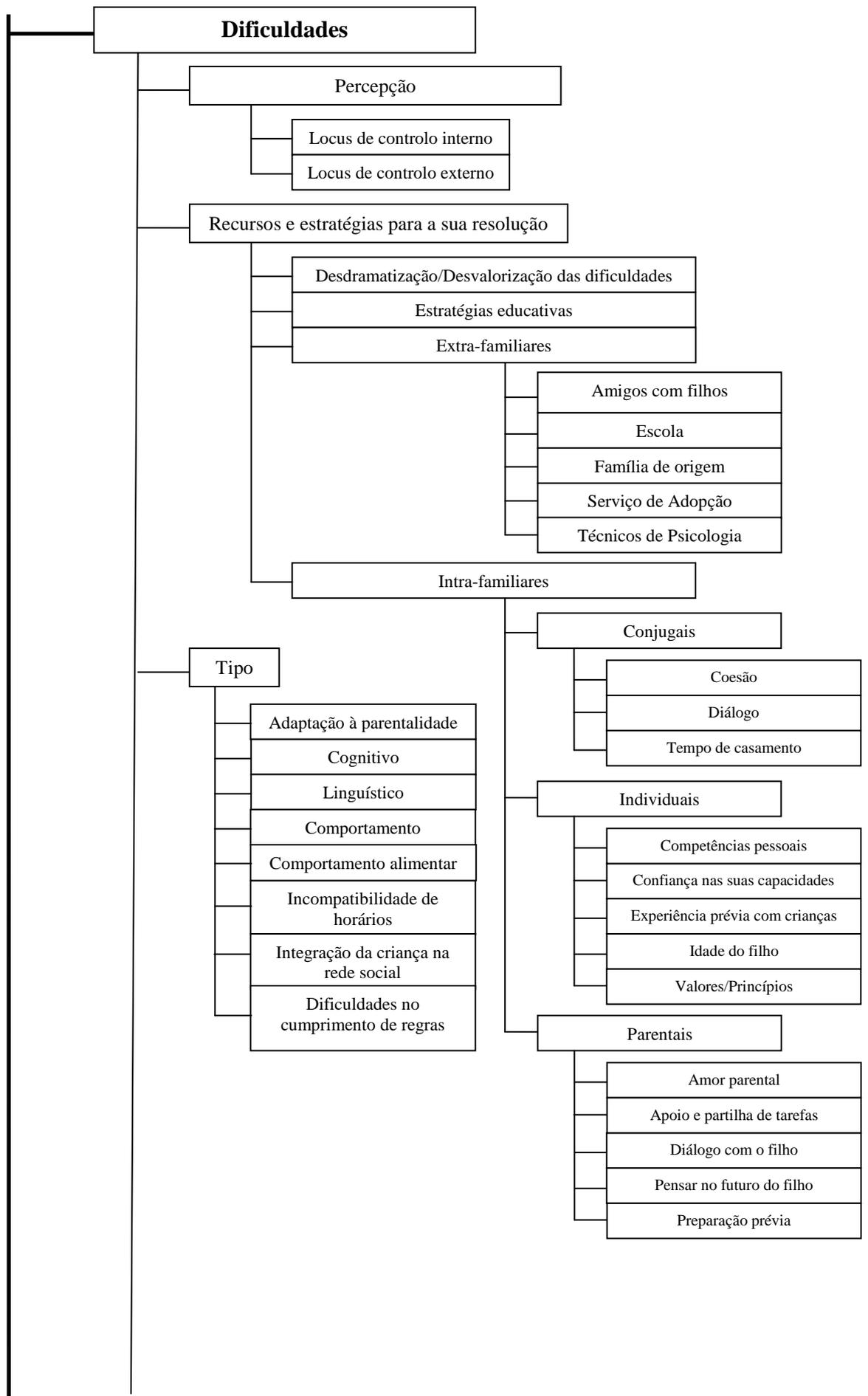


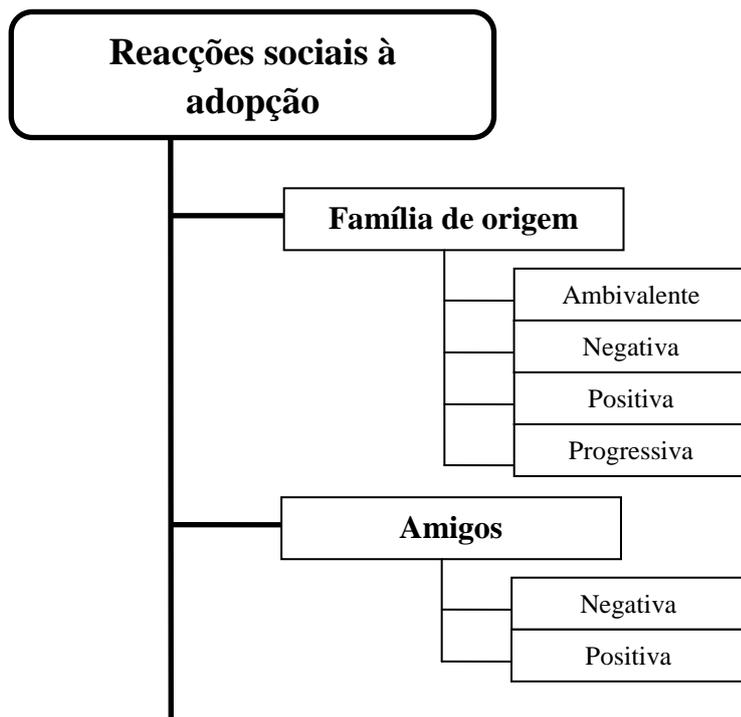
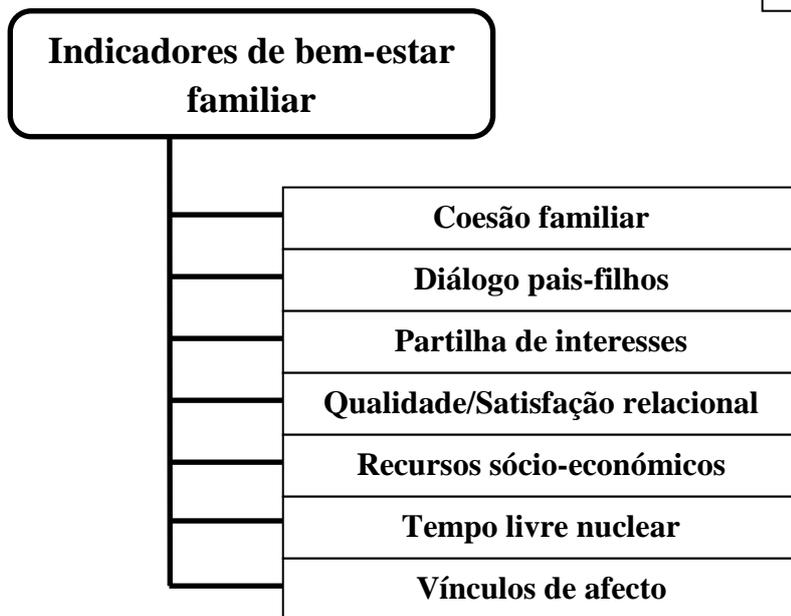
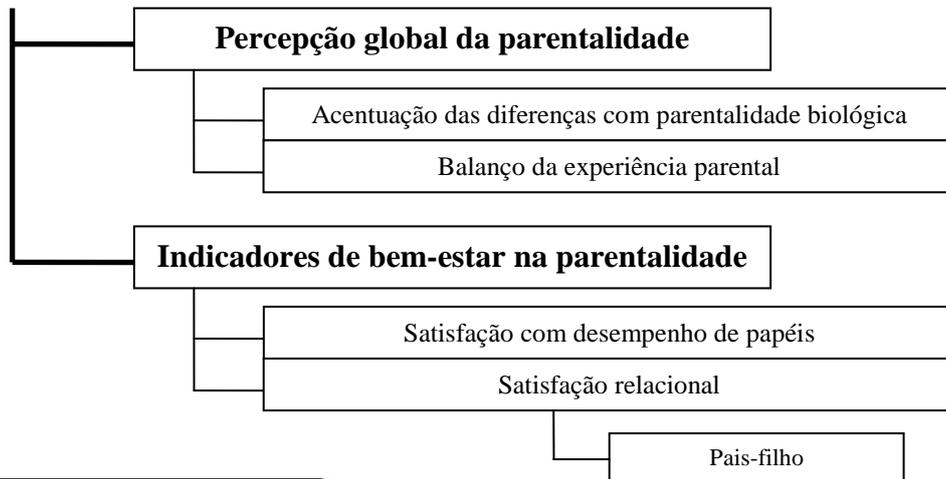
Qualidade da Integração na Família

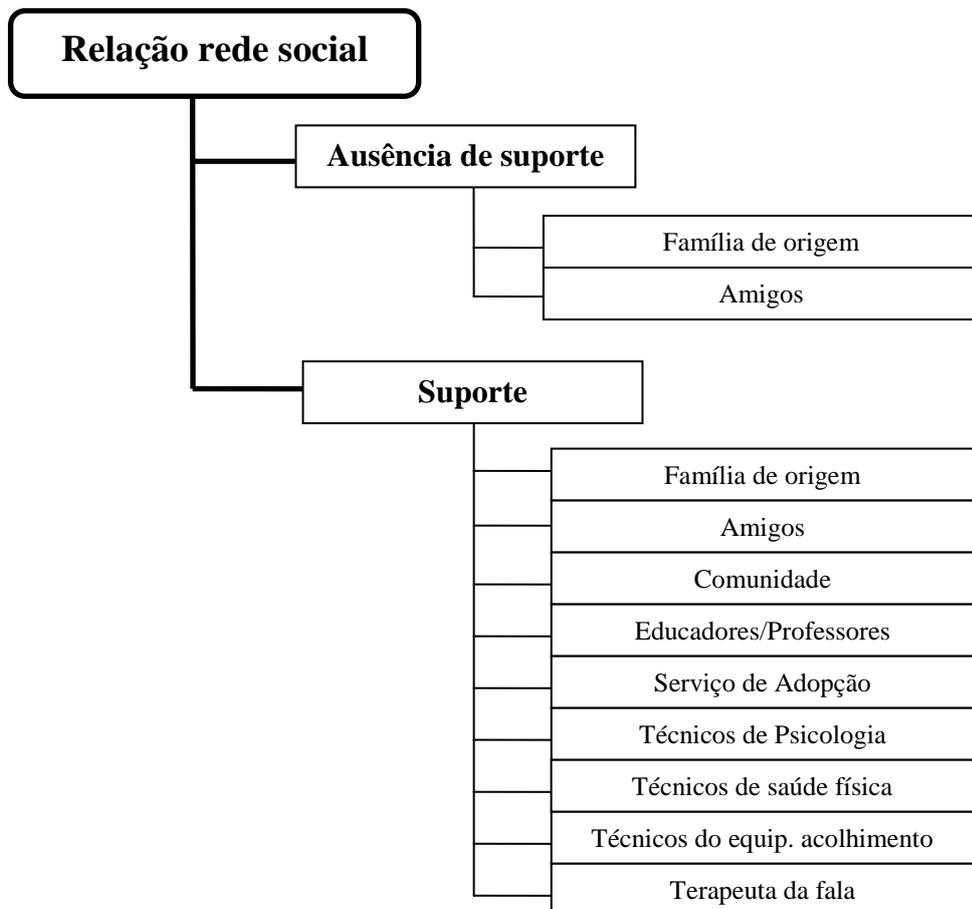
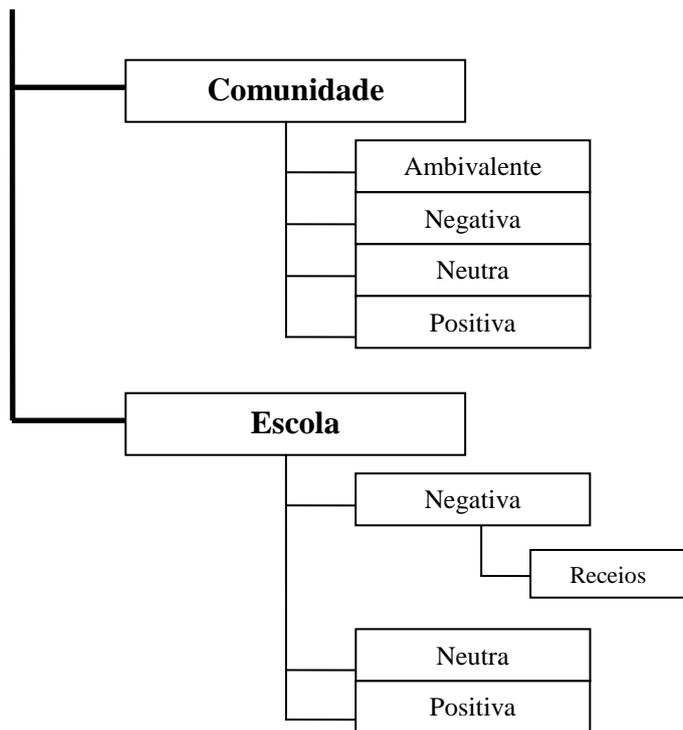




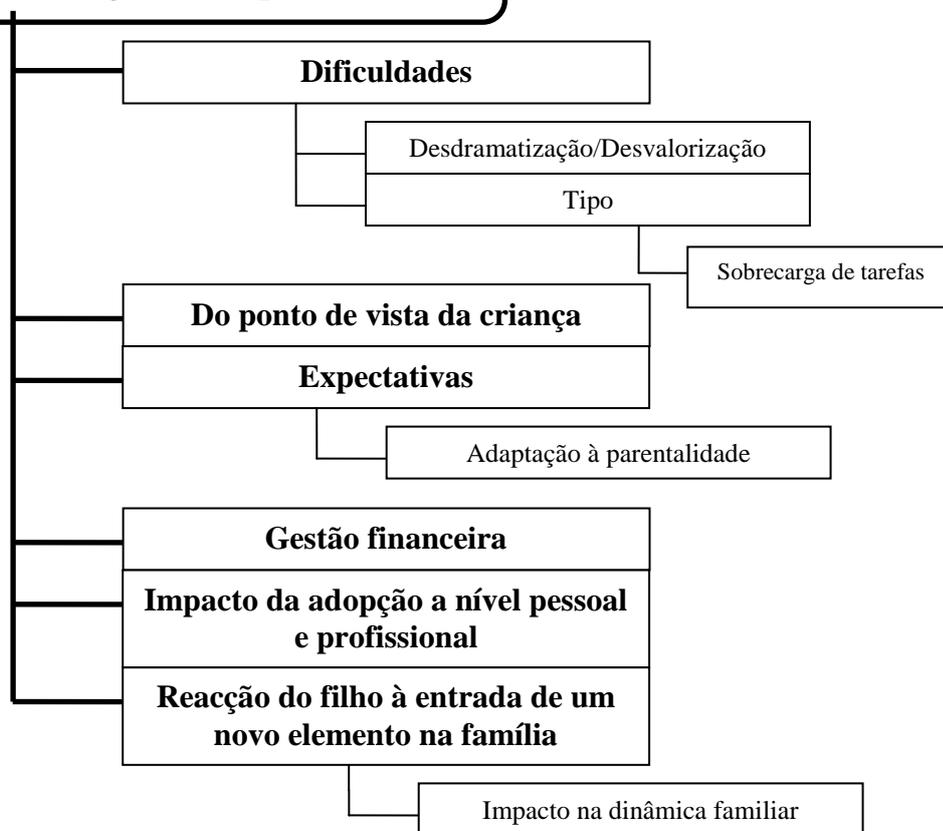




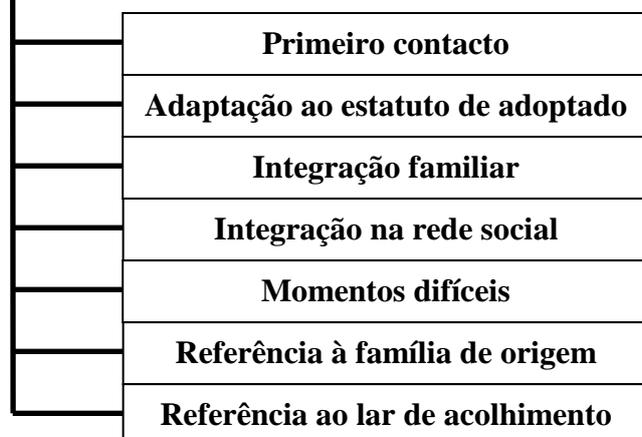




Especificidades das famílias adoptivas de coabitação monoparental



Episódios



APÊNDICE III

CASAIS

CASO A1/A2

Nome: A1

Sexo: Masculino

Idade: 38 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Duração do casamento: 15 anos

Número de filhos biológicos: 4

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 3 anos

Ano de Adopção: 2007

Nome: A2

Sexo: Feminino

Idade: 39 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

	MÃE	PAI
<i>Autoritário</i>	Baixo (1.2)	Médio (2.5.)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (4.2.)	Elevado (3.6)
<i>Permissivo</i>	Médio (2.7)	Médio (2.7)

FACES II

	MÃE	PAI
<i>Coesão</i>	Elevada (4.4)	Elevada (4)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (3.7)	Elevada (3.5)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

	MÃE	PAI
<i>Desempenho do papel parental</i>	Satisfeita	Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito
<i>Relação com o filho</i>	Muito Satisfeita	Satisfeito
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor	Nem Pior/Nem Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Melhor	Nem Pior/Nem Melhor

Apresenta-se, seguidamente, uma breve descrição e análise do caso, ilustrada com excertos provindos das entrevistas, incidindo nos aspectos relativos ao processo de integração, parentalidade e relação com a rede social, e complementando com os dados obtidos a partir da aplicação dos questionários.

Para além do seu seu filho adoptivo de 3 anos, o casal tem ainda 4 filhos biológicos, mais velhos. Rui³ tinha 9 meses, quando foi adoptado.

O **processo de integração** parece ter sido bem-sucedido, com uma reacção positiva por parte da **fratria** (“*A mais nova, um bocadinho ciumenta (...) mas faz parte não é? Viesse da barriga ou fora da barriga (...) tomou banho logo com a irmã, a brincar com a água*”), apesar de, por vezes, a irmã mais nova insistir na posição de adoptado do irmão (“*(...) está sempre a dizer “Tu és adoptado! Eu não sou! Não estiveste na barriga da mãe e eu estive*”). No **primeiro contacto**, o Rui rapidamente interagiu com os novos pais e mostrou adaptar-se da melhor forma (“*A nossa primeira visita. Ele a saltar para o meu colo (...) ficou logo muito agarrado a nós (...) no primeiro dia veio logo, agarrou-se, estava curioso, um bocadinho assustado, mas logo muito agarrado. A nós e aos irmãos (...) ficou logo nesse dia, a dormir, nunca mais saiu*”). O período efectivo de integração parece ter sido facilitado devido à idade precoce do Rui, que ainda era bebé (“*Ele tinha feito 9 meses nesse dia, por isso era um bebé. É um bocadinho diferente, mas foi óptimo. Dormiu bem, comeu bem, tudo*”).

De um modo geral, os pais fazem um balanço extremamente positivo do processo de integração (“*As recordações são todas boas*”), apesar das **alterações** exigidas ao nível de rotinas (“*Mas estamos a sair menos. Desde o dia em que o Rui veio (...)*”) e aquisição de outros bens (“*um carro maior (...) comprámos quando ele estava quase a chegar. Por causa dele*”). Apesar desta diminuição de momentos passados a dois, considera-se que o **tempo livre passado em família** é mais valorizado (“*Agora até saímos mais, mas é com a família (...) Todos juntos, os sete*”).

O facto de Rui ter aceite a **mudança do seu nome** revela a qualidade do processo de ajustamento à família (“*Ele mudou de nome (...) Acho que não era suposto mas depois também ele foi chamado a Tribunal...Não sabia para o que é que era, mas quando lá chegámos é que percebemos que era para ver se ele dava pelo nome se não dava...*”).

No que diz respeito à **parentalidade**, em caso de **incumprimento de regras**, pode haver o recurso ao **castigo físico** (“*(...) eu disse: “Rui já sabe que o pai não deixa ir para a cama do irmão! Já para a sua cama! (...) estava ele outra vez na cama do irmão, chego lá, pimba! (...) eu*

³ Por questões de anonimato e confidencialidade, todos os nomes apresentados são fictícios.

bato de vez em quando”). Para além disso, verifica-se igualmente a aplicação de **castigos não físicos** (“Portanto não lhe damos as coisas quando ele faz birras, tentamos que ele pare (...) o castigo que nós fazemos é: “agora até acabar de chorar não sai daqui! Fica aqui sossegadinho nesta cadeira!” (...) temos tentado fazer com que ele perceba que não é com as birras que ele vai lá”).

Tendo em conta que se trata de uma família numerosa, parece haver uma preocupação em dar uma **atenção individualizada a cada filho** (“Nós ficamos sozinhos com ele quando podemos. Qualquer um deles gosta não é? (...) De uma atenção individual. Isso é natural”). Estes pais acreditam que “há regras e que têm de ser cumpridas (...) mas há coisas que não se permite que se façam, ou que não se façam”.

Como **dificuldades**, salientam-se aspectos específicos do **comportamento** do Rui (“Mas ele faz mais birras do que os outros, atira-se para o chão, coisa que os outros não faziam (...) às vezes faz birras onde não deve! (...) porque ele guincha, e grita, e não cede (...) Faz muitas asneiras! É muito asneirente! (...) É muito de mentir, gosta muito de mentir. Diz sempre que a culpa foi dos irmãos”). Face a isto, uma das **estratégias** é brincar com a situação (“Às vezes gozo com ele, às vezes começo a gozar. Começo a fazer também: “Brrrrrrr!””).

Neste âmbito, os pais referem diferenças nas suas práticas relativamente aos restantes filhos (“E nunca fizemos isso com nenhum”). Nesta linha, interessa referir um episódio em que o Rui se perdeu dos pais e, com base na reacção demonstrada por estes, é possível pressupor uma certa tendência para a **acentuação das diferenças** entre o seu filho adoptado e os restantes filhos (“ (...) a sensação por ser aflição como sendo meu filho, mas uma responsabilidade acrescida por ter sido entregue...Do género “Como é que eu vou explicar isto à sociedade? Como é que eles me vão perdoar?” (...) Tanto que os outros filhos também já desapareceram (...) Foi tipo como é que eu vou explicar (...) eu devia ir para a prisão por causa disto! Não soube tomar conta do rapaz”).

No que concerne aos **papéis parentais**, o casal identifica algumas **discrepâncias** subtis na forma de educar os seus filhos (“A Paula acha que eu sou mais duro com ele do que com os irmãos. Eu acho que a Paula é mais permissiva com ele do que com os irmãos. Eu tento fazer o equilíbrio (...) Eu bato mais do que a Paula (...) se calhar, sou mais disciplinador (...) nunca tínhamos tido esta questão do “Eu sou mais permissivo que a Paula” quando foi com os outros todos e agora está a haver (...) Zangamo-nos um bocadinho às vezes (...) Muitas vezes, a conversa da Paula é “Você não tinha logo que bater!” e a minha é “Não, mas você deixou...” (...) Mas, de resto acho que somos os dois preocupados e tentamos que as regras sejam as mesmas”). O modo como os filhos se comportam perante os progenitores também varia (“Eles discutem mais quando estão com a mãe do que quando estão comigo porque sabem que se têm de portar um bocadinho melhor. Porque eu

*estou mais disponível para lhes...”). Neste âmbito, os dados fornecidos pelo Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP) sugerem que ambos os progenitores revelam um **estilo parental** mais autoritativo, apresentando valores médios de estilo parental permissivo. O pai demonstra um estilo parental mais autoritário do que a mãe.*

Como **recursos** para a resolução de problemas, destaca-se o facto de o casal ter procurado **informação sobre adopção e parentalidade** (“ (...) *este livro é muito bom e fala nestas coisas em que nós pensamos “que horror, eu sou um bicho raro e tal” (...) este livro tem sido muito útil para perceber que havia certas reacções que eu achava que não eram normais (...)*”); e a **experiência prévia** adquirida com a educação dos filhos mais velhos. O casal não tende a recorrer a **recursos extra-familiares**, principalmente no que toca a apoios informais (E: “*Nem os amigos? Não há troca de filhos, por exemplo? Pai: “Não”; Mãe: “Qualquer dia...quando eles derem menos trabalho aos outros. E isso custa-me um bocado” (...)* E: “*Quando vocês têm dificuldades, falam também com as vossas famílias de origem? Sobre as crianças?”; “É raro (...) Tentamos não sobrecarregar a família (...) Problemas...resolvemos entre nós”). Em caso de necessidade, denota-se uma preferência para recorrer a apoios formais.*

A **reacção da rede social** à adopção foi **progressiva** da parte da **família de origem** (“*Não foi fácil, a minha família aceitar a situação...e nós sabíamos disso (...) estava tudo muito de pé atrás. Muito complicado (...) E portanto, depois como ele é que os conquistou muito, por isso hoje em dia não há... (...) estavam-se a habituar à situação, não é? (...) A minha mãe foi conquistadíssima porque estava com vinte pés atrás (...) Do lado do Luís, foi naturalíssimo. Nem se deu pela diferença*”). Considera-se que a reacção dos **amigos** foi bastante **positiva** (“*Foi bem. Ótimo. Um bocadinho surpresa (...) foi sempre uma reacção positiva*”).

O casal faz um **balanço positivo da sua experiência parental**, que superou as suas **expectativas** (“*Eu tinha as expectativas mais baixas e portanto tudo o que veio foi bom, foi ótimo! Foi muito melhor. Mais baixas, não quer dizer que sejam baixas*”), o que vai de encontro aos dados obtidos no Questionário de Avaliação da Satisfação Parental. Contudo, a mãe ressalva a constante emergência de dúvidas quanto à melhor forma de actuar (“*Tenho muito mais dúvidas do que antes*”). O instrumento FACES II aponta para índices elevados de coesão e adaptabilidade no seio da família.

CASO B1/B2

Nome: B1

Sexo: Masculino

Idade: 53 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Duração do casamento: 9 anos

Número de filhos biológicos: 0

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 10 anos

Ano de Adopção: 2004

Nome: B2

Sexo: Feminino

Idade: 44 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

	MÃE	PAI
<i>Autoritário</i>	Médio (3)	Baixo (2.3)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (3.5)	Elevado (3.7)
<i>Permissivo</i>	Baixo (2)	Baixo (1)

FACES II

	MÃE	PAI
<i>Coesão</i>	Elevada (4.1)	Elevada (5)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (3.5)	Elevada (4.1)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

	MÃE	PAI
<i>Desempenho do papel parental</i>	Satisfeita	Satisfeito
<i>Relação com o filho</i>	Satisfeita	Muito Satisfeito
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Nem Pior/Nem Melhor	Nem Pior/Nem Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Melhor	Pior

Trata-se de uma família composta pelo casal e o filho, que actualmente tem 10 anos, tendo sido adoptado aos 5 anos de idade.

Considera-se que o **primeiro contacto** decorreu da melhor forma, com uma reacção bastante positiva por parte do João (*“Eu, a primeira memória que tenho é ele a correr para nós, a chamar mãe e pai. Mas isso no Lar ainda”*), salientando-se este momento em comparação com a vinda do filho para casa (*“Para mim foi mais importante vê-lo pela primeira vez, a correr, do que propriamente quando depois o trouxemos para casa”*).

Apesar de o João ter aceitado com facilidade os seus novos pais, parecem ter havido certas dificuldades ao nível da **integração** (*“Um primeiro mês terrível, foi muito complicado o primeiro mês, mesmo muito complicado”*), o que leva a crer que a criação de um **sentido de pertença** não foi imediata (*“Ao fim de três meses, senti que pela primeira vez ele tinha uma afinidade mais (...) eles não estão agarrados desde o princípio, não é?”*). Através das crescentes **demonstrações de afecto** do filho, foi possível perceber que o sentido de pertença e identificação à família estaria a consolidar-se (*“Aquelas atitudes que os miúdos mais pequeninos tinham, aos seis, sete anos, de esconder atrás das pernas dos pais. Ele começou a ter essas atitudes, já conhecia a maior parte das pessoas e, portanto, isso é um bom sintoma. Quer dizer que ele está a criar raízes (...) continua a ter necessidade de dizer que é família e, às vezes, quando se fala de um primo em vigésimo e oitavo lugar, também é primo”*). Para além disso, a reacção do filho perante uma visita ao Lar reforça a sua **adaptação positiva** (*“Entrou lá completamente numa de visita, não teve problema nenhum e tal”*).

O casal caracteriza o período de integração como um processo de **aprendizagem mútua** (*“Somos três a aprender ao mesmo tempo”*), que exigiu uma **alteração profunda de rotinas** (*“Agora temos menos tempo um para o outro (...) Depois, a partir de certa altura, não temos tempo para pensar nisso porque ocupa o tempo todo”*).

No que toca a **dificuldades** sentidas, destaca-se a **adaptação à parentalidade** (*“Nós nunca tínhamos sido pais, portanto também tivemos que aprender”*) e o **lidar com determinados comportamentos e atitudes do filho** (*“Uma coisa que é comum, que ele tem mantido desde o começo, a gente diz-lhe qualquer coisa que seja para fazer, a primeira resposta logo é...não, é sistemático! (...) a teimosia (...) As respostas que dá...assim de rufia”*). Refira-se ainda a **dificuldade na apreensão das regras** (*“E depois a apreensão das regras é muito complicada para ele. Não sei se é genérico, deve ser genericamente. Depois, no caso dele, é muito...”*). Para além disso, o casal menciona ainda **dificuldades em termos do desempenho escolar do filho** (*“Depois do segundo para o terceiro ano, por uma questão de organização da escola, mudou de professora. Foi péssimo, péssimo! Para ele, tudo foi terrível (...) Foi outra vez a desconcentração”*).

Como **estratégias** para fazer face às dificuldades referidas, considera-se que estas dependem de inúmeros factores (“*Não há receitas. Depende da circunstância, depende de muita coisa, até do nosso estado de espírito*”), assumindo-se um **locus de controlo interno** (“*Eu também assumo que, às vezes, não tenho a paciência que, se calhar, deveria ter para ele*”). Contudo, o casal salienta certos princípios-base, importantes para o exercício da parentalidade (“*Uma coisa é certa: uma das técnicas é tentar evitar que aquilo chegue àquele ponto (...) porque para não chegar àquele ponto, tínhamos de ceder, e também não se pode ceder (...) portanto, temos que ir à luta com ele e, a certa altura, arranjar um ponto frágil (...) E diz uma, diz duas, diz cinco vezes e parece que ele não vai lá e, pelo menos, comigo...começo a levantar a voz*”).

Neste âmbito, o casal confessa ter sofrido situações de grande desgaste emocional (“*Já tivemos momentos de perda quase do norte, autenticamente (...) disse mesmo depois às técnicas o que não deveria ter dito, mas tive que lhes dizer que se ele continuava assim, era devolvido*”), principalmente devido à **teimosia do filho** (“*É muito desgastante porque, a certa altura, não temos argumentos e depois ele tem tendência a responder e, às vezes, nós também temos tendência a responder ao que ele diz e não pode ser, porque senão aquilo não pára e não se consegue*”). Em **momentos difíceis**, João tende a colocar a possibilidade de devolução (“*Como já estava muito birrento, “e podem ir-me devolver à Dra. Maria que eu não me importo”*”).

Em caso de **incumprimento de regras**, denota-se o recurso ao **castigo de tipo não físico** (“*Não ver desenhos-animados, não joga no computador (...) Já chegou a não ir ao judo (...) Hoje em dia, têm de ser esses...*”), porém a **eficácia do castigo tende a ser questionada por parte dos pais** (“*Às vezes, dá-me a ideia mesmo que ele não se lembra de que passou por aquilo (...) não percebo se é para tentar que a gente quebre o castigo ou se realmente ele próprio já não sabe*”). Ainda no plano das **práticas educativas**, salienta-se ainda o uso da técnica da **negociação**, como forma de monitorizar o comportamento do filho (“*Primeiro, portas-te bem e depois a gente logo fala nisso*”). Actualmente, sem eficácia, os pais referem uma **estratégia** específica de monitorização do comportamento (“*Houve uma altura...isto agora não está a funcionar... “não falo mais contigo, acabou. Escusas de falar comigo, que eu não falo contigo*”). Refira-se, ainda, o apoio a nível escolar, prestado pelos pais ao filho, por meio do **encorajamento** (“*Eu dizer: “vai fazer isso agora, tu sabes fazer. Quando tiveres feito diz, que eu venho ver como é que isso está*”).

Nesta família, as **divergências parentais** são reduzidas (“*Nós geralmente ficamos do mesmo lado*”), apesar de reconhecerem diferenças de estilos parentais (“*eu, às vezes, acho que o Fábio é muito rigoroso, demasiado rigoroso. Se bem que, noutras ocasiões, acho que tem que ser assim. Não se pode deixar o milímetro, no caso dele*”). Com base nas respostas dadas no QDEP, o **estilo parental** que predomina, em ambos os progenitores, é o autoritativo. A mãe apresenta valores

superiores no que toca ao estilo autoritário, em comparação com o pai, sendo que as respostas aos itens que avaliam o estilo parental permissivo revelam índices reduzidos.

Relativamente aos **recursos** da família, evidencia-se o **suporte** da **rede social** próxima (**família** e **amigos**; “*Sim e “um dia se quiserem ir ao cinema, digam que a gente fica com ele”*”) e de estruturas formais (**equipa do Serviço de Adopção**: “*Mas nós sempre transmitimos as nossas angústias*”; **psicólogos**: “*Nós decidimos logo arranjar uma psicóloga para o acompanhar*”; **professores**; e a **equipa do Lar**: “*Chegámos a telefonar para o Lar onde ele estava*”). Considera-se que a **reacção da rede social à adopção** foi **positiva** (“*Nós temos jantares de amigos e ele não precisa de ver miúdos, ele está integrado (...) ele rapidamente dá-se muito bem com toda a gente*”), sendo que a **comunidade** adoptou uma postura mais indiferente (“*Pelo menos, nunca ninguém fez nenhum comentário (...) As pessoas não têm proximidade suficiente para falarem disso*”).

De um modo geral, o **balanço da experiência parental** é positivo, cujas **expectativas** tendem a ir de encontro ao que era antecipado (“*Talvez não fossem tão intensas como se esperava, mas no geral aquilo que apontaram como sendo o comportamento expectável, o que é que seria aconselhável continuar a fazer, praticamente, no geral, estava certo*”), apesar de se considerar que o grau de teimosia do filho excedeu as expectativas. O pai considera que não possuía qualquer expectativa (“*Não tinha nem deixava de ter expectativas porque também ninguém sabe como ele vai funcionar*”). No Questionário de Avaliação da Satisfação Parental, o pai avalia negativamente o seu desempenho parental actual, em comparação com as suas expectativas iniciais. Não obstante este aspecto, ambos os progenitores sentem-se **satisfeitos** com a experiência da parentalidade. De acordo com os dados obtidos no instrumento FACES II, a família revela valores elevados de coesão e adaptabilidade.

CASO C1/C2

Nome: C1

Sexo: Masculino

Idade: 37 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Duração do casamento: Desconhecida⁴

Número de filhos biológicos: 1

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 6 anos

Ano de Adopção: 2006

Nome: C2

Sexo: Feminino

Idade: 35 anos

Escolaridade: Ensino Superior



⁴ O casal não mencionou, no questionário sócio-demográfico, a duração do casamento.

Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

	MÃE	PAI
<i>Autoritário</i>	Baixo (1.9)	Baixo (1.4)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (4)	Elevado (4)
<i>Permissivo</i>	Baixo (2.3)	Baixo (2)

FACES II

	MÃE	PAI
<i>Coesão</i>	Elevada (4.5)	Elevada (4.4)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (4.3)	Elevada (4)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

	MÃE	PAI
<i>Desempenho do papel parental</i>	Muito Satisfeita	Muito Satisfeito
<i>Relação com o filho</i>	Muito Satisfeita	Muito Satisfeito
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Melhor	Nem Pior/Nem Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Melhor	Nem Pior/Nem Melhor

Trata-se de uma família constituída por um filho biológico e um filho adoptivo, actualmente com 6 anos. Foi adoptado quando tinha 3 anos.

De acordo com os pais, no **primeiro contacto**, o Luís reconheceu rapidamente os seus novos pais, mostando-se afectuoso (*“Claramente identificou estas duas caras com as que estão na fotografia, veio a correr, saltou-me para o colo e deu-me um grande abraço”*). O **processo de adaptação** parece ter sido quase **imediato** (*“Estava na casa dele. Onde ele depois se sentiu completamente seguro a partir do momento em que entrámos”*) e fácil (*“Agora de facto nunca tivemos nenhum problema a esse nível, de nós acharmos que ele não se sentia integrado”*), apesar de o filho não se pronunciar acerca do período de pré-adoção (*“Nos primeiros [tempos] (...) e não falava de todo na escola, da instituição (...) e eram as únicas referências, que durante muito tempo ele nem sequer falava”*). Ao contactar com figuras associadas à sua vida antes da adopção, a reacção de Luís denotava um grande desconforto (*“Foi muito recente, para aí passado um mês connosco (...) assim que entrámos na Estefânia, estava a educadora dele (...) ele não a quis ver, não quis sequer olhar para ela (...) acabámos por ir para outro lado para ele se sentir já mais à vontade”*).

Parece que a **fratria** exerceu um papel importante na integração, ao **reagir de uma forma bastante positiva à situação de adopção** e ser um apoio importante (*“ (...) foi muito importante no processo todo, porque o Gabriel sempre o aceitou muito bem, e portanto ajudou muito no processo. Temos consciência que ajudou muito também o Gabriel, que foi sempre muito presente, muito protector”*), o que se pode **dever, em parte, à atitude tomada pelos pais** (*“Nós tínhamos preparado o Gonçalo no sentido do que é que ia acontecer, portanto ele também ia com uma curiosidade (...)”*).

Da parte dos pais, a adopção exigiu um **reajustamento de rotinas** (*“Temos de andar aqui a inventar horários”*), o que traz algumas **dificuldades em termos de compatibilização de horários** (*“A questão dos horários e de compatibilizarmos os horários de 4 pessoas que já são activas, porque o Luís também tem a vida dele e os compromissos dele na escola. Acho que se calhar em termos de agitação foi aquilo que depois demorou mais tempo a encontrar o equilíbrio”*).

No exercício da parentalidade, denota-se o recurso à técnica da **negociação** (*“A situação típica que é, nós temos ali um calendário na cozinha, que foi promovido para negociar com ele a questão da televisão (...) Significa que não pode ver televisão todos os dias, basicamente. É para o que serve o calendário”*). No caso do **incumprimento de regras**, o casal prima pelo uso de **castigos** acompanhados de **explicação e reflexão** (*“Depois quando eu vou lá e pergunto: “porque é que ficaste de castigo?” (...) E o pai explicou-lhe (...) Ele foi para o quarto, estava-se a vestir e estava a remoer naquilo e começou a chorar”*). Contudo, questionam a utilização deste método (*“Aquilo que*

ele quer é sempre mais importante do que a explicação em si. Por isso, eu acho que às vezes o castigo é um bocadinho frustrante neste sentido, porque eu sinto que é um bocadinho inconsequente”). Quando surgem as “birras”, os pais adoptam uma posição mais distanciada (“Temos uma forma muito peculiar de lidar com isso, nós nunca damos muita consideração aos choros e às birras”) e firme (“A nossa forma mais ou menos estandardizada de reagir com as birras é: “Ok, a birra já acabou? Se já acabou vamos fazer aquilo que nós dissemos à mesma”, e pode durar...”).

Educados sob formas distintas, o casal salienta a uniformização dos seus valores, reconhecendo **especificidades no modo de cada um educar** (“*Eu sou mais preocupada, tenho uma mãe professora e uma irmã professora, sou mais preocupada com as questões da escola e dos trabalhos. O Paulo é mais preocupado em que eles efectivamente aprendam a andar de bicicleta, e que saiam ao fim-de-semana para o ar livre (...) A Ana é mais preocupada por exemplo com as questões das regras, das horas do deitar (...) eu acho que aquilo que é essencial estamos muito alinhados*”). De acordo com os dados obtidos no QDEP, ambos os progenitores mostram, predominantemente, um **estilo parental** autoritativo.

Apesar de **normalizarem as dificuldades** surgidas, considerando-as como inerentes à parentalidade, o casal salienta a **dificuldade em conciliar as informações dos relatórios com a realidade quotidiana** (“*Entre a realidade do Luís e a realidade dos relatórios, há uma diferença muito grande (...) no que diz respeito a competências sociais, cognitivas...*”); **dificuldades do filho ao nível cognitivo** (“*Tem dificuldades em construir, tem dificuldades na concentração (...) ainda hoje tem dificuldades em fazer jogos de construção*”), **linguístico** (“*Portanto isso depois leva a que na altura... A ter dificuldades na linguagem...*”) e **comportamental** (“*Acho que há coisas que são dele e que são da personalidade dele, e outras que se calhar se podem importar ao passado dele, alguma sim outras não. Mas eu acho que, uma coisa que eu sinto é que é difícil reconhecer a autoridade*”).

Para lidar com os aspectos menos positivos da parentalidade, confirma-se a prevalência de **recursos intra-familiares**, nomeadamente a **experiência prévia com crianças** (“*Nós até já éramos pais, nós trabalhámos até com crianças durante muitos anos... É natural que tivéssemos alguns recursos*”). A **idade do filho** serve também de factor facilitador no que toca a possíveis dificuldades (“*o facto de ser um filho adoptivo com 3 anos, há questões que diminuem o impacto (...) Logisticamente é bem mais fácil. Não tivemos outra vez noites sem dormir*”). Referem, por vezes, apoiar-se em **amigos com filhos**.

A **reacção da comunidade à adopção** nem sempre foi a mais positiva, o que se associa ao facto de o Luís ser de origem africana (“*Nós estávamos num casamento no Norte (...) E o Gabriel*

veio dizer, como é que ele dizia? “Oh mãe, eles estão a dizer mal, já lhes disse que ele se chama Luís e eles estão a chamar-lhe Pedro!”, eles não estavam a chamar-lhe Pedro, estavam a chamar-lhe preto”). A **comunidade mais próxima** demonstrou **aceitar positivamente a adoção** (“Os comentários foram sempre muito positivos”). Inicialmente, a **família de origem** aceitou com alguma relutância a decisão de adoptar (“Houve ali uma questão com os pais da Ana em dois momentos. No primeiro momento, o ser adoptado...o porquê”), tendo sido um processo difícil (“Foi ali um processo de digestão. Primeiro a questão da adoção em si, o porquê “Se podes ter filhos porque vais adoptar?”, e depois a questão em si da cor, que foi uma questão colocada porque de facto levantou uma série de outros fantasmas do baú das memórias, não é?”).

Quando necessitam, parece haver uma preferência por resolver os problemas entre o casal, sendo que, por vezes, discutem determinadas questões parentais com amigos com filhos (“amigos com filhos, às vezes as conversas acabam por ser sobre esses temas”). Apesar de alguma relutância inicial na **decisão de adoção**, a **família de origem** constitui uma fonte importante de **suporte** (“Podemos contar com os avós felizmente”). Para além disso, contam com o **apoio** de recursos formais, designadamente **psicólogos e técnicos de saúde física**.

A **experiência parental** é caracterizada como bastante **positiva** (“Estou muito contente ao fim destes anos todos”), em que as **expectativas** se revelam um pouco ambivalentes, o que pode relacionar-se com a informação previamente fornecida pelos relatórios (“Não tem nada de mal, mas é um bocadinho diferente daquilo que estava à espera (...) Mãe: “na prática, em real, não diminuí as minhas expectativas”; Pai: “Certo, mas...”; Mãe: “Porque eu também não as construo com base nos relatórios”). O Questionário de Avaliação da Satisfação Parental reforça a **satisfação** sentida ao nível da parentalidade, sendo que o pai demonstra que as suas expectativas não sofreram alterações, enquanto a mãe considera que as expectativas se revelaram positivas. O FACES II revela índices elevados de coesão e adaptabilidade familiar.

CASO D1/D2

Nome: D1

Sexo: Masculino

Idade: 44 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Duração do casamento: 22 anos

Número de filhos biológicos: 1

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 9 anos

Ano de Adopção: 2006

Nome: D2

Sexo: Feminino

Idade: 45 anos

Escolaridade: Ensino Superior



Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

	MÃE	PAI
<i>Autoritário</i>	Baixo (2.2)	Baixo (2.1)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (4.5)	Elevado (3.9)
<i>Permissivo</i>	Baixo (1.3)	Baixo (1.3)

FACES II

	MÃE	PAI
<i>Coesão</i>	Elevada (4.7)	Elevada (4.1)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (3.7)	Elevada (3.7)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

	MÃE	PAI
<i>Desempenho do papel parental</i>	Satisfeita	Satisfeito
<i>Relação com o filho</i>	Satisfeita	Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor	Pior
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Melhor	Nem Pior/Nem Melhor

Para além do casal, a família é composta por uma filha biológica e uma filha adoptiva, de 9 anos. Foi adoptada quando tinha 6 anos.

No momento do **primeiro contacto**, a Rita teve alguma dificuldade em aproximar-se dos novos pais, tendo sido necessário o incentivo das técnicas (*“Escondeu-se. Eu ia dar-lhe um beijinho e fugiu (...) foi preciso as técnicas cativarem-na com um jogo, etc., para ela se aproximar de nós”*). Para facilitar o encontro entre **irmãs**, optou-se por algo mais informal, designadamente num parque, com a companhia dos avós. Considera-se que a **adaptação** foi um processo **difícil**, o que os pais associam a características da filha adoptiva (*“O sentimento de negativismo (...) Era o “não” a tudo, se nós queríamos ir para a direita, ela queria ir para a esquerda (...) Foram uns meses muito esgotantes...tinha uma personalidade muito negativa (...) Nós andámos ali uns três, quatro meses, que era uma luta constante”*). Progressivamente, *“as coisas começaram a melhorar”*, onde o factor tempo pareceu exercer uma influência importante em todo o **processo de integração** (*“O tempo ajudou a coisa, e ela mudou também”*).

A criação de um **sentido de pertença** também demorou o seu tempo, sendo que, actualmente, parece completamente alicerçado, através das **demonstrações de afecto** por parte da filha (*“Uns meses depois de estar connosco, ela no dia da mãe não me deu a prenda que trouxe da escola. E eu comentei com o meu marido e com a psicóloga: “ela não me quer. Não quer que eu seja mãe dela”, mas actualmente não, ela andou três dias: “eu tenho uma prenda para te dar”*). Os pais baseiam-se nos desenhos da família, feitos pela filha, para reforçar a ideia de que esta se identifica com a família, com um sentido de pertença bem estabelecido (*“Neste momento já sentimos que ela se sente segura, que ela sente que nós somos a família dela (...) Antes não punha, punha o nome dela sempre em grande”*). Considera-se que esta sensação de que a filha sente-se mais segura no seio da família, terá demorado cerca de dois anos. Na escola, Rita demonstra aceitar a sua nova família, reforçando o seu sentido de pertença (*“Inicialmente ela falava, que éramos os novos pais. Agora não, somos pais”*). Actualmente, os pais consideram que essa fase menos positiva já foi ultrapassada (*“Quase que diria que é como se nos primeiros seis meses é como se não tivesse existido (...) as recordações que nós temos não são muito positivas”*).

A vinda de um novo elemento para a família exerceu algum **impacto ao nível da relação do casal**, o que se deve particularmente a características pessoais que se reflectem na forma de educar (*“Houve algumas discussões aqui entre os dois, inicialmente (...) eu sou muito mais brando que a Lídia (...) havia alguma dificuldade, mas tem a ver com os nossos feitios”*). Neste âmbito, podemos adiantar que se verifica uma certa **complementaridade de papéis parentais** (*“É mais ele que ajuda nos trabalhos de casa. Eu também ajudo quando é possível (...) mas ele tem mais disponibilidade, é mais por isso”*), assim como **divergências parentais** subtis ao nível das **decisões educativas**, o que

se deve em muito à atitude tomada pela filha (*“A mãe pô-la de castigo, a mãe chega mais tarde, eu estou em casa e não sei do castigo e ela...”*). É possível ainda observar a existência de **diferenças em termos de práticas parentais** (*“Rui tem mais dificuldade em dar uma palmada, eu principalmente pressionava um bocadinho para isso, “se não lhe deres uma palmada não resolves essa situação”, ele vai mais pelo castigo”*). Deste modo, denota-se o recurso a **castigos físicos** (*“Nós vamos ser agrestes mas o agrestes não é mal tratar, é dar uma palmada se for preciso”*) e **não físicos** (*“Portanto, “Não tens festa de anos, estás de castigo””*), usualmente acompanhados de **explicação**. Ainda no plano de **práticas parentais**, salienta-se o **incentivo ao diálogo entre pais e filhos** (*“Nós damos-lhe abertura para ela falar de tudo o que quiser”*). O QDEP aponta para a prevalência de um **estilo parental** autoritativo em ambos os progenitores, com índices reduzidos nos restantes.

No que respeita a **dificuldades** sentidas, destaca-se a **adaptação à parentalidade**, face à história de vida da filha (*“Principalmente porque não estávamos preparados (...) por exemplo, para lhe dar uma palmada (...) se ela vem de uma situação de violência”*); e **dificuldades ao nível do comportamento da filha** (*“Era o “não” a tudo (...) uma vez, que nós estávamos a atravessar a rua, e ela vira-se para mim, de mão dada: “tu ficas comigo? Ele pode ir com a mana”*), fonte de diversas situações de stress (e.g., *“Eu tirava-lhe o pijama três, quatro, cinco vezes, depois ela puxava para baixo, e eu disse: “Eu não aguento mais isto! Eu estou desesperada!”*). Refira-se, ainda, o facto de Rita adoptar uma atitude de testar os seus pais (*“Se chegasse ao pé da Ana e lhe desse uma palmada, nem valia a pena eu no dia seguinte dizer que levava, porque ela fazia. Agora a Liliana não (...) E testa muitas vezes, muitas vezes. Ainda hoje”*). Para além do recurso ao **castigo**, como forma de fazer face às dificuldades em lidar com o comportamento da filha, os pais utilizam uma **estratégia** que se aproxima da rejeição parental (*“Ai queres ir? Então, (abri-lhe a porta) vá...”*. *Quer dizer que é impensável e é incorrecto de se fazer (...) Nós temos sempre de ter com ela uma atitude contraditória àquilo que tecnicamente se possa pensar ser correcto. Porque eu acho incorrecto, não é? Uma mãe abrir a porta e dizer “então vai...”*. *Mas funcionou, neste caso”*). Para fazer face à *“personalidade negativa”* de Rita, os pais adoptaram a estratégia de *“cá em casa não se pode dizer não”*.

Como principais **recursos**, é de salientar o **suporte de técnicos de Psicologia** (*“Tivemos a psicóloga do Centro, que nos ajudou, conversávamos com ela, essas coisas todas. Porque sozinhos também era difícil”*); o **tempo de casamento** (*“Nós estamos casados há 21 anos, isso não quer dizer nada mas...”*) e **diálogo entre o casal; valores e princípios de vida** (*“(…) foi esse o nosso princípio, que o ser humano não é um animal”*); e a **prática adquirida no quotidiano** com as filhas (*“Isto são coisas que nunca ninguém nos disse, fomos nós que chegámos a esta conclusão ao*

fim deste tempo todo”). Destaca-se ainda o facto de **acreditarem nas suas competências parentais** (“*Temos capacidade para levar este barco a bom rumo e foi nessa base que nós nos agarrámos a isso*”). Para além disso, a família demonstra contar com o **suporte do Serviço de Adopção** (“*o nosso acompanhamento técnico foi excepcional*”) e de **técnicos de saúde física** (“*os médicos foram 5 estrelas*”).

A **reação da família de origem** à decisão de adoptar foi **negativa** (“*A minha mãe não aceitava a adopção*”), ao contrário da reacção provinda da **comunidade** (“*Socialmente, somos uns heróis*”). Neste sentido, denota-se um suporte reduzido da **família de origem** (“*Se nós tivéssemos de ir trabalhar e eles tivessem muito doente, colaboravam, mas se nós disséssemos que íamos ao cinema não ficavam. Mesmo com a Joana, não tem a ver com o ser adoptada ou não (...) aquela filosofia de “você são os pais, você que os aturem”*”). Contudo, apesar de uma reacção inicial negativa, actualmente, a família de origem lida positivamente com a adopção (“*São grandes amigas, criaram ali uma relação excepcional*”).

Ao fazerem **um balanço da sua experiência parental**, os pais consideram que “*estes dois anos e meio parecem muito compridos*”, mas mostram-se **satisfeitos pelo seu desempenho** (“*Somos uns heróis!*”). No Questionário de Avaliação da Satisfação Parental, o nível de satisfação da mãe revela-se superior, em comparação com o pai. Quanto a **expectativas**, parece que estas não coincidiram com a realidade encontrada (“*Não pensava que fosse fácil, mas o que eu esperava não era este tipo de dificuldades, era tipo assim... falarem muito da família, terem saudades da família biológica (...) Eu não estava [à espera de tanta dificuldade]*”). O instrumento FACES II aponta para índices elevados de coesão e adaptabilidade.

SINGULARES

CASO S1

Nome: S1

Sexo: Feminino

Idade: 51 anos

Escolaridade: Ensino Superior

Número de filhos biológicos: 0

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 9 anos

Ano de Adopção: 2005



**Questionário de Dimensões e Estilos Parentais
(QDEP)**

MÃE

Autoritário Baixo (1.4)

Autoritativo Elevado (4.6)

Permissivo Baixo (1.7)

FACES II

MÃE

Coesão Elevada (4.3)

Adaptabilidade Elevada (4.5)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

MÃE

Desempenho do papel parental Muito Satisfeita

Relação com o filho Muito Satisfeita

*Relação actual com o filho, em
comparação com expectativas
iniciais* Muito Melhor

*Desempenho do papel, em
comparação com expectativas
iniciais* Melhor

A família é constituída pela mãe e a filha adoptiva, de 9 anos, tendo sido adoptada aos 5 anos de idade.

Aquando do **primeiro contacto**, a Sílvia mostrou uma enorme vontade de estar com a sua nova mãe, como se pode observar pelas fortes **demonstrações de afecto** (“A vontade que ela teve muito grande de me agarrar, de me conquistar...de agarrar com força, como quem diz: “É esta a minha oportunidade e eu vou agarrá-la!” (...) ela até que fez mais o papel de aceitação do que eu em relação a ela”), facilitando assim o **processo de adaptação** à adopção (“Facilitou imenso as coisas, ela própria é que facilitou, que eu estava com receio de que ela pudesse ter aquela reacção de medo, receio, pois era um mundo diferente para ela. Mas não, ela aceitou muito facilmente (...) e ela: “Não, chamo mãe””).

Deste modo, é evidente a **qualidade do processo de ajustamento e integração**, apesar de alguns **receios** iniciais (“Viu o quarto, gritou, adorou o quarto. Andou pelos cantos da casa a investigar (...) e depois quis logo ficar. No primeiro dia em que ficou a dormir, eu estava com receio, dormiu bem. Claro que teve de dormir agarrada a mim, estava com receio. Mas reagiu muito bem”). Denota-se um desejo intenso por parte da Sílvia de ser aceite e amada pela sua mãe adoptiva (“Ela está constantemente a perguntar-me: “Tu gostas muito de mim?”(...) Portanto, ainda hoje faz essa pergunta como se quisesse afirmar que gosta muito de mim”), sendo as **demonstrações de afecto** muito frequentes (“Foi sempre querida e até é uma criança amorosa, gosta muito de beijinhos, está sempre a dar beijinhos”). Para além disso, é notória a necessidade de Sílvia de realçar os laços que as unem (“Acho que vinca muito “tu és minha mãe, tu és minha mãe””), revelando surpresa quando a mãe a chamava a atenção de algo (“Ela achava que aquilo era um tempo de férias (...) quando eu chamava a atenção ela pensava que eu não gostava dela, porque eu estava a ralar e porque ela pensava que ia ser tudo fácil, ia ser tudo “sim sim” mas foi só isso”).

Por seu lado, Sílvia demonstrou algumas **dificuldades em integrar-se na rede social da mãe e em interagir com os colegas de escola** (“Ela não queria ver ninguém e fugia de toda a gente e reagia mesmo mal, parecia que tinha medo. Portanto, não queria que ninguém tirasse aquele mundo que ela conquistou. E foi assim um bocadinho complicado mas depois passou, agora já reage bem, até com os colegas da escola”).

Da parte da mãe, a adopção exigiu **ajustamentos também a nível profissional** (“Continuo a trabalhar como trabalhava, mas já tenho que organizar o trabalho de maneira diferente. Pronto, mudou tudo. Acho que nunca trabalhei tanto na minha vida (risos)!”). Sobressai, ainda, o impacto que a adopção teve **ao nível das rotinas** (“Porque ela exige imenso...e a ir buscar e pôr ali (...) Modificou tudo!”). A sua vida passou a girar em torno da filha (“Agora tenho pensado na Sílvia e

depois penso em mim. Não há outra maneira de fazer. Tenho que arrumar a vida da Sílvia e depois então lá faço aquilo que eu posso. E é tudo um bocadinho em função dela (...) ela absorveu-me quase a 100%.”). Ao colocar o **foco na filha**, denota-se assim uma **redução significativa no tempo dedicado a si**, que continua a valorizar (*“Mas tento arranjar também”*), pelo que a filha reage com alguma relutância (*“Ela fica com um ar preocupado e eu digo: “olha Sílvia tu vais às tuas festas de anos, só estão crianças, não me queres lá...” e ela: “eu queria” (risos). Mas pronto, mas ela compreende, mas depois funciona um bocadinho tipo com trocas”*).

No exercício da parentalidade, as **dificuldades** são consideradas *“aquelas dificuldades de crianças normais”*. Assim, é de salientar a **adaptação à parentalidade** (*Depois há coisas que eu pensava que controlava tudo, mas de repente até na camisola para vestir isso às vezes...ela andou engripada uns dias e depois às tantas já não sabia se agasalhava muito e afinal eu agasalhava demais”*); a **auto-estima reduzida demonstrada pela filha**, ao que a mãe procura reforçar (*“Eu acho que agora estou com dificuldades em mentalizá-la que ela sabe, para ela não começar a pensar que não sabe”*); o **fazer compreender as regras**, designadamente no que toca aos horários de sono (*“tenho algumas dificuldades em pô-la a dormir cedo”*); e a **dificuldade inicial de a filha se integrar na sua rede social** (*“Por exemplo ela tinha uma certa aversão ao sexo masculino e quando havia rapazes ou homens, metia-se debaixo da mesa e às vezes até ficava aflita, até quando tinha visitas fugia e escondia-se. Ela não queria ver ninguém, só me queria a mim e não queria mais ninguém”*).

Com o intuito de monitorizar o comportamento da filha, verifica-se o recurso ao **castigo não físico**, acompanhado de **explicação** (*“Pronto repreendi um bocadinho mas falei com ela (...) Então ela teve outra vez outro vermelho e ela mal chegou a casa disse: “Eu hoje estou de castigo! Eu hoje não vou ver televisão”*). Apesar disso, de acordo com a mãe, a filha obedece com relativa facilidade (*“Às vezes tenho que dizer um bocadinho mais alto, mas não é aquela coisa de ralhar mesmo, que ela obedece”*). Outra **estratégia** consiste em fingir que se ignora determinados comportamentos da filha, para que ela perceba que estes são menos adequados (*“Às vezes fingia que não ligava”*) e recorrer à negociação (*“Eu disse: “se tiveres “muito bom” e ela: “está bem, eu vou ter “muito bom”*”). Com base nas respostas ao QDEP, observa-se a preponderância de um **estilo parental** autoritativo.

A **reação dos amigos e da família** à decisão de adoptar foi muito **positiva** (*“Toda a gente queria vê-la...pronto era um membro novo da família”*), considerando-se que a **comunidade** reagiu naturalmente à adopção. Na **escola**, parece que a temática da adopção não é muito explorada, não surgindo assim reacções específicas (*“Na escola ela diz: “o meu pai já morreu e a minha mãe...”, sou eu. Portanto e mais nada. E as colegas: “muito bem”*”). Neste âmbito, interessa mencionar o

evitamento, por parte da mãe, de fazer referência ao passado da filha (*“Não falo do passado, até porque a miúda sente-se muito incomodada com isso”*).

A **família** exerce uma função de **suporte** importante, ao tomar conta de Sílvia, sempre que necessário (*“Ou fica com a minha mãe ou fica com a minha sobrinha”*). Refira-se ainda o apoio da equipa do **Serviço de Adopção** (*“Por exemplo, no início pedi apoio ao assistente social”*).

Os resultados obtidos no Questionário de Avaliação da Satisfação Parental manifestam uma **satisfação** elevada no **desempenho parental** e **relação actual com o filho**. Inicialmente, as expectativas revestiram-se de alguns receios, porém estas revelaram-se positivas (*“As minhas expectativas foram superiores, foram tão boas (...) eu estava com tanto receio, pensei que ia ter uma série de problemas, mas não tive. Portanto, antes pelo contrário, tive uma...da parte dela, ela foi muito receptiva”*), considerando-se que *“nunca houve assim problemas com a adopção”*. No seio da família, observam-se níveis elevados de coesão e adaptabilidade familiar, com base no FACES II, onde o diálogo entre mãe e filha é bastante valorizado (*“Ela fala muito comigo”*).

CASO S2

Nome: S2

Sexo: Feminino

Idade: 45 anos

Escolaridade: Ensino Superior

Número de filhos biológicos: 0

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 4 anos

Ano de Adopção: 2007



**Questionário de Dimensões e Estilos Parentais
(QDEP)**

MÃE	
<i>Autoritário</i>	Médio (2.7)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (4.9)
<i>Permissivo</i>	Baixo (1.3)

FACES II

MÃE	
<i>Coesão</i>	Elevada (3.6)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (3.7)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

MÃE	
<i>Desempenho do papel parental</i>	Muito Satisfeita
<i>Relação com o filho</i>	Muito Satisfeita
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor

Trata-se de uma família constituída pela mãe e filho de 4 anos, adoptado com 13 meses.

No **primeiro contacto** entre mãe e filho, salienta-se a timidez da criança (*“Muito tímido, não me ligou muito, não me deu muita atenção. Era uma estranha, claro”*) ficando progressivamente mais comunicativa e desinibida. A timidez inicial de Tiago também se expressou na relação com os avós, figuras mais próximas para além da mãe (*“Foi ainda na fase da sua timidez, conhecendo...foi evoluindo com as refeições, com o brincar no quintal”*).

Considera-se que o **processo de integração** desenrolou-se de modo **positivo** (*“Penso que nem terá chegado a um mês sequer, essas reservas. Porque entretanto começou a ver outras pessoas, a ir a outros sítios, então o modelo de repente alterou-se”*), com uma evolução rápida (*“O menino introvertido rapidamente começou a falar, a estar bem...pensei a estar bem com ele próprio (...) poucos dias, se calhar terá levado para aí uma semana, até que percebeu que realmente ali era o espaço dele e eu era a pessoa que estava sempre com ele”*), onde, **progressivamente**, Tiago foi adquirindo uma confiança crescente (*“Já não era a pessoa que estava com ele por turnos e portanto sentiu cada cada vez mais confiança”*).

Do lado da mãe, a adopção requereu um **reajustamento de rotinas** (*“Os horários também começaram a ser diferentes...mudou rapidamente (...) tive que adaptar os meus programas”*) e prioridades (*“O telemóvel passou a estar sempre ligado, quando ele não está ao pé de mim, porque pode estar doente, pode ter caído, esse tipo de coisas (...) Com o trabalho, chega aquela hora vou-me embora, não me interessa que fique trabalho por fazer ou não”*). Por seu lado, a redefinição de prioridades teve impacto na **questão financeira** (*“Por exemplo, tive que meter uma licença de tempo parcial para acabar o mestrado, com metade do ordenado, trabalhava metade do tempo”*), de modo a conseguir conciliar a vida familiar com outras tarefas. Na maioria das vezes, denota-se uma **integração do filho nas actividades e programas** (*“É raro eu ir sair que tenha que deixar...já tem acontecido também...”*).

Assim podemos caracterizar a integração como um **processo de aprendizagem e evolução mútuas** (*“Fomos evoluindo os dois, habituamo-nos um ao outro muito facilmente”*).

Como principais **dificuldades**, ressalva-se a **adaptação à parentalidade**, que foi abrupta (*“Andava ali com o coração nas mãos porque, eu não ter nada, e de repente ter que me organizar com uma cama, com a roupa para a cama, com roupa para a criança, com...enfim, que se vai fazendo ao longo de nove meses”*); aspectos do **comportamento do filho**, principalmente quando tinha 2 anos (*“Na fase dos dois anos, em que ele tinha muitas birras...muitas teimosias e em todas tem”*); **dificuldades em termos do comportamento alimentar** (*“Dou-lhe primeiro a refeição a ele e depois janto eu. Porque se vamos os dois ao mesmo tempo, entretanto nem consigo comer eu nem come ele, porque...distrai-se muito e assim eu estou ali e aquele momento, às vezes, chega a ir*

quase uma hora mas pronto, ele janta (...) ao princípio e às vezes ainda acontece isso, que é uma coisa terrível, primeira colher de comida fazia uma fita terrível, chegava a agarrá-la e metia-lhe a colher à força na boca”); e **dificuldade em fazer compreender a regra**, por exemplo, no que toca aos horários de sono (“*dormir, que nunca foi fácil, dorme bem mas resiste até à última para ir para a cama*”).

Interessa referir que as **dificuldades são consideradas normais**, na parentalidade (“*É tudo muito natural (...) Preocupações, dificuldades não*”).

Como **recursos** para lidar com as dificuldades referidas, salienta-se o facto de ter **amigos com filhos** (“*Às vezes falando com pessoas que têm alguma experiência, algumas coisas adopto, outras continuo as minhas e outras continuo à espera de descobrir qual será a solução*”).

No plano das **práticas educativas**, verifica-se o uso de **castigo não físico**, complementado com **explicação** (“*Tentava várias maneiras, soluções ou explicava ou castigá-lo, tirando-lhe coisas que eu sei que ele gosta. Portanto, não lhas dava para que ele se sentisse contrariado e cedesse à minha vontade*”), em que **a mãe adopta uma postura firme** (“*Teve de ceder*”). A sua posição de firmeza mantém mesmo quando o filho resiste à implementação do castigo (“*Resiste muito, que é pior para ele e para mim. Depois o castigo é pior*”), o que faz a mãe **questionar-se se tomou a decisão certa** (“*Às vezes chego a pensar que sou cruel com o meu filho*”). Para além disso, destaca-se **o incentivo ao diálogo entre mãe e filho** e na **participação nas tarefas domésticas**, o que não tem sido fácil de concretizar (“*Tentar que ele perceba que precisa de arrumar para depois possa encontrar as coisas, também não tem sido fácil*”); e o recurso **ao reforço positivo** (“*Valorização do que ele faz bem*”). Valoriza-se principalmente a questão das **regras relativas a rotinas** (“*Tentar que ele perceba que é preciso tratar das regras da higiene, de alimentação, de dormir*”), o **respeito** pelo outro e os animais, assim como o **apoio nas tarefas domésticas**.

Quanto ao **estilo parental**, a mãe considera que este varia “*consoante os momentos. Os momentos de afectividade e de valorização do que ele faz bem e...disciplina para que consigamos viver normalmente*”, tentando fazer um equilíbrio entre ambos. As respostas dadas no QDEP sugerem um predomínio do estilo parental autoritativo, seguido do autoritário, sendo que o permissivo apresenta valores reduzidos.

Considera-se que a **comunidade reagiu de forma positiva** à adopção (“*As pessoas quando viram este caso, ficaram contentes, ficaram felizes (...)*”), assim como a **família** (“*Toda a gente gostou muito (...) foi uma surpresa muito agradável para toda a gente*”) e os **amigos**, cujo apoio tem sido fundamental, principalmente durante o período de preparação para a parentalidade (“*Colaboraram, aquilo parecia quase a operação pirâmide (risos), com roupas, outros com brinquedos, com camas...*”). Estes últimos mostram constituir uma fonte de **suporte** primordial

(“Tenho uma relação mais próxima com os amigos, porque vivemos também todos mais perto, no fundo a proximidade ajuda, do que com a família”), apesar de a família dar igualmente o seu contributo e apoio (*“depois compram-lhe coisas, aquelas coisas típicas (...) Se a minha mãe vier para a minha casa, por exemplo, e eu tiver que sair (...)”*). Conta-se ainda com o apoio formal dos **educadores e psicólogos**, da **equipa do centro de acolhimento** e da **equipa de uma unidade de saúde mental**.

Ao realizar um **balanço da experiência parental**, a mãe refere que esta teve um impacto bastante positivo (*“A nível emocional dá-me um equilíbrio, uma estabilidade muito grande“*). Salienta-se as vantagens de se adoptar com uma idade superior à maioria das mães biológicas com filhos em idades similares (*“Às vezes, eu penso que adoptei já com muita idade, com 42 anos, mas entretanto tive oportunidade de fazer coisas que agora com ele não são próprias. Portanto, já fiz muita coisa que algumas poderei repetir com ele, outras não fazem sentido”*).

É evidente a **satisfação ao nível do desempenho parental** (*“Portanto, há altos e baixos, mas nada que eu diga: “foi horrível! Foi terrível!”. Foi complicado, às vezes há coisas mais complicadas, mas tudo se consegue resolver, sem que eu precisasse de alguma ajuda ou me sentisse completamente perdida...não (...) Portanto, não me considero perfeita, considero que sou um modelo de educação”*) e da **relação com o filho** (*“(...) estamos realmente muito bem um com o outro (...) somos um par muito bem estruturado, uma relação muito boa”*), tal como os resultados do Questionário de Avaliação da Satisfação Parental mencionam. O mesmo instrumento revela que as expectativas são muito positivas, apesar de certas reticências iniciais (*“Corri algum risco ao adoptar o Bruno, sabendo as origens da progenitora, mas por acaso tudo correu tão bem, graças a Deus até outros problemas não tinha (...) havia uma grande ansiedade da minha parte, foi terrível mas...”*).

O instrumento FACES II aponta para níveis elevados de coesão e adaptabilidade no seio da família, onde se observa uma **partilha de interesses** (*“Eu também gostava muito de carros”*) e **tempo livre nuclear** (*“Também fomos a uma exposição, que houve na FIL, sobre carros antigos”*).

Importa referir que o **filho demonstra encarar a situação de coabitação monoparental** com naturalidade (*“Ele: “ah, não tenho pai não é?”. Portanto, é uma coisa natural para ele. Houve uma diferença que é natural e não me traz problemas. Também temos alguns amigos que, ou porque os pais morreram ou porque os pais são separados e não há grande relação com os pais, portanto ele não vê a figura masculina...”*).

CASO S3

Nome: S3

Sexo: Feminino

Idade: 49 anos

Escolaridade: Ensino Superior

Número de filhos biológicos: 0

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 9 anos

Ano de Adopção: 2007



**Questionário de Dimensões e Estilos Parentais
(QDEP)**

MÃE	
<i>Autoritário</i>	Baixo (1.3)
<i>Autoritativo</i>	Elevado (4.7)
<i>Permissivo</i>	Baixo (1.3)

FACES II

MÃE	
<i>Coesão</i>	Elevada (4.8)
<i>Adaptabilidade</i>	Elevada (4.3)

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

MÃE	
<i>Desempenho do papel parental</i>	Satisfeita
<i>Relação com o filho</i>	Muito Satisfeita
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Muito Melhor

A família é composta pela mãe e filho, de 9 anos e adoptado aos 6 anos.

O primeiro encontro é referido como algo memorável, relatando-se ainda um episódio anterior ao **primeiro contacto** (“*Fui mais cedo do que a hora que estava prevista para me encontrar com ele e não me esqueço que estava cá fora (...) de repente vejo um grupo de crianças passar e percebi que aquele era o Paulo, apesar de não estar nada parecido com a fotografia (...) Mas o nosso encontro foi assim uma coisa, que acho que me vou lembrar toda a vida. Sempre*”).

O **período de integração** foi vivenciado com **algumas dificuldades**, nomeadamente devido ao comportamento de Paulo (“*Era lidar com as birras dele. No início, foi um bocadinho complicado*”). No primeiro contacto com a família alargada, verificou-se alguma **dificuldade em este interagir com os seus elementos** (“*Preparei-o e disse quem é que íamos conhecer, o que é que eram a mim, o que é que representavam para mim (...) quando viu aquela multidão, disse: “eu não saio, eu não saio!”*, uma birra enorme”).

Destacam-se as **manifestações de afecto**, desde que o Paulo foi viver com a sua nova mãe (“*O Paulo é uma criança muito afectiva e, por exemplo, de manhã acorda e diz: “mãe, mãe! Oh mãe, é só para te dizer que te amo!”* (...) *ele tem imensa dificuldade em separar-se, beijos, beijos, volta para trás aos beijos*”). Refira-se, ainda, a **exaltação das semelhanças do filho com a sua família adoptiva** (“*É engraçado porque tem os olhos azuis e é assim meio loirinho e o meu irmão...nós somos...éramos quatro e dois eram loiros de olhos azuis (...) ainda há tempos, encontrei uma amiga da minha mãe que me disse: “ah, meu Deus! Ele é igualzinho, igualzinho ao teu pai”*”).

Denota-se o desejo por parte da mãe de que o filho seja ainda bebé, tratando-o, por vezes, como tal (“*Quando pegava nele e o embalava, apetecia-me que ele fosse bebé e, provavelmente, tipo o dar-lhe banho...dei-lhe banho até ele ter sete anos. Aquelas coisas de bebé (...) A cesta que ele tinha na casa-de-banho, quando um dia, eu olhei, era tudo coisas de bebé*”). Para além disso, a adopção exigiu uma **adaptação em termos das rotinas e prioridades** (“*Todos os dias tinha que fazer jantar, isso foi uma grande mudança. Custa imenso, tenho que ser franca (...) Mas, a partir da chegada do Paulo, a minha vida mudou, a minha vida social mudou. Deixei de sair*”). A questão da diminuição dos contactos sociais foi considerada mais complicada de gerir (“*Quando ele chegou, eu pensei: “meu Deus! Acabaram-se as noitadas, acabaram-se os jantares”*. Ainda por cima, com aquela dificuldade que ele tinha de se integrar em ambientes novos”), principalmente passados 4 meses da vinda do Paulo para casa. Após o **feedback** da equipa do **Serviço de Adopção**, os contactos foram retomados, sendo o **filho integrado nas actividades sociais**.

No que toca a **práticas educativas**, verifica-se o **incentivo de participação nas tarefas domésticas** (“*Agora comecei a habituá-lo a dobrar a roupa, a fazer aquelas coisas e deixá-lo a ele fazer*”), que serve também para estimular a autonomia do filho; o recurso à técnica da **negociação**,

principalmente como forma de lidar com as “birras” do filho (“Comecei depois a utilizar a técnica da negociação e comecei a conhecê-lo melhor e a perceber quando é que ele tinha birras”); e o estabelecimento de **regras** a cumprir, particularmente no que diz respeito a **rotinas**, de modo a controlar o tempo que o filho passa em frente ao televisor. Para além disso, denotam-se tentativas para diminuir o stress vivenciado pelo filho na realização de tarefas escolares (“a chorar, “eu sou burro, eu sou muito estúpido, eu nunca vou aprender!”. Até que um dia disse-lhe: “oh Paulo sabes uma coisa? A mãe também aprendeu a ler um bocado tarde”; “ai é?! Então, está bem (...) Então acho que isso o tranquilizou”).

No caso do **incumprimento de regras**, destaca-se o uso do **castigo não físico** (“Não vês televisão durante oito dias”), sendo que, na fase de integração, o castigo servia essencialmente a função de colocação de limites (“os castigos eram mais para ele perceber que quem mandava era eu. Um bocadinho mais do que propriamente o castigo ser punitivo”).

Apesar de, por vezes, sentir algum **arrependimento aquando da aplicação dos castigos**, acredita na importância de uma **posição de firmeza** (“Houve sempre uma regra de base que é: não ceder”), através de um processo de aprendizagem contínua (E: “Portanto, foi aprendendo isso ao longo do tempo?”; R: “Sim, sim, ao longo da nossa relação”). Importa mencionar que as respostas dadas no QDEP fazem realçar um **estilo parental** autoritativo.

Relativamente a **dificuldades**, salienta-se a questão de lidar com aspectos específicos do **comportamento** do filho (“Lidar com as birras dele. No início, foi um bocadinho complicado”) e o **comportamento alimentar** (“Fazia muitas birras, por exemplo, a comer. Não queria ou não gostava (...) estava tipo comia a sopa e levantava-se da mesa (...) lá se sentava mais dez minutos, ficava, comia mais um bocado, mas dizia: “não gosto. Não gosto disto! Não gosto desta comida”), sendo que esta dificuldade não foi antecipada pela mãe (“(...) a da comida, por exemplo, não estava à espera”). Para além disso, surgiram alguns **dificuldades na adaptação à escola** (“Uma birra enorme. A primeira vez que o deixei (...) disseram-me logo que ele detestava a escola”) e, actualmente, “as birras não é ir para a escola, adora ir para a escola”, e as **dificuldades centram-se ao nível do estudo** (“As nossas grandes lutas é sempre com o estudar, porque, por exemplo, eu digo-lhe montes de vezes: “Paulo, se tu não estudas, eu tenho que te pôr no apoio”).

Para fazer a face a estas dificuldades, a mãe recorre a determinadas **estratégias educativas** (“Tentei que o espaço de mesa fosse um espaço valorizado por ele. Então, pedia-lhe para pôr a mesa (...) gosta de enfeitar a mesa (...) Tento sempre arranjar assim uma história (...) peguei nele, agarrei-o, assim olhos nos olhos, e disse-lhe: “Paulo, é assim: podes não gostar de mim, mas eu vou ser tua mãe para toda a vida, sabes?”. Ele ficou assim a olhar para mim, desatou a chorar compulsivamente, agarrou-se (...) deixo o Paulo ir até ao fim”). Os actos de afecto, também, se

revelam úteis para se lidar com situações difíceis (“(...) peguei nele ao colo e disse: “eu não tenho jeito nenhum para cantar, nem sei músicas”. E então lembrei-me daquela do Cuco na Giesta”). Mais uma vez, refira-se a utilização da técnica da **negociação**.

Como **recursos** importantes, é de ressaltar os **amigos com filhos**; os funcionários da **escola**, através das suas dicas e sugestões; **as influências da família de origem no que respeita a práticas parentais** (“Ia buscar até exemplos meus: a minha mãe, formas que a minha mãe tinha de lidar comigo”); o **suporte** da equipa do **Serviço de Adopção** (“Estavam sempre muito disponíveis”); e o **diálogo entre mãe e filho**. A **rede social** constitui uma fonte de apoio e **suporte** crucial, desde os **amigos** (“(...) porque tenho lá também amigos e, portanto, é mais fácil para mim”), alguns elementos da **família** (“Tenho essa tia que é uma querida e que nos ajuda imenso”), o **Serviço de Adopção** e um **psiquiatra**, amigo da família. Dado que a família de origem é relativamente reduzida, não se verifica um apoio efectivo (“Não tem assim muito grande contacto (...) com as partilhas ainda pior”).

As **reacções sociais** à **decisão de adopção** dividem-se entre as **positivas** e **negativas**. Os membros da **família** mais próximos aceitaram a adopção com facilidade (“Recebeu muito bem o Paulo, ficou muito contente”), assim como a maioria dos **amigos** (“Gostam imenso do Paulo”). Contudo, houve um episódio com alguns amigos que mostra uma reacção mais **negativa** (“Quando eu mostrei o Paulo, a mãe dela disse: “ah, é perigosíssimo. Não deixes a tua filha conviver com o Paulo, porque senão, normalmente são crianças filhas de marginais e doentes com Sida” (...) na altura, disse-me: “ai, ele é...parece deficiente, é horrível. Como é que tu te metes numa coisa destas?””). Alguns elementos da **comunidade** também se pronunciaram negativamente à situação de adopção (“Eu achei muito desagradável uma mãe que me disse, não foi relativamente ao Paulo porque não sabia que o Paulo era adoptado. À porta da escola, disse-me assim: “...o João é horrível, aliás uma criança adoptada. Nem quero que o Ricardo esteja com ele”. Não sabia que o Paulo era adoptado”). Na **escola**, os colegas de Paulo tecem comentários menos positivos (“(...) que ele me contou, disse-me: “mãe sabes uma coisa? Lá na escola, sabes o que é que eles disseram? Dizem que eu não tenho pai, só tenho mãe””).

Verifica-se que o Paulo reagiu bastante bem à **entrada de um novo elemento no seio da família** (“ (...) e decidimos viver juntos e então o Paulo, é engraçado diz sempre a partir desse momento...foi num dia do pai e então o Paulo resolveu fazer o presente do pai, que me tinha dado a mim no ano anterior e ele: “oh mãe, este ano vou dar ao pai””), que providencia assim um **apoio, por meio da partilha de tarefas** (“Há tempos, disse: “oh Paulo, olha é assim a mãe, no Verão, nas tuas férias, a mãe tem que trabalhar imenso, imenso, imenso e tu podias ir para o Algarve com o pai, uns dias, depois a mãe ia lá ter””).

O **balanço da experiência parental** parece ser positivo (“*Foi importante para mim ter o Paulo (...) eu também cresci imenso (...) descobri imensas coisas em mim*”), tal como indica o Questionário de Avaliação da Satisfação Parental. Apesar da transição abrupta para a parentalidade (“*eu não tinha nada, absolutamente nada preparado*”), as **expectativas** revelam-se positivas. O FACES II aponta para uma elevada coesão e adaptabilidade familiar, o que é reforçado pela mãe (“*Há imensa cumplicidade entre mim e o Paulo*”).

CASO S4⁵

Nome: S4

Sexo: Masculino

Idade: 38 anos

Escolaridade: Ensino Superior

Número de filhos biológicos: 0

Número de filhos adotivos: 1 **Idade:** 9 anos

Ano de Adopção: 2007



⁵ Dos questionários acima mencionados, apenas foi preenchido o Questionário de Avaliação da Satisfação Parental, dado que a escala de testes sofreu alterações, no âmbito do estudo mais vasto, em que se insere a presente investigação.

Questionário de Avaliação da Satisfação Parental

	PAI
<i>Desempenho do papel parental</i>	Satisfeito
<i>Relação com o filho</i>	Muito Insatisfeito
<i>Relação actual com o filho, em comparação com expectativas iniciais</i>	Nem Pior/Nem Melhor
<i>Desempenho do papel, em comparação com expectativas iniciais</i>	Nem Pior/Nem Melhor

Trata-se de uma família constituída pelo pai e o filho adoptivo, de 9 anos. Foi adoptado com 5 anos, tendo já passado por uma situação de adopção rejeitada.

O **primeiro contacto** não consistiu efectivamente no primeiro contacto, pois pai e filho já se conheciam de outro contexto (*“A minha mãe é voluntária na Ajuda de Berço e eu comecei a ser voluntário lá naqueles primeiros...ele era a terceira criança que nós tínhamos lá em casa (...) afeiçoamo-nos mais a ele (...) Houve logo ali química”*), o que favoreceu o **processo de integração** (*“A adopção do meu filho foi um bocadinho diferente das outras todas (...) Já o conhecia. Portanto, não houve aquele período de adaptação (...) as coisas foram correndo, não houve dificuldades (...) Não reagiu, era uma coisa normal que ia acontecer mais cedo ou mais tarde (...) esse período não existiu por causa do voluntariado”*). Deste modo, tudo aponta para que a criação **do sentido de pertença** tenha sido imediata (*“Começou a tratar-me por pai e a minha mãe, começou a tratar por avó (...) dificuldades na nossa relação não houve, porque tanto para mim como para ele, a situação estava mais que interiorizada”*). A aceitação da **mudança do nome** reforça este aspecto (*“Ele ainda hoje em dia sabe o nome antigo que ele tinha (...) ele muitas vezes: “oh pai, quando era Ricardo... ””*).

Com a adopção, a principal modificação registada centrou-se ao nível das **prioridades** (*“É certo que deixei de fazer uma série de coisas que gostava de fazer (...) Houve uma redefinição das prioridades. Aliás, antes não eram prioridades, eram coisas supérfluas. Supérfluas entre aspas”*) e rotinas (*“A única alteração que eu tive foi o sistemático de, todos os dias, acordar mais cedo para arranjar o almoço, para o ir levar à escola”*). A **questão financeira** também sofreu algumas alterações (*“Se calhar, deixei de ir jantar fora a um restaurante melhor para ir a outro (...) Em termos económicos, a psicóloga e a terapia da fala, ir buscá-lo e pô-lo e depois não sei quê...era complicado (...) mas isso é normal”*). Apesar disso, parece haver uma **manutenção das actividades** e contactos sociais (*“Deixei de fazer algumas, mas continuo, se calhar com menos regularidade, a fazer muita coisa (...) não deixo de estar com os meus amigos (...) Eu acabo sempre, graças a Deus, por conseguir fazer, com maior ou menor dificuldade, as coisas que gosto de fazer (...) continuo a fazer as mesmas coisas (...) mais ajustadas à realidade”*). Para tal, denota-se uma **integração do filho nas actividades**. Assim, o **foco passou a estar no filho** (*“No meu dia-a-dia, não penso ir para um lado qualquer sem pensar... (...) que estrutura é que vou arranjar para...”*).

No exercício da parentalidade, verifica-se o **incentivo ao diálogo** (*“Tento sempre fazer com que ele perceba que pode falar comigo”*) e na **participação nas tarefas domésticas** (*“Agora começo a explorar outras, que é: pôr as coisas na máquina”*), assim como o **encorajamento** (*“que eu tinha a certeza que ele sabia fazer e ele não estava a perceber ali. Eu também tive de o ler duas vezes, por isso deixei-o...depois tive de lhe explicar”*) e **elogio** (*“Oh filho, você é o maior filho do*

mundo”). Destacam-se as **regras relativas à execução de tarefas domésticas** (e.g., fazer a cama e arrumar o quarto). Denota-se o recurso ao **castigo físico** (“*Dou umas palmadas no rabo quando se porta mal (...) Nunca lhe bati com força, nunca lhe bati para o magoar*”) e **não físico** (“*É tirar alguma coisa que ele está à espera de fazer, geralmente é isso*”), acompanhados de **explicação** (“*Tento ao máximo explicar-lhe porque é que ele está de castigo*”) e **reflexão** (“*E depois pergunto-lhe porque é que ele está de castigo, que é para ver se ele não se esqueceu*”). Certas situações alusivas ao castigo físico originaram sentimentos de **arrependimento** e **tristeza** (“*Encostei-lhe a mão à cara e aquilo para mim doeu-me tanto (...) porque a adopção rejeitada anterior tinha muitas agressões físicas, na cara, e eu sabia dessa situação, e quando fiz aquilo, ele voltou atrás*”). Para além disso, observa-se um **envolvimento nas actividades do filho** (“*Por exemplo, hoje tive a jogar futebol com ele e com os amigos*”).

Como principais **dificuldades**, refira-se a **sobrecarga de tarefas** (“*logística de ir levá-lo, de ir pô-lo (...)*”) e aspectos específicos do **comportamento** do filho (“*Neste momento, não sei o que se está a passar (...) As dificuldades existem, com certeza, no dia-a-dia que ele fez uma birra (...) ultimamente tem estado assim um bocadinho transtornado*”). Para lidar com algumas destas dificuldades, considera-se que as **estratégias educativas** variam, em função do estado de espírito daquele dia (“*Uma birra, leva uma palmada no rabo e depois depende (...) Há dias que nos correm muito bem e ele até faz as mesmas coisas que fez ou faz pior e nós reagimos de maneira diferente, temos outra capacidade de conversar em vez de reagir*”).

Salientam-se os seguintes **recursos**: **económicos** (“*Graças a Deus, em termos de saúde económica, não me...*”); **personais** (“*Eu sou comercial, portanto estou habituado, entre aspas, ao stress*”); **amor parental**, o que contribui para a tendência para uma **desdramatização das dificuldades** (“*São dificuldades que não são dificuldades. Acho que o amor que nós temos um pelo outro é tudo*”); o facto de se **focar no futuro do filho** pode ser uma fonte de força importante (“*O que me ajuda a superar estes pequenos problemas é eu pensar na realidade dele e no futuro dele*”) e **preparação prévia**, através da leitura de livros sobre a temática. A **rede social** exerce uma função de **suporte** importante, desde os **amigos** (“*Eles é que ficaram com o Ricardo, que reagiu lindamente*”); a **família** (“*Eu tenho a sorte de viver numa rua em que do lado esquerdo da rua, de uma ponta à outra, é família (...) Sinto apoio na família*”); a **comunidade** (“*A Ajude de Berço, realmente, acho que é uma mais-valia. Eu próprio sinto essa mais-valia quando, por qualquer motivo, preciso de falar com alguém e não sei quê, pego no telefone e ligo para lá. Eu sinto-me apoiado lá*”); **professores** (“*Ultimamente tem estado assim um bocadinho transtornado (...) pedi à professora para falar com ele*”); e **psicólogos** (“*Ele teve numa psicóloga para poder explodir e gritar*”). Nunca sentiu necessidade de apoio por parte da equipa do Serviço de Adopção.

Deste modo, é possível perceber que a maioria dos elementos, que integram a rede social, reagiu positivamente à adoção. O facto de já conhecer a criança facilitou igualmente a **reacção da família à adoção** (“*Como nós já o conhecíamos, ele já estava enturmado*”), contudo alertaram para as implicações da **decisão de adoção** (“*Quando contei, eles: “está bem, e já reparaste que vais mudar a tua vida? A tua vida vai dar uma volta de 180 graus*”). Os colegas de **escola** revelam certas atitudes menos positivas no que toca à adoção, o que se deve, principalmente, à origem étnica do Pedro (“*Houve uma vez que, hoje em dia é o grande amigo dele, que lhe chamaram “preto, cigano e adoptado”*”), contudo o pai desvaloriza os comentários tecidos pelos colegas de escola do filho (“*os que gozam hoje são gozados amanhã e os que gozam amanhã voltam a gozar com aqueles que já gozaram, o que eu acho que eles próprios é que defendem as próprias situações*”).

O **balanço da experiência parental** demonstra ser positivo (“*(...) acredito que continue a ter uma sorte com o filho que tive*”), em que as **expectativas** prévias acabaram por se concretizar (“*Portanto, todos temos problemas, até hoje, nestes quatro anos, não tive problemas que não tivesse à espera de os vir a ter*”), apesar de o Questionário de Avaliação da Satisfação Parental⁶ indicar expectativas neutras. É evidente a **satisfação com o desempenho parental** (“*Acho que consigo, de uma forma ou de outra, com maior ou menor dificuldade, ir reagindo às coisas e ir tomando aquelas que eu julgo que são as melhores opções*”), em que a **leitura de livros específicos** exerceu um contributo importante (“*Li os livros, sabia que iam dizer que eu não era pai dele, sei que ele vai voltar a dizer mais cedo ou mais tarde, portanto são coisas que nós já estamos à espera*”). A nível pessoal, evidencia-se o **impacto que esta experiência tem tido no adoptante** (“*Ando mais calmo do que andava antes. Costumo dizer que agora penso e não reajo*”).

Descreve-se a experiência parental da seguinte forma: “*A minha vida deu uma volta de 360 graus, porque estava deste lado e agora estou deste, mas continuo com as mesmas coisas (...) Problemas? Zero! Tem problemas? Tem, os do dia-a-dia como todos nós temos, como qualquer filho biológico tem, mas não é nenhum miúdo problemático. Eu tenho tido uma sorte de todo o tamanho e reconheço isso (...) eu continuo a dizer que acho que o meu exemplo não é um exemplo a seguir, é um exemplo bonito de se falar e bonito de se entender*”. A coesão familiar parece bem presente no seio da família (“*Vou ao meu quarto e ele deita-se na minha cama, os dois a ver televisão. Mas os beijinhos e isso já dava antes, já brincávamos*”), reforçada **pela partilha de**

⁶ Apenas foi preenchido o Questionário de Avaliação da Satisfação Parental, dado que a escala de testes sofreu alterações, no âmbito do estudo mais vasto, em que se insere a presente investigação.

interesses e existência de **tempo livre nuclear** (“*Ele é doido, tal e qual como eu, pelo Sporting (...) volta não volta, vou ao futebol com ele*”).

ANEXOS

ANEXO A

Questionário Geral

Data _____

É muito importante que leia atentamente e **responda a todas as questões**. Deixar questões em branco inutiliza todo o questionário e impossibilita que as suas respostas sejam incluídas na investigação.

Quando não tiver a certeza acerca de um valor ou resposta, por favor, responda com dados aproximados.

Parte I- Dados Sócio-Demográficos

1. Sexo

- Masculino
 Feminino

2. Escolaridade

- 0 a 4 anos de escolaridade
 7-9 anos de escolaridade
 Frequência universitária
 5- 6 anos de escolaridade
 10-12 anos de escolaridade
 Ensino superior

3. Origem étnica/racial

4. Idade

5. Profissão ou Ano Escolar se for Estudante

6. Zona de Residência Habitual

- Norte
 Algarve
 Centro
 Alentejo
 Grande Lisboa
 Arquip. Madeira
 Arquip. Açores
 Outra _____

7. Estado Civil

- Casado(a) Desde _____
 Solteiro/a
 Divorciado(a) Desde _____
 Viúvo(a)

8. Habita com

9. Situação Relacional

- Casamento Quantos casamentos teve anteriormente? _____
 União de Facto (igual ou superior a 2anos) Desde _____
Quantas uniões de facto teve anteriormente? _____

10. Filhos (biológicos/adoptivos/enteados)

- Sem filhos
 Gravidez actual
 Com filhos
Número de filhos biológicos _____ Idades _____
Número de filhos adoptivos _____ Idades _____
Número de enteados _____ Idades _____

11. Acompanhamento psicológico ou psiquiátrico

- Nunca teve
 Teve no passado
 Tem actualmente

12. Religiosidade

- Não Crente
 Crente Não Praticante
 Crente Praticante
Qual a religião? _____

ANEXO B

Questionário de Dimensões e Estilos Parentais (QDEP)

Autores: Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 2001
Versão Portuguesa: Marta Pedro, Elsa Carapito & M. Teresa Ribeiro, 2007

Versão Experimental

Instruções: Este questionário mede (1) *com que frequência e de que modo actua com o(a) seu(sua) filho(a)* _____ (nome) e (2) *com que frequência e de que modo a sua mulher/companheira actua com o(a) seu(sua) filho(a)*.

Exemplo:

(1) Por favor, leia cada frase do questionário e pense com que frequência você actua deste modo com o(a) seu(sua) filho(a). Depois de escolher a sua resposta, deverá indicá-la com um círculo.

Nunca	Algumas Veze	Metade das Veze	Muitas Veze	Sempre
-------	-----------------	--------------------	----------------	--------

1. Deixo que o meu filho escolha a roupa que leva para a escola. 1 2 3 **4** 5

(2) Depois pense com que frequência a sua mulher/companheira actua com o(a) seu(sua) filho(a). Depois de escolher a sua resposta, deverá indicá-la com um círculo.

Nunca	Algumas Veze	Metade das Veze	Muitas Veze	Sempre
-------	-----------------	--------------------	----------------	--------

1. Ela deixa que o nosso filho escolha a roupa que leva para a escola. 1 2 **3** 4 5

Lembre-se: Para cada frase, diga com que frequência actua desta maneira com o(a) seu(sua) filho(a).

Nunca	Algumas Vezes	Metade das Vezes	Muitas Vezes	Sempre
-------	------------------	---------------------	-----------------	--------

1.	Sou sensível às necessidades e sentimentos do meu filho.	1	2	3	4	5
2.	Castigo fisicamente o meu filho para o disciplinar.	1	2	3	4	5
3.	Tenho em conta os desejos do meu filho, antes de lhe pedir que faça algo.	1	2	3	4	5
4.	Quando o meu filho pergunta por que tem de obedecer, digo-lhe: "porque eu disse" ou "porque sou teu pai e quero que o faças".	1	2	3	4	5
5.	Explico ao meu filho como me sinto quando ele se comporta bem e quando se comporta mal.	1	2	3	4	5
6.	Bato ao meu filho quando ele é desobediente.	1	2	3	4	5
7.	Encorajo o meu filho a falar dos seus problemas.	1	2	3	4	5
8.	Acho difícil disciplinar o meu filho.	1	2	3	4	5
9.	Encorajo o meu filho a expressar-se livremente mesmo quando ele não concorda comigo.	1	2	3	4	5
10.	Castigo o meu filho retirando-lhe privilégios, com poucas ou nenhuma explicação.	1	2	3	4	5
11.	Realço os motivos das regras.	1	2	3	4	5
12.	Conforto e sou compreensivo quando o meu filho está "em baixo".	1	2	3	4	5
13.	Quando o meu filho se comporta mal falo alto ou grito.	1	2	3	4	5
14.	Elogio o meu filho quando ele se comporta bem.	1	2	3	4	5
15.	Eu cedo quando o meu filho faz birra.	1	2	3	4	5
16.	Tenho explosões de raiva com o meu filho.	1	2	3	4	5
17.	Ameaço o meu filho com castigos mais vezes do que o castigo efectivamente.	1	2	3	4	5
18.	Tenho em conta as preferências do meu filho quando se fazem planos para a família.	1	2	3	4	5
19.	Agarro o meu filho com força quando ele desobedece.	1	2	3	4	5
20.	Digo ao meu filho que o castigo e depois não cumpro.	1	2	3	4	5
21.	Mostro respeito pelas opiniões do meu filho, encorajando-o a expressá-las.	1	2	3	4	5
22.	Permito que o meu filho dê a sua opinião sobre as regras familiares.	1	2	3	4	5
23.	Repreendo e critico o meu filho para o bem dele.	1	2	3	4	5
24.	Estrago o meu filho com mimos.	1	2	3	4	5
25.	Explico ao meu filho os motivos porque deve cumprir as regras.	1	2	3	4	5
26.	Uso ameaças como castigos dando poucas ou nenhuma explicação.	1	2	3	4	5
27.	Tenho momentos de grande afectividade e carinho com o meu filho.	1	2	3	4	5
28.	Castigo o meu filho deixando-o sozinho e dando-lhe poucas explicações.	1	2	3	4	5
29.	Ajudo o meu filho a compreender o impacto do seu comportamento, encorajando-o a falar sobre as consequências das suas acções.	1	2	3	4	5
30.	Repreendo ou critico o meu filho quando ele não se comporta como nós esperamos.	1	2	3	4	5
31.	Explico as consequências do comportamento do meu filho.	1	2	3	4	5
32.	Dou uma bofetada ao meu filho quando ele se comporta mal.	1	2	3	4	5

ANEXO C

FACES II

(Olson, D., Portner, J., & Bell, R. Q., 1982)

Neste questionário, vai encontrar uma série de perguntas sobre a sua família. Leia atentamente cada uma das questões e assinale com uma cruz (X) a resposta que melhor exprime o comportamento que ocorre na sua família no momento actual, tendo em conta as cinco alternativas que se seguem:

Quase nunca	De vez em quando	Às vezes	Muitas vezes	Quase sempre
1	2	3	4	5

1- Em casa, ajudamo-nos uns aos outros, quando temos dificuldades	1	2	3	4	5
2- Na nossa família, cada um pode expressar livremente a sua opinião	1	2	3	4	5
3- É mais fácil discutir os problemas com pessoas que não são da família do que com elementos da família	1	2	3	4	5
4- Cada um de nós tem uma palavra a dizer sobre as principais decisões familiares	1	2	3	4	5
5- Em nossa casa, a família costuma reunir-se toda na mesma sala	1	2	3	4	5
6- Em nossa casa, os mais novos têm uma palavra a dizer na definição das regras de disciplina	1	2	3	4	5
7- Na nossa família, fazemos as coisas em conjunto	1	2	3	4	5
8- Em nossa casa, discutimos os problemas e sentimo-nos bem com as soluções encontradas	1	2	3	4	5
9- Na nossa família, cada um segue o seu próprio caminho	1	2	3	4	5
10- As responsabilidades da nossa casa rodam pelos vários elementos da família	1	2	3	4	5
11- Cada um de nós conhece os melhores amigos dos outros elementos da família	1	2	3	4	5
12- É difícil saber quais são as normas que regulam a nossa família	1	2	3	4	5
13- Quando é necessário tomar uma decisão, temos o hábito de pedir a opinião uns aos outros	1	2	3	4	5
14- Os elementos da família são livres de dizerem aquilo que lhes apetece	1	2	3	4	5
15- Temos dificuldade em fazer as coisas em conjunto, como família	1	2	3	4	5
16- Quando é preciso resolver problemas, as sugestões dos filhos são tidas em consideração	1	2	3	4	5
17- Na nossa família, sentimo-nos muito chegados uns aos outros	1	2	3	4	5
18- Na nossa família, somos justos quanto à disciplina	1	2	3	4	5

19- Sentimo-nos mais chegados a pessoas que não são da nossa família do que a elementos da família	1	2	3	4	5
20- A nossa família tende a encontrar novas formas de resolver os problemas	1	2	3	4	5
21- Cada um de nós aceita aquilo que a família decide fazer	1	2	3	4	5
22- Na nossa família, todos partilham responsabilidades	1	2	3	4	5
23- Gostamos de passar os tempos livres uns com os outros	1	2	3	4	5
24- É difícil mudar as normas que regulam a nossa família	1	2	3	4	5
25- Em casa, os elementos da nossa família evitam-se uns aos outros	1	2	3	4	5
26- Quando os problemas surgem, todos fazemos cedências	1	2	3	4	5
27- Na nossa família, aprovamos a escolha de amigos feita por cada um de nós	1	2	3	4	5
28- Em casa, temos medo de dizer aquilo que pensamos	1	2	3	4	5
29- Preferimos fazer as coisas apenas com alguns elementos da família do que com a família toda	1	2	3	4	5
30- Temos interesses e passatempos comuns uns aos outros	1	2	3	4	5

Quase nunca	De vez em quando	Às vezes	Muitas vezes	Quase sempre
1	2	3	4	5

ANEXO D

Avaliação da Satisfação Parental

1. Qual o grau de satisfação que sente em relação ao modo como desempenha o seu papel de pai/mãe?

- Muito Insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito
- Satisfeito
- Muito Satisfeito

2. Na relação com o(a) seu (sua) filho(a), sente-se:

- Muito Insatisfeito
- Insatisfeito
- Nem Insatisfeito/Nem Satisfeito
- Satisfeito
- Muito Satisfeito

3. Pense na relação que tem HOJE com o(a) seu (sua) filho(a) e compare-a com a expectativa que tinha quando o(a) adoptou. Relativamente ao que esperava, a relação é:

- Muito Pior
- Pior
- Nem Pior/Nem Melhor
- Melhor
- Muito Melhor

4. Em relação à expectativa inicial, como tem sido desempenhar o papel de pai/mãe?

- Muito Pior
- Pior
- Nem Pior/Nem Melhor
- Melhor
- Muito Melhor